



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Engenharia
Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção

Marina Teixeira de Freitas

**RESILIÊNCIA AGROEXTRATIVISTA: análise da Cooperativa Grande Sertão à luz
da Teoria da Estruturação Forte**

Belo Horizonte
2025

Marina Teixeira de Freitas

**RESILIÊNCIA AGROEXTRATIVISTA: análise da Cooperativa Grande Sertão à luz
da Teoria da Estruturação Forte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Dr. Richard Jan Arie van der Hoff

Coorientador: Prof. Dr. Francisco de Paula Antunes Lima

Belo Horizonte

2025

F866r

Freitas, Marina Teixeira de.

Resiliência agroextrativista [recurso eletrônico] : análise da Cooperativa Grande Sertão à luz da Teoria da Estruturação Forte / Marina Teixeira de Freitas. – 2025.

1 recurso online (148 f. : il., color.) : pdf.

Orientador: Richard Jan Arie van der Hoff.

Coorientador: Francisco de Paula Antunes Lima.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia.

Inclui apêndice.

Inclui bibliografia.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Engenharia de produção – Teses. 2. Cooperativismo – Teses. 3. Sustentabilidade – Teses. 4. Cerrado – Teses. I. Hoff, Richard Jan Arie van der. II. Lima, Francisco de Paula Antunes. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Engenharia. IV. Título.

CDU: 658.5(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Escola de Engenharia

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

FOLHA DE APROVAÇÃO

**RESILIÊNCIA AGROEXTRATIVISTA: análise da Cooperativa Grande Sertão
à luz da Teoria da Estruturação Forte**

MARINA TEIXEIRA DE FREITAS

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, área de concentração PESQUISA OPERACIONAL E INTERVENÇÃO EM SISTEMAS SOCIOTÉCNICOS, linha de pesquisa Estudos Sociais da Tecnologia, Trabalho e Expertise.

Aprovada em 12 de dezembro de 2025, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Richard Jan Arie Van Der Hoff - Orientador

UFMG

Prof(a). Francisco de Paula Antunes Lima

UFMG

Prof(a). Sonia Maria Carvalho Ribeiro

UFMG

Prof(a). Cristina Yumie Aoki Inoue

Radboud University

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria Carvalho Ribeiro, Professora do**

Folha de Aprovação 4817247 SEI 23072.275997/2025-78 / pg. 1



Magistério Superior, em 12/12/2025, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Paula Antunes Lima, Professor do Magistério Superior**, em 14/12/2025, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Richard Jan Arie van der Hoff, Professor do Magistério Superior - Visitante**, em 16/12/2025, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4817247 e o código CRC 5D91E5F9.

À minha madrinha, tia Beth (*in memoriam*), por ter me amado com ternura infinita e por ter sido a primeira a me ensinar o valor das palavras, abrindo para mim as portas da leitura e do mundo. Trago comigo sua presença viva em cada conquista.

AGRADECIMENTOS

Minhas palavras de gratidão iniciam com uma consideração profundamente pessoal, que se reflete no próprio título deste trabalho: sou resiliente. Em muitas ocasiões, a vida não trilhou caminhos gentis, e a origem de onde vim jamais apontava para uma formação superior, muito menos para a conquista de um Mestrado em uma Universidade Federal como a UFMG.

Minha formação, desde o ensino técnico até a graduação, foi viabilizada pelas políticas públicas voltadas à educação. Tais políticas, mesmo que distantes da perfeição, possibilitaram a ascensão de pessoas como eu e pavimentaram meu caminho. Estar aqui hoje é a concretização de uma teimosia, uma vitória construída contra a regra e a realização de um sonho. A conclusão deste trabalho, contudo, não seria possível sem o acolhimento e o estímulo de pessoas e instituições incríveis.

Ao meu orientador, Professor Richard, meu agradecimento especial por sempre me instigar a pensar além dos limites do óbvio, desafiando-me a buscar a melhoria contínua e, sobretudo, por ter acreditado incondicionalmente no meu potencial (quando nem eu mesmo acreditava), acolhendo-me sempre com sua escuta ativa.

Aos professores que enriqueceram esta jornada: ao meu coorientador e professor Francisco (Chicão), pelas aulas interessantíssimas e pela vasta profundidade de seu conhecimento; e ao Professor Marcelo, por sua leveza e constante solicitude.

Agradeço imensamente à Professora Sônia Ribeiro, do Instituto de Geociências da UFMG, e à Professora Cristina Inoue, da Radboud University e da Universidade de Brasília, pelas suas valiosas abordagens acerca do tema e pela disponibilidade em integrar a banca de avaliação deste trabalho.

A todos os servidores, colegas e amigos do PPGEP: apesar dos desafios do percurso, sempre me senti profundamente acolhida por vocês.

O mestrado me proporcionou ir muito além do conhecimento formal. Nas visitas de campo, a realidade se abriu diante de mim de forma comovente. Vi de perto como algumas pessoas cultivam uma ligação profunda com a natureza e com a própria terra: uma relação feita de pertença, cuidado e saberes tradicionais. Mesmo diante das dificuldades, há nelas uma alegria serena, um contentamento que nos faz refletir sobre o quanto, muitas vezes, somos ingratos diante do que temos. Em lugares simples, encontrei pessoas estimadas, acolhedoras e de uma generosidade rara, que me receberam com respeito e delicadeza. Meu maior agradecimento se destina a todos os cooperados e agroextrativistas que visitei e com quem conversei. Mas ele se dirige, com ainda mais força, às mulheres que sustentam e movimentam

esse território. Em especial, às “mulheres do Buriti”. Com sua força, coragem e sabedoria, elas me acolheram, abriram suas histórias e tornaram esta pesquisa possível, entre conversas generosas e cafés preparados com o mesmo cuidado com que manejam a terra.

À Cooperativa Grande Sertão, e em especial ao José Fábio, Josiane, Jeane e Neucy, que estiveram sempre à disposição para minhas demandas e visitas.

Agradeço também a Iguatemi Costa e Daniel Oliveira, da Natura Cosméticos, pela disponibilidade, pelas conversas generosas e pelo acolhimento durante este processo. Tenho profunda estima pela empresa e pelo compromisso que demonstra em suas práticas.

Agradeço também a Iana Moraes, da Cervejaria Brüder, pela simpatia, leveza e plena disponibilidade em compartilhar seu tempo e conhecimento. Ela me recebeu sem qualquer entrave, explicando com clareza os processos e a parceria estabelecida com a cooperativa.

Aos meus pais, Augusta e Wilson, agradeço pelos esforços possíveis dentro das condições que tiveram. Carrego comigo tanto as lições quanto a força que surgiu dessa trajetória.

À minha tia, Joana, por ter sido a voz constante que me incentivou a buscar o estudo como ferramenta de transformação.

À minha irmã, Bárbara, o amor da minha vida.

Às minhas cunhadas, Denise, Débora e Stefanie, por sempre vibrarem com as minhas conquistas e por me oferecerem suas casas como pouso nesta caminhada.

Aos meus sogros, Márcia e Roberto, pela gentileza e por terem me acolhido tão bem em sua família.

E a você, meu marido, Alexandre, deixo meu agradecimento mais especial e profundo. Obrigada por nunca me permitir desistir. A Marina que você conheceu em 2016 jamais imaginaria chegar até aqui. Se hoje estou, é porque encontrei em você segurança, amor inabalável e um porto seguro para onde sempre posso voltar.

Para finalizar, sinto-me como Miguilim, do livro *Campo Geral*, de João Guimarães Rosa. Sem revelar demais: quando um médico chega ao Mútum, percebendo a dificuldade do menino em enxergar, tira os próprios óculos e os coloca em seu rosto. Miguilim descobre, pela primeira vez, que “*o Mutúm era bonito!*”. Agora ele sabia. Encerrar este ciclo me faz sentir algo semelhante ao menino: deixo este trabalho com uma visão outra do mundo, mais nítida, mais consciente, mais ampla e principalmente com mais segurança do que quando comecei.

Por fim, registro meu agradecimento à CAPES, pelo apoio financeiro essencial à realização desta pesquisa.

"A vida é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado..."

João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas.

RESUMO

Este estudo analisa a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão (CGS), localizada no Norte de Minas Gerais, enquanto organização coletiva que articula viabilidade econômica, conservação ambiental e valorização dos saberes tradicionais no bioma Cerrado, em um contexto marcado por intensas pressões mercadológicas, sociodemográficas e ecológicas. Parte-se da premissa de que o agroextrativismo, historicamente marginalizado pelos modelos econômicos dominantes, pode constituir uma estratégia concreta de resistência, resiliência organizacional e desenvolvimento territorial quando estruturado de forma coletiva. A pesquisa adota como referencial analítico a Teoria da Estruturação Forte (*Strong Structuration Theory* – SST), proposta por Stones, que permite compreender a relação recursiva entre estrutura e agência a partir de quatro dimensões interdependentes: estruturas externas, estruturas internas, práticas de agência e resultados. Esse arcabouço teórico possibilitou analisar como a CGS mobiliza capital social, conhecimento tradicional e parcerias institucionais para enfrentar constrangimentos ambientais, institucionais e econômicos, ao mesmo tempo em que preserva seus princípios solidários e territoriais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com inspiração etnográfica, baseada em entrevistas semiestruturadas realizadas em campo e on-line, em observação direta, feita durante visitas a áreas de atuação da cooperativa e análise de documentos. Os interlocutores foram organizados em três grupos analíticos: representantes de empresas parceiras, dirigentes e técnicos da CGS, bem como cooperados e agroextrativistas vinculados à cooperativa. A análise dos dados seguiu procedimentos de codificação aberta, axial e seletiva, permitindo identificar padrões, tensões e estratégias recorrentes. Os resultados indicam que a CGS constrói sua resiliência organizacional por meio da ação coletiva, da gestão compartilhada da produção e da articulação de redes alternativas de comercialização, incluindo mercados institucionais e parcerias privadas alinhadas à sociobioeconomia. Essas práticas contribuem para a valorização dos produtos do Cerrado, o fortalecimento dos modos de vida tradicionais e a conservação do bioma. Contudo, o estudo também evidencia limites estruturais persistentes, como a dependência de políticas públicas, financiamento e infraestrutura, além das dificuldades de inserção dos produtos agroextrativistas em mercados convencionais altamente competitivos. Conclui-se que a Cooperativa Grande Sertão não apenas resiste às pressões do modelo hegemônico do agronegócio como também, valendo-se de sua resiliência, atua como vetor de inovação social e ecológica no território, demonstrando o potencial transformador de economias locais de base solidária. A aplicação da Teoria da Estruturação Forte revelou-se adequada para compreender a dinâmica entre estrutura e agência da cooperativa estudada, contribuindo para o debate sobre desenvolvimento sustentável, bioeconomia e resiliência organizacional no contexto do Cerrado.

Palavras-chave: cooperativismo; agroextrativismo; Cerrado; bioeconomia; sustentabilidade.

ABSTRACT

This study analyzes the Grande Sertão Cooperative of Family Farmers and Agroextractivists (CGS), located in Northern Minas Gerais, as a collective organization that articulates economic viability, environmental conservation, and the valorization of traditional knowledge within the Cerrado biome, in a context marked by intense market, sociodemographic, and ecological pressures. The study is grounded in the premise that agroextractivism, historically marginalized by dominant economic models, can constitute a concrete strategy of resistance, organizational resilience, and territorial development when structured collectively. The research adopts Strong Structuration Theory (SST), proposed by Stones, as its analytical framework, which enables an understanding of the recursive relationship between structure and agency through four interdependent dimensions: external structures, internal structures, agential practices, and outcomes. This theoretical framework made it possible to analyze how CGS mobilizes social capital, traditional knowledge, and institutional partnerships to confront environmental, institutional, and economic constraints, while preserving its solidarity-based and territorial principles. Methodologically, this is a qualitative study with ethnographic inspiration, based on semi-structured interviews conducted both in the field and online, direct observation carried out during visits to the cooperative's areas of operation, and document analysis. The interlocutors were organized into three analytical groups: representatives of partner companies, CGS leaders and technical staff, as well as cooperative members and agroextractivists affiliated with the cooperative. Data analysis followed procedures of open, axial, and selective coding, allowing for the identification of recurring patterns, tensions, and strategies. The results indicate that CGS builds its organizational resilience through collective action, shared production management, and the articulation of alternative commercialization networks, including institutional markets and private partnerships aligned with socio-bioeconomic principles. These practices contribute to the valorization of Cerrado-based products, the strengthening of traditional ways of life, and the conservation of the biome. However, the study also reveals persistent structural constraints, such as dependence on public policies, financing, and infrastructure, as well as difficulties in integrating agroextractivist products into highly competitive conventional markets. It is concluded that the Grande Sertão Cooperative not only resists the pressures of the hegemonic agribusiness model but also, drawing on its resilience, acts as a vector of social and ecological innovation within the territory, demonstrating the transformative potential of solidarity-based local economies. The application of Strong Structuration Theory proved to be appropriate for understanding the dynamics between structure and agency in the cooperative under study, contributing to debates on sustainable development, bioeconomy, and organizational resilience in the Cerrado context.

Keywords: cooperativism; agroextractivism; Cerrado; bioeconomy; sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas do Brasil	22
Figura 2 – Serviços ecossistêmicos e suas relações com o bem-estar humano	37
Figura 3 – Esquema da CGS enquanto organização resiliente	40
Figura 4 – A natureza quadripartida da estruturação proposta por Stones (2025)	54
Figura 5 – Quadro teórico preliminar	60
Figura 6 – Sistematização dos níveis analíticos da etnografia: Elaboração da autora a partir de Malinowski (1978) e Geertz (2008)	64
Figura 7 – Hierarquia e síntese dos dados: Visualização da codificação axial (a) e quantificação dos segmentos por grupo (b)	68
Figura 8 - Representação geográfica dos biomas brasileiros	72
Figura 9 – Distribuição de comunidades tradicionais (círculos) nos biomas brasileiros	79
Figura 10 – Povos e Comunidades Tradicionais presentes no Norte de Minas	80
Figura 11 – Mapa de atuação da Cooperativa Grande Sertão	82
Figura 12 - Portfólio com alguns produtos da CGS	83
Figura 13 - Fábrica de polpas da CGS, em Riacho dos Campos, Montes Claros	84
Figura 14 - Sede administrativa e fábrica de óleos, no Distrito Industrial de Montes Claros	85
Figura 15 – Centralidade temática: Nuvem dos 53 códigos iniciais (codificação aberta)	88
Figura 16 – Agrupamento dos códigos iniciais em códigos axiais.....	89
Figura 17 – Frequência relativa dos códigos iniciais	89
Figura 18 – Contrato administrativo do PNAE firmado entre a CGS e o Ministério da Educação.....	97
Figura 19 – Contrato administrativo do PAA firmado entre a CGS e o Ministério da Defesa	97
Figura 20 – Sede da CGS em Montes Claros	106
Figura 21 – Caminhão com câmara refrigerada	106
Figura 22 – Despolpadeira de frutas.....	106
Figura 23 – Prensa para extração de óleos	106
Figura 24 – Câmara fria.....	107
Figura 25 – Máquina para embalar as polpas	107
Figura 26 – Veículo leve da CGS	107

Figura 27 – Extrato de contrato firmado entre a CGS e a Prefeitura Municipal de Montes Claros	110
Figura 28 – Oficina de jovens	112
Figura 29 – Participantes da oficina	112
Figura 30 – Mulheres participantes da oficina oferecida em parceria com a FUNBIO	116
Figura 31 – Sanção da Lei nº 15.089, de 2025	117

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Área desmatada (em ha), de 2019 a 2024.....	21
Tabela 2 – Situação jurídica das terras indígenas na Amazônia e no Cerrado	23
Tabela 3 - Ocorrência de regiões hidrográficas no Cerrado	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificações e tipologias do agronegócio	30
Quadro 2 - Visões da Bioeconomia Segundo Bugge, Hansen e Klitkou (2016).....	38
Quadro 3 – Síntese do processo de codificação	69
Quadro 4 – Matriz analítica dos 4 eixos da SST	70
Quadro 5 – Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABBI – Associação Brasileira de Bioinovação

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

B2B – *Business-to-Business*

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAA – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CNPCT – Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

CODECEX – Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas

CGS – Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão

CMMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICA – Instituto de Ciências Agrárias (UFMG *campus* Montes Claros, MG)

MBIs – *Market-Based Instruments*

MPF – Ministério Público Federal

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCTs – Povos e Comunidades Tradicionais

PFMs – Produtos florestais madeireiros

PFNMs – Produtos florestais não madeireiros

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPCerrado – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado

PRONAF – Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

RAD – Relatório Anual do Desmatamento no Brasil

SST – *Strong Structuration Theory* (Teoria da Estruturação Forte)

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TQs – Territórios Quilombolas

TIs – Terras Indígenas

UCs – Unidades de Conservação

WCED – *World Commission on Environment and Development*

WWF – *World Wide Fund for Nature*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 A relação humana com o meio ambiente e a emergência da crise da sustentabilidade ...	17
1.2 Agroextrativismo e a Agricultura Familiar no contexto brasileiro	19
1.3 O Bioma Cerrado: Vulnerabilidades e importância estratégica	21
1.4 A organização coletiva e o cooperativismo como estratégia de resiliência	23
1.5 Problema de pesquisa, Objetivos e Justificativa do estudo	25
2 À MARGEM DA ECONOMIA: O LUGAR DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROEXTRATIVISMO NO BRASIL	29
2.1 Dois modelos econômicos em disputa	29
2.2 A consideração da natureza nas principais teorias econômicas	32
2.3 Desenvolvimento sustentável e bioeconomia.....	35
3 REFERENCIAL TEÓRICO: O COOPERATIVISMO COMO ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO AGROEXTRATIVISMO.....	41
3.1 Cooperativismo como movimento de resistência e agência coletiva	41
3.2 Do campesinato à Agricultura Familiar: Transformações conceituais.....	43
3.3 Limites e alcances do Cooperativismo na Agricultura Familiar	45
3.4 Resiliência e transformação para a sustentabilidade: A lente da Teoria da Estruturação Forte como explicação para a resistência.....	46
3.5 Arcabouço teórico-analítico	48
3.5.1 Do <i>habitus</i> à Teoria da Estruturação	49
3.5.2 A superação do dualismo estrutura-ação	50
3.5.3 A Teoria da Estruturação Forte como lente analítica da investigação	52
3.5.3.1 Estruturas externas.....	55
3.5.3.2 Estruturas internas	56
3.5.3.3 Agente/Práticas ativas	57
3.5.3.4 Resultados.....	58
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	61
4.1 Fundamentações filosóficas acerca da ontologia, epistemologia e perspectiva teórica	61
4.2 Metodologia.....	62
4.3 Métodos	63
4.4 Coleta de Dados.....	65
4.5 Análise de Dados.....	66

5 SITUANDO A PESQUISA	72
5.1 O Cerrado e o território Norte-Mineiro: Especificidades e dinâmicas.....	72
5.1.1 A importância hidrológica do bioma Cerrado	73
5.1.2 Dinâmicas territoriais do norte- mineiro como resistência.....	75
5.1.3 Povos e Comunidades Tradicionais: Conceitos, Direitos e a composição no Norte de Minas	77
5.2 Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativista Grande Sertão	80
5.2.1 Atuação da CGS	82
5.2.2 Produtos e estrutura física da CGS	83
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	87
6.1 Resultados preliminares decorrentes da codificação aberta	87
6.2 Estruturas Externas: Os constrangimentos ambientais, institucionais e mercadológicos .	90
6.3 Estruturas Internas: O capital social e cognitivo como ativo de resistência.....	99
6.4 Práticas de Agência: A mediação das estruturas e a construção da resiliência.....	108
6.5 Resultados: A transformação da Estrutura e o impacto da CGS.....	114
6.6 Da Resistência à Resiliência.....	118
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
7.1 Limitações e sugestões para futuras pesquisas	124
REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICE	144

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta o tema central da dissertação, contextualizando-o, histórica e ambientalmente, e culminando na apresentação do problema de pesquisa, seus objetivos e a estrutura do trabalho.

1.1 A relação humana com o meio ambiente e a emergência da crise da sustentabilidade

A relação homem-natureza remonta ao surgimento da espécie humana no planeta (CARVALHO, 2022). Seria muito extenso, complexo e fugiria ao escopo deste trabalho traçar uma evolução histórica acerca da aludida relação. Porém, acontecimentos relevantes merecem o destaque a seguir apresentado.

A transformação do *Homo sapiens* de coletor-caçador em agricultor, ocorrida há cerca de dez mil anos, revolucionou a história humana. Essa transição marcou o fim ou, ao menos, a diminuição do nomadismo, favoreceu a formação de grupos e o início do protagonismo humano na modificação do meio ambiente. Pouco se sabe, porém, sobre como se deu essa transição, considerada o principal evento na trajetória do homem depois da descoberta do fogo, sobre a qual Santa (2004) assim discorreu:

A domesticação do fogo foi um pré-requisito importante para o uso da energia da biomassa (e, muito mais tarde, para o uso dos combustíveis fósseis). A biomassa foi nossa primeira fonte de energia extra-somática e tem permanecido importante desde então. A quantidade de energia extra-somática disponível para nós se correlaciona positivamente com o grau de transformação da biosfera. (SANTA, 2004, p.52)

Num passado bem mais próximo dos dias atuais a relação homem-meio ambiente e o modo como a espécie humana tem ocupado o planeta se modificou substancialmente, de forma acelerada e, sob certos aspectos, extraordinária. Consistem evidências da aludida modificação de relação o crescimento da população, do consumo, da produção, agora feita em escala industrial, do comércio, do turismo etc. (TRIANA, 2024). Reconhece-se que a exploração de recursos minerais, hídricos, energéticos e florestais contribuiu para a evolução tecnológica, bem como para o desenvolvimento econômico e para a mudança na organização da sociedade. Contudo, a forma como essa exploração ocorreu, e ainda ocorre, assumiu tamanha proporção que culminou com a extrapolação da capacidade de regeneração da Terra.

Embora constitua assunto controverso, dois acontecimentos recentes podem ser considerados o ponto de partida para o cenário desafiador com o qual ora se depara, quais sejam: a Primeira Revolução Industrial e a Grande Aceleração (período pós-Segunda Guerra Mundial).

Alcântara *et al.* (2020) afirmam que a época atual é caracterizada por crises em múltiplas dimensões, nas quais a crise econômica se manifesta, sobretudo, no elevado padrão de consumo da sociedade. Tais autores, citando Löwy (2013), argumentam que essa lógica transforma elementos como terra, água, ar e até mesmo os seres humanos em meras mercadorias. Quando se toma o fenômeno da Grande Aceleração como marco inicial, percebe-se que o Antropoceno¹ surgiu de evidências crescentes que apontam as atividades humanas como o principal motor das mudanças ambientais globais. Essa urgência ecológica é reforçada pela visão de que a incessante busca por lucro e a lógica produtivista e mercantil estão conduzindo a um desastre ambiental de magnitude incalculável (ALCÂNTARA *et al.*, 2020).

Assim, no tempo presente, tais problemas, mais do que nunca, demonstram a urgência de buscar alternativas que promovam o desenvolvimento sustentável (PASSET, 2002).

Os desafios decorrentes da interação entre sociedade e meio ambiente, bem como os esforços por modelos econômicos capazes de conciliar desenvolvimento e sustentabilidade, são discutidos de forma mais aprofundada no Capítulo 2. Nele são exploradas as disputas teóricas em torno dos fundamentos da economia contemporânea, com ênfase nas diferentes formas de incorporação, ou negligência, da natureza nos principais paradigmas econômicos. São também analisadas as transformações históricas e institucionais associadas ao conceito de desenvolvimento sustentável e às propostas emergentes da bioeconomia, com especial atenção àquelas que buscam integrar saberes tradicionais, conservação ambiental e justiça social em novos arranjos produtivos. Por ora, adianta-se apenas que tal discussão, acerca dos modelos econômicos e relação com a natureza, integra o alicerce teórico da pesquisa, situando as práticas humanas, especialmente aquelas ligadas ao uso dos recursos naturais, no centro das disputas sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

¹ Segundo Bonneuil e Fressoz (2023), nos anos 2000, durante um simpósio do Programa Internacional Geosfera-Biosfera (*International Geosphere-Biosphere Programme - IGBP*) em Cuernavaca, México, Paul Crutzen, químico e vencedor do Prêmio Nobel por seu trabalho sobre a camada de ozônio, então se levanta e exclama: “Não! Não estamos mais no Holoceno, mas no Antropoceno!”. Dois anos depois, em um artigo publicado na revista científica *Nature*, Crutzen desenvolve sua proposta: deve-se acrescentar uma nova era (que seria o ‘antropoceno’) no tempo geológico para indicar que o Homem, como espécie, tornou-se a principal força motriz de alterações climáticas e ambientais, concorrendo com a própria natureza. Atualmente, o Antropoceno ainda é visto como uma controvérsia dentro do campo científico, sobretudo no que diz respeito ao seu reconhecimento formal como uma nova era geológica. Isso se deve ao fato de que ele ainda não foi aceito como tal pelas instituições competentes (ALCÂNTARA *et al.*, 2020).

1.2 Agroextrativismo e a Agricultura Familiar no contexto brasileiro

Inicialmente, faz-se necessário reconhecer que as atividades agroextrativistas e de Agricultura Familiar vão muito além do cultivo, coleta e produção de alimentos: Para Gusmão (2019), as atividades desses povos sempre estiveram relacionadas ao seu modo de vida. Eles utilizam os recursos naturais como alimento, medicamento, materiais para fins de moradia ou produção de utensílios domésticos e, mais recentemente, como fonte de renda. Além disso, de maneira informal e inconsciente, desempenham um papel de guardiões da biodiversidade local. Logo, longe de serem meros apêndices da cadeia produtiva, esses grupos englobam um universo complexo de modos de vida, que transcendem a lógica puramente mercantil ao incorporar dimensões culturais e ecológicas. Enquanto a Agricultura Familiar, definida majoritariamente pelo manejo da terra pela própria família, é responsável pela maior parte dos alimentos consumidos internamente, o Agroextrativismo se destaca pela íntima conexão com a biodiversidade e pelo manejo sustentável de recursos naturais. Analisar esses dois modelos em conjunto no contexto brasileiro é crucial para compreender as tensões, contradições e potenciais de um setor que se encontra em constante disputa por reconhecimento, recursos e espaço dentro de um modelo econômico nacional dominado pela lógica das *commodities* e do agronegócio em larga escala.

O pesquisador da Embrapa Alfredo Kingo Oyama Homma, reconhecido por seus estudos sobre a Amazônia, argumenta que o extrativismo vegetal foi historicamente interpretado como atividade baseada na simples coleta de recursos naturais, de produtividade baixa ou decrescente. Embora tradicionalmente associado à baixa racionalidade econômica e visto como etapa destinada à substituição por sistemas de cultivo (HOMMA, 1982), pesquisas recentes evidenciam o potencial produtivo e sustentável dos produtos florestais não madeireiros, sobretudo quando manejados por comunidades tradicionais. Esses produtos desempenham papel relevante tanto na subsistência e manutenção dos modos de vida dessas populações (ARNOLD; RUIZ-PÉREZ, 2001; TICKTIN, 2004), quanto na geração de emprego e renda (PETERS, 1996). Além disso, apresenta-se como uma estratégia eficaz para valorizar economicamente as florestas em pé, promovendo sua conservação e mantendo os ecossistemas intactos (EVANS, 1993).

É pertinente distinguir “extrativismo”, entendido como a simples coleta de recursos naturais disponíveis espontaneamente, de “agroextrativismo”. Conforme Afonso (2012), este último corresponde à integração entre práticas extrativistas e agrícolas no âmbito da agricultura

familiar. Tal diferenciação é fundamental, pois o *locus* deste estudo, que será oportunamente caracterizado, apresenta caráter agroextrativista.

Destarte, o agroextrativismo vai além da simples extração de recursos, posto que incorpora a agricultura em sistemas familiares, promove o uso sustentável dos ecossistemas nativos e contribui simultaneamente com a regeneração local, a inclusão social e a qualidade de vida, razões estas que influenciaram a escolha do caso a ser estudado.

O agroextrativismo, embora predominante manual, possui potencial econômico, sendo seus produtos utilizados em diversas indústrias. Apesar de muitas controvérsias sobre sua real participação no quantitativo de alimentos produzidos no país², a agricultura familiar é crucial para a economia brasileira. Com o intuito de fomentar e regulamentar a atividade, foi promulgada, em 24 de julho de 2006, a Lei nº 11.326/2006³, que impactou significativa e positivamente a concessão de crédito para o setor, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. Ademais, essa cooperativa contribui para a conservação do bioma no qual se encontra inserida, bioma este que apresenta vulnerabilidade e se revela carente de ações protetivas desenvolvidas por agentes de cima para baixo, seja na forma de políticas públicas efetivas, seja na fiscalização ambiental rigorosa. Discorre-se, com maior minúcia, acerca da agricultura familiar, o agroextrativismo e as transformações conceituais do campesinato no Capítulo 3, em que são feitas reflexões teóricas sobre a cooperativa enquanto forma organizacional vinculada à agricultura familiar e ao agroextrativismo. Neste capítulo também são examinadas diferentes abordagens teóricas sobre agência, estrutura e resiliência, culminando na apresentação da Teoria da Estruturação Forte, como lente analítica adotada nesta pesquisa. Em seguida, no Capítulo 4, são apresentados os procedimentos metodológicos vetores da pesquisa, incluindo o paradigma adotado, a abordagem teórica, o desenho de pesquisa, bem como os métodos de coleta e análise dos adotados.

Cumprе ressaltar que “a agricultura familiar está presente em todos os biomas do país e se caracteriza por uma grande diversidade de organização e resiliência em cada um dos cinco biomas brasileiros, garantindo a segurança alimentar e nutricional da população” (EMBRAPA,

² Embora a Agricultura Familiar seja popularmente citada como responsável por 70% da alimentação nacional, o estudo “Caracterização do Perfil dos Estabelecimentos Enquadráveis no Pronaf e no Pronamp”, desenvolvido pelo FGV Agro (2025) a partir do Censo Agropecuário de 2017, revelou que sua participação no Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária é de 23%. Esse dado aponta para uma realidade mais diversa e desigual do que o senso comum costuma indicar (GUIDOLINI, 2017).

³ A Lei nº 11.326/2006 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

s.d.), sendo que 77% dos estabelecimentos agrícolas do País foram classificados como de agricultura familiar pelo Censo Agropecuário de 2017.

Por ora, tendo sido destacada a relevância da agricultura familiar, passa-se, na sequência, à apresentação do bioma no qual se insere a cooperativa estudada, do qual ela é representativa, com atenção à realidade socioambiental do Norte de Minas Gerais e às vulnerabilidades e riquezas que marcam esse território no qual é significativa a presença dessa modalidade de agricultura.

1.3 O Bioma Cerrado: Vulnerabilidades e importância estratégica

O Cerrado, conhecido por sua vasta biodiversidade e sua característica de "savana brasileira", possui grande potencial para a geração de renda em comunidades rurais. Contudo, ao contrário da Amazônia, é um bioma significativamente menos protegido em termos de unidades de conservação e terras indígenas, o que o torna mais vulnerável à exploração. A intensa exploração econômica desse bioma resultou na perda de fontes de sustento e identidade cultural de populações rurais (FÓRUM TÉCNICO, 2004). Outrossim, a conversão do Cerrado, para fins agrícolas, é uma grave ameaça, com ações de combate ao desmatamento ocorrendo tardiamente em comparação com a Amazônia (QUILICE, 2022). Historicamente, o Cerrado acumulou mais de 1 milhão de km² de desmatamento desde a década de 1940.

Essa pressão antrópica é acentuada na região do MATOPIBA, acrônimo que se refere à região do Brasil formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, nova fronteira agrícola que impulsiona a produção de *commodities* (SILVA DE LIMA *et al.*, 2024). Dados do MapBiomas (RAD, 2024) confirmam que o Cerrado liderou a área desmatada nos últimos anos (652.197 ha em 2024, equivalendo a 52,5% do total nacional), com a agropecuária sendo o principal vetor de pressão (mais de 97% da perda de vegetação nativa nos últimos seis anos). A Tabela 2, que permite a comparação das áreas desmatadas do Cerrado e da Amazônia, permite a melhor compreensão dessa realidade.

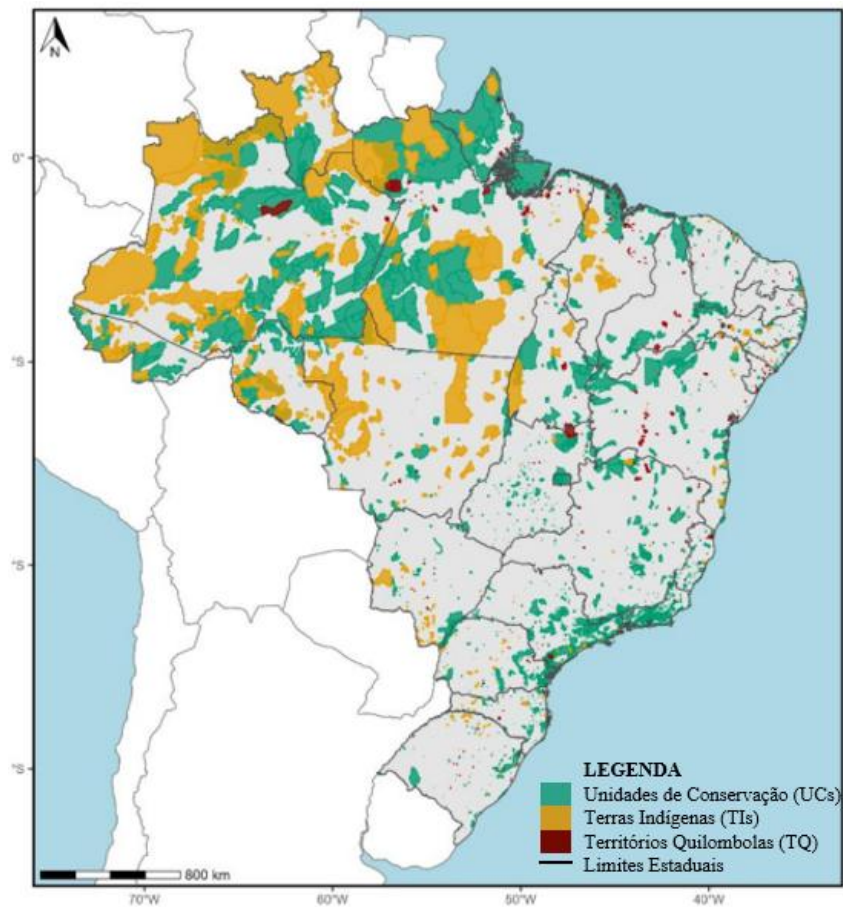
Tabela 1 – Área desmatada (em ha), de 2019 a 2024

BIOMA	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Amazônia	772.882	883.425	1.112.633	1.246.832	454.230	377.708
Cerrado	399.588	636.441	536.474	662.181	1.109.850	652.197

Fonte: RAD, 2024 (adaptado)

A proteção territorial no Brasil é paradoxal: embora 32% do território esteja protegido por Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs), o país ainda tem um baixo percentual de áreas protegidas em comparação a outras nações (ISA, 2024). A figura 1 ilustra a desigualdade na distribuição dessas áreas, com a região do Cerrado apresentando incidência significativamente menor.

Figura 1 – Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas do Brasil



Fonte: Ribeiro *et al.* (2022, p. 5).

Ao se analisar a situação jurídica das Terras Indígenas (TIs) na Amazônia e no Cerrado (tabela 2), fica ainda mais evidente essa disparidade, com o Cerrado possuindo apenas 4,47% de seu bioma protegido por TIs, em contraste com 25,41% na Amazônia (ISA, 2024).

Tabela 2 – Situação jurídica das terras indígenas na Amazônia e no Cerrado

Situação jurídica	Quantidade de terras indígenas	
	Amazônia	Cerrado
Identificada	8	9
Declarada	25	13
Homologada	291	95
Reservada	7	3
Restrição de uso para povos indígenas isolados	6	0
Total geral	337	120

Fonte: Adaptado de Instituto Socioambiental (ISA, 2024)

Esses exemplos de ‘desequilíbrios’ acentuam a vulnerabilidade do Cerrado, resultando não apenas em perda de biodiversidade, mas também na diminuição de funções ecológicas essenciais, como a regulação hidrológica.

A análise das especificidades do bioma Cerrado, com ênfase em sua relevância hidrológica, e das dinâmicas territoriais que caracterizam o Norte de Minas Gerais, região em que se insere esta pesquisa, é desenvolvida no Capítulo 5. Nesse capítulo também é apresentada a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão, destacando sua trajetória, estrutura e inserção no contexto socioambiental do território. Essa contextualização territorial é fundamental para compreender as estratégias adotadas por comunidades agroextrativistas e agricultores familiares na região. Nesse sentido, a organização coletiva, por meio de cooperativas, ganha destaque como alternativa concreta de enfrentamento às vulnerabilidades locais e como caminho para a construção de uma bioeconomia territorializada, o que enseja, na sequência, uma breve apresentação acerca da organização coletiva e cooperativismo como estratégias empregadas na promoção de uma bioeconomia dotada de resiliência.

1.4 A organização coletiva e o cooperativismo como estratégia de resiliência

Diante dos desafios enfrentados por comunidades agroextrativistas e agricultores familiares, a organização coletiva emerge como uma estratégia fundamental de resistência e fortalecimento. Lima (2012) reforça que, apesar dos desafios significativos enfrentados pela economia solidária, é fundamental enfrentá-los com propostas que considerem seu caráter social e coletivo. Para isso, os ideais como cooperação, participação e autogestão não devem ser apenas crenças abstratas, mas precisam ser efetivamente construídos e operacionalizados no cotidiano dos empreendimentos solidários.

Ademais, a formação de associações e cooperativas garante autonomia produtiva, amplia o acesso a mercados e influencia políticas públicas (BARBOSA, 2010). Lima (2012) reconhece que, diante da incapacidade do capitalismo contemporâneo de oferecer soluções duradouras para o desemprego estrutural, os empreendimentos da economia solidária, como cooperativas e associações de produção, tornam-se alternativas necessárias para gerar trabalho e renda a populações excluídas da economia formal, contribuindo para a inclusão social em territórios marginalizados. Assim, o cooperativismo, enquanto empreendimento de economia solidária, é um importante instrumento de articulação econômica, política e social, agregando valor aos produtos, construindo redes de comercialização solidária e acessando políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável. Além disso, é possível afirmar que essas formas de organização valorizam os saberes locais e os modos de vida tradicionais, que contribuem para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas (DIEGUES, 2000).

No Brasil, o cooperativismo ganhou expressividade como alternativa às formas tradicionais de organização econômica, sustentado por valores de solidariedade e participação coletiva (AGÊNCIA SENADO, 2010). Ainda assim, permanece submetido a um ambiente de competição assimétrica com grandes corporações e estruturas capitalistas dominantes (FLEURY, 1983). Plein e Filippi (2012) destacam que, apesar de baseada em modos de vida próprios, a agricultura familiar tem sido inserida nas dinâmicas de mercado, o que leva os agricultores familiares a se mobilizarem em organizações civis e produtivas, como associações e cooperativas rurais, para intervir na realidade regional. Seus modos de vida ganham força quando combinados à economia solidária, gerando trabalho e renda.

Apesar de sua relevância, esses arranjos não se distribuem uniformemente no território brasileiro e recebem pouca atenção fora da Amazônia que, historicamente, concentra o debate sobre extrativismo e questões ambientais (SILVA *et al.*, 2016). Entretanto, o extrativismo vegetal ainda é central para a reprodução social de muitas famílias em outros biomas, como o Cerrado (CARVALHO, 2007).

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (PPCerrado – 4ª fase, 2023–2027) reconhece a importância da sociobioeconomia e do fortalecimento de organizações comunitárias e cadeias produtivas locais (BRASIL, 2023). Esse plano destaca o papel estratégico das cooperativas e associações para o acesso a políticas públicas e a promoção de modelos de etnodesenvolvimento e transição agroecológica. Arranjos produtivos sustentáveis, como o da cooperativa na qual a pesquisa de campo fora realizada, materializam esses princípios, demonstrando o potencial transformador da bioeconomia.

Essa valorização institucional das cooperativas em políticas públicas como o PPCerrado encontra reflexo na experiência da Cooperativa Grande Sertão (CGS), foco da presente pesquisa. No Capítulo 6 discutem-se os mecanismos de resistência da cooperativa frente a desafios ecológicos, econômicos e sociais.

A pesquisa apresenta a síntese dos achados no Capítulo 7, que permite a consequente discussão e tirada de conclusões, consolidando a análise das estratégias da CGS como agente de mudança transformadora. O capítulo abordará as principais contribuições práticas e teóricas desta dissertação, dedicando-se à discussão das estratégias da CGS no contexto da sociobioeconomia e do desenvolvimento local. Por fim, serão delineadas as limitações do estudo e oferecidas sugestões para o avanço de futuras pesquisas sobre o tema.

1.5 Problema de pesquisa, Objetivos e Justificativa do estudo

Diante dos desafios impostos pelo avanço do agronegócio sobre o Cerrado, a marginalização histórica do extrativismo vegetal e a urgência em se promover alternativas sustentáveis de desenvolvimento territorial, emerge a necessidade de se compreender como organizações produtivas locais conseguem resistir e propor modos de produção e comércio divergentes do hegemônico. A compreensão dessas estruturas coletivas e a ação de seus membros, é relevante pois possibilita: (1) aprofundar teoricamente a dinâmica da resistência organizacional e da reprodução de práticas sustentáveis, o que se dá pela aplicação de *frameworks* robustos, como a Teoria da Estruturação, a fim de explicar como a agência dos membros articula e reproduz estruturas capazes de enfrentar as pressões sistêmicas; (2) preencher uma lacuna empírica, ao documentar e analisar em detalhe as estratégias de viabilidade econômica e coerência socioambiental de casos concretos de sucesso, como a Cooperativa Grande Sertão; (3) ressaltar a relevância que se manifesta na esfera prático-social, ao fornecer subsídios concretos para a formulação de políticas públicas e estratégias de apoio que visem o fortalecimento da sociobioeconomia como um contraponto efetivo ao modelo hegemônico e predatório, contribuindo diretamente para a conservação do bioma e a valorização dos saberes tradicionais.

Nesse sentido, a pergunta que norteia a condução da pesquisa é a que segue:

Como a Cooperativa Grande Sertão, sob a lente da Teoria da Estruturação Forte, enfrenta as pressões ecológicas, sociais-demográficas e comerciais-econômicas, mantendo sua

viabilidade econômica e guardando coerência com seus ideais de valorização dos saberes tradicionais e preservação dos modos de vida nos territórios em que atua?

Responder esta pergunta tem como objetivo principal investigar como uma cooperativa enfrenta as pressões de ordem comercial-econômica, sociodemográfica e ambiental, mantendo sua viabilidade econômica e guardando coerência com seus ideais, entre os quais encontram-se a valorização dos saberes tradicionais e a preservação dos modos de vida nos territórios em que atua. Este objetivo geral pode ser detalhado nos seguintes objetivos específicos:

- i. Identificar os principais desafios enfrentados pela cooperativa nas dimensões comercial-econômica, sociodemográfica e ambiental;
- ii. Analisar as estratégias mobilizadas pelos diferentes atores envolvidos com a cooperativa para responder às pressões externas, buscando conciliar viabilidade econômica e fidelidade aos princípios solidários e coletivos;
- iii. Mapear a dualidade da estrutura na Cooperativa Grande Sertão (CGS) por meio da Teoria da Estruturação Forte, a fim de analisar como as ações e escolhas estratégicas da cooperativa (Agência) interagem com as restrições e oportunidades do contexto regional e econômico (Estrutura) e, conseqüentemente, demonstrando a eficácia da metodologia para análises organizacionais.

No que tange à identificação dos principais desafios enfrentados pela cooperativa, cumpre mencionar que tal identificação será feita, à luz da Teoria da Estruturação Forte, a partir de codificação aberta-indutiva, seguida de codificação axial e de codificação seletiva, que serão oportunamente detalhadas, ao longo da descrição da metodologia empregada, e que tais desafios far-se-ão presentes nos eixos de análise correspondentes às estruturas externas e internas.

Já as estratégias mobilizadas pelos atores envolvidos com a CGS, reputa-se oportuno informar que elas, uma vez identificadas, também pelo retromencionado processo de codificação, comporão o eixo de análise denominado “Práticas de agência”, que será apresentado em uma seção apropriada.

Quanto ao mapeio da dualidade da estrutura na CGS, insta informar que é justamente a fluidez dessa organização que enseja a utilização da aludida Teoria da Estruturação Forte, vez que ora a CGS, no tocante às suas estruturas internas, se vê obrigada a produzir novas estruturas, assim como ora percebe a necessidade de reproduzir as estruturas já existentes, a fim de promover ajustes sem perder a sua essência.

Este estudo se justifica por sua contribuição para a conservação da diversidade ecológica ameaçada, com foco no bioma Cerrado, reconhecido como *hotspot* de biodiversidade. Torna-se essencial conferir maior visibilidade a este bioma, pois, apesar da ação coletiva de grupos de agricultores familiares, ONG's, pesquisadores, Universidades e cooperativas para restauração e estruturação de cadeias produtivas, constituindo uma auto-organização social em uma dinâmica *bottom up*, ou seja, de baixo para cima (MAKISHI *et al.*, 2021), o Cerrado padece com a intensidade da produção em larga escala, característica do *agribusiness* global, cujo foco excessivo na tecnologia e na escala produtiva levou ao descuido com os impactos ambientais do bioma (CUNHA *et al.*, 2008).

O recorte para o estado de Minas Gerais e a escolha da Cooperativa Grande Sertão (CGS), como objeto empírico, são particularmente adequados por razões estratégicas: além da intensiva modificação do bioma na região, a área é reconhecida pela resistência camponesa e pelas práticas agroextrativistas. A CGS, dentro desse contexto, se destaca por ser um modelo de articulação da sociobioeconomia.

A relevância central da CGS reside em sua capacidade de demonstrar a viabilidade de levar os ativos naturais e culturais da comunidade para o conhecimento externo, por meio de práticas que promovem o uso respeitoso dos recursos do Cerrado. Essa abordagem não apenas fomenta o estudo aprofundado de suas propriedades e potenciais, mas também serve como uma resposta divergente ao modelo hegemônico de exploração. Adicionalmente, a CGS estabelece um elo estratégico entre o conhecimento tradicional e o científico, por meio de parcerias de pesquisa robustas com universidades de prestígio, incluindo a própria UFMG, tanto no *campus* Pampulha quanto no ICA (Instituto de Ciências Agrárias), localizado na cidade da própria cooperativa. Este ecossistema de colaboração acadêmica confere à CGS um valor ímpar como campo de investigação para estudos sobre práticas produtivas sustentáveis, indicação geográfica e rastreabilidade de espécies nativas, usos potenciais de ativos e inovação social.

Para além das justificativas formais e da pertinência empírica, a escolha do objeto de estudo é profundamente influenciada pela dimensão poética e resiliente do Cerrado, que ecoa nas raízes e na sensibilidade da pesquisadora, cujo interesse pelas obras literárias de João Guimarães Rosa é entranhado desde muito cedo. O autor, que dedicou a maior parte de sua vasta produção à cartografia da alma e da paisagem do sertão e dos gerais, eternizou a complexidade humana e natural da região. O Cerrado, transcendido pela escrita rosiana, não é apenas um bioma a ser explorado, mas um *lugar* de resistência, sabedoria e beleza áspera.

Adotar a Cooperativa Grande Sertão como objeto de pesquisa é, portanto, também uma forma de mergulho e diálogo com essa rica herança cultural, reconhecendo que a luta pela

sustentabilidade no Cerrado é, em essência, uma narrativa de resiliência socioambiental que já estava magistralmente inscrita na literatura.

Considerando o que precede, a análise dos desafios da CGS e a valorização de suas práticas sustentáveis podem servir de orientação para outras iniciativas cooperativistas, evidenciando que o agroextrativismo de base comunitária, para sua consolidação, depende de um ambiente institucional favorável, valorização dos modos de vida tradicionais e construção de parcerias. O estudo também visa oferecer subsídios para a discussão e aprimoramento de políticas públicas de preservação ambiental e desenvolvimento territorial no Norte de Minas Gerais. Para tanto, o trabalho propõe diretrizes que conciliem o investimento em cadeias produtivas locais, o aproveitamento sustentável de recursos naturais e a garantia de sustento para a população, apresentando alternativas que resistam à pressão do agronegócio.

2 À MARGEM DA ECONOMIA: LUGAR DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROEXTRATIVISMO NO BRASIL

No presente capítulo constrói-se o argumento de que a economia brasileira, em sua relação com o mundo natural, não é guiada por um único modelo econômico, mas sim por, pelo menos, dois modelos, que coexistem em paralelo e, por vezes, em tensão. Explorar-se-á como a economia, enquanto disciplina, construiu entendimentos divergentes sobre a relação entre natureza e sociedade e, na sequência, buscar-se-á mostrar que essa dualidade também pode ser observada na agricultura brasileira, expressa na ideia de “dois Brasis”: um hegemônico, representado pelo patronato rural e pelo agronegócio; e outro contra-hegemônico, que engloba a agricultura familiar, a agroecologia e o agroextrativismo.

Nesse embate, o modelo econômico contra-hegemônico tem sido historicamente contestado pelo modelo dominante, o que é visível em debates sobre reforma agrária, políticas ambientais e a distribuição desigual de recursos e incentivos, sendo que, nos últimos anos, a bioeconomia surgiu como um conceito capaz de oferecer um novo impulso para a agricultura familiar, a agroecologia e o agroextrativismo, ampliando sua relevância na economia brasileira. Entretanto, essa importância ainda é alvo de questionamentos e disputas políticas. Este capítulo, portanto, apresenta o debate de fundo que sustenta a presente pesquisa.

2.1 Dois modelos econômicos em disputa

A economia brasileira contemporânea pode ser interpretada como um espaço de disputa entre modelos econômicos distintos. Utilizando como referencial a análise de Paccola e Alves (2018), essa disputa ocorreu devido à contestação da hegemonia neoliberal no Brasil, sustentada pela fração financeira e que passou a ser contrabalaneada por uma política neodesenvolvimentista, que buscou, no governo federal e na cooptação das classes subalternas, romper com o domínio dos setores financeiros. Esse acirramento de disputa ganha força partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores para o Governo Federal em 2002 (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009). Apesar da manutenção e até mesmo intensificação das políticas neoliberais, passariam a figurar no programa de governo um conjunto de políticas públicas (econômicas e sociais) que não constavam na agenda de governos anteriores, com intuito de reduzir os altos índices de miséria e pobreza enfrentados pelo país (PACCOLA E ALVES, 2018). Usando desse discurso para dissertar sobre modelos de organização da produção agrícola, no Brasil, podemos diferenciar o agronégocio como um

modelo hegemônico e o movimento de Agricultura Familiar como contra-hegemônico. Faz-se necessário destacar, todavia, que nem todo modelo de agronegócio é hegemônico pois o vocábulo agronegócio, se levado ao pé da letra, significa negócio (ou trabalho) com produtos da agricultura. Welch (2005) descreve o agronegócio dominante como um sistema que opera de forma fechada e intensamente mecanizada. Esta hegemonia está intrinsicamente ligada ao capital externo e manifesta-se no controle da monocultura, na aplicação da biotecnologia e na manutenção de uma estrutura socialmente hierarquizada e masculinizada.

Já o modelo contra-hegemônico, constituído pela agricultura familiar, a agroecologia e o agroextrativismo, tende a ser alinhado às práticas sustentáveis, saberes tradicionais e formas de produção não centradas, exclusivamente, na lógica do lucro. Essa coexistência configura um campo de tensões, marcado por políticas públicas (ou ausência delas), pressões mercadológicas e disputas por reconhecimento social e econômico. Com a finalidade de explorar mais sobre o agronegócio de forma mais ampla, é proposta uma esquematização através do quadro 1.

Quadro 1 – Classificações e tipologias do agronegócio

CLASSIFICAÇÕES PARA O AGRONEGÓCIO				
por Setor da Cadeia Produtiva	por Tipo de Produto	por Sistema de Produção	por Escala	por Modelo de Negócio
Antes da porteira (a montante): Máquinas, sementes, crédito, consultoria, pesquisa.	Agronegócio de grãos	Agricultura extensiva	Pequena Escala (Agricultura Familiar)	Modelo Familiar
Dentro da porteira (primário): Atividades agropecuárias e extrativistas (Vegetal e Animal).	Agronegócio da pecuária	Agricultura intensiva	Média Escala	Modelo Empresarial
Depois da porteira (a jusante): Transformação, indústria, transporte, marketing, varejo, exportação.	Agronegócio de produtos florestais	Agricultura familiar	Agricultura Patronal/Larga Escala	Cooperativismo
	Agronegócio de culturas permanentes	Agricultura orgânica/sustentável		Produção Orgânica/Sustentável
				Agroindústria Integrada

Fonte: Elaboração própria com base em DadT (2024), Mundo Educação (2024) e Yara Brasil (2024).

Essa disputa não é uma exclusividade brasileira. A partir da análise de Ploeg (2009), observa-se que a agricultura empresarial e a agricultura camponesa, esta última compreendida, neste contexto, como equivalente à agricultura familiar, coexistem em sistemas agrícolas ao redor do mundo. Enquanto a agricultura camponesa tende a se fundamentar em práticas

ecológicas e na conservação da biodiversidade, a agricultura empresarial apoia-se no uso intensivo de insumos industrializados e no capital financeiro. Como assevera Warllen Torres Nannini,

o agronegócio possui uma ampla e complexa estrutura, cuja hegemonia é sustentada pelo capital político, econômico, cultural e simbólico, proveniente do leque de relações estabelecidas entre os diferentes setores e agentes que compõem a sua ossatura material. Dessa forma, através de uma gama variada de estratégias, o agronegócio utiliza diferentes aparelhos ideológicos (mídia, órgãos governamentais, instituições de ensino) para consolidar-se no cenário nacional e no debate político como modelo produtivo de sucesso, sustentável e eficiente. (NANNINI, 2022, p.74)

Apesar de a agricultura camponesa representar a maioria dos estabelecimentos rurais, sendo responsável por grande parte da produção de alimentos, pela geração de empregos, renda e pelo desenvolvimento sustentável, historicamente, esse segmento tem sido marginalizado nos processos formais de desenvolvimento no Brasil. Abramovay (1998) reforça que a agricultura familiar não possui apenas importância produtiva, mas também social, ao contribuir para a geração de trabalho, renda e qualidade de vida no campo. Ainda assim, persiste a necessidade de aprofundar a compreensão de seus impactos em escala regional e nacional, dado o seu potencial para promover um desenvolvimento rural sustentável. O Censo Agropecuário de 2017 apontou que 71,2% dos estabelecimentos cooperados no Brasil pertencem à agricultura familiar, evidenciando o papel estratégico do cooperativismo como forma de organização produtiva e de acesso ao mercado (IBGE, 2017).

A partir da década de 1990, políticas públicas voltadas à agricultura familiar se fortaleceram, conferindo maior protagonismo social aos agricultores familiares e promovendo mudanças significativas na realidade rural. Conforme Grisa e Schneider (2014), esse processo pode ser dividido em três “gerações” de políticas: (1ª) marcada pela criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995, e pela retomada da política de assentamentos da reforma agrária; (2ª) com foco em programas de cunho social e assistencialista, como Fome Zero, Comunidade Solidária e Bolsa Família; (3ª) direcionada aos mercados institucionais, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que determina a aplicação de ao menos 30% dos recursos na compra de produtos oriundos da agricultura familiar, conceito este presente na Lei nº 11.326/06, que definiu como agricultor familiar aquele que é proprietário de áreas não superiores a quatro módulos fiscais⁴, que utilize mão de obra predominantemente

⁴ Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras

familiar e que tenha renda majoritariamente originada das atividades do próprio estabelecimento. A aludida legislação, somada a outros instrumentos, possibilitou maior inserção da agricultura familiar em políticas de compras públicas, o que contribuiu para sua valorização econômica e social.

Nesse contexto, compreender o setor contra-hegemônico da agricultura familiar e do agroextrativismo exige analisar tanto as políticas públicas que possibilitaram seu fortalecimento nas últimas décadas, quanto os mecanismos de resistência frente às forças estruturais do agronegócio. Essa análise ganha nova relevância quando se observa que, na última década, o conceito de bioeconomia⁵, trouxe uma oportunidade de renovação para esse modelo produtivo, reposicionando a agricultura familiar e o extrativismo sustentável no debate econômico nacional. A bioeconomia, conceito que será melhor apresentado na seção 2.3, quando associada às práticas da agricultura familiar e do agroextrativismo, não representa apenas uma alternativa econômica, mas também um mecanismo de resistência e de construção de novos arranjos produtivos sustentáveis. Nesse sentido, as cooperativas e organizações coletivas despontam como protagonistas na articulação de cadeias produtivas baseadas em princípios ecológicos, democratizando o acesso aos benefícios da biodiversidade e fortalecendo comunidades tradicionais frente à hegemonia do agronegócio.

2.2 A consideração da natureza nas principais teorias econômicas

Ao discutir a coexistência e o contraste entre modelos econômicos como o agronegócio e a agricultura familiar, corre-se o risco de reduzir a análise a uma oposição setorial que, embora relevante, não contempla plenamente a complexidade da relação entre ‘economia e natureza’. Essa polarização tende a ofuscar questões estruturais e históricas mais profundas, como a forma pela qual a natureza foi incorporada ou marginalizada, nas principais teorias econômicas e nos paradigmas de desenvolvimento. Compreender essa trajetória é fundamental para analisar os desafios e as possibilidades de construção de modelos produtivos sustentáveis no presente.

explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. (EMBRAPA, 2025)

⁵ “A bioeconomia compreende a produção a partir de recursos biológicos renováveis e a conversão desses recursos e resíduos em produtos de valor agregado como alimentos, rações, produtos biológicos e bioenergia”. (LIMA; PINTO, 2022, p. 6)

Historicamente, a economia tratou a natureza como um elemento periférico, cuja importância foi reconhecida de maneira gradual. Quando da vigência do pensamento econômico pré-clássico, prevalecia a visão fisiocrata, segundo a qual a terra era a principal fonte de riqueza. Como explica Raul Cristóvão dos Santos,

a teoria fisiocrática tem como ponto de partida a proposição de Cantillon⁶ de que o material que compõe a riqueza, o conjunto de objetos necessários à vida humana, encontra-se originalmente na natureza ou na terra. Daí ser a terra colocada como a fonte ou a origem da riqueza (SANTOS, 1999, p. 553).

Ainda assim, a proteção e o uso racional dos recursos naturais não figuravam como preocupação central dos economistas da época.

A ruptura com essa concepção ocorreu com os economistas clássicos do final do século XVIII e início do século XIX. A partir de autores como Adam Smith, o trabalho passou a ser visto como o motor da produção de riqueza. Na obra *A Riqueza das Nações*, de 1776, Smith afirmou que a riqueza de uma sociedade está diretamente ligada à quantidade de trabalho nela incorporada (GÓMEZ-BAGGETHUN *et al.*, 2010, p. 1211). Nesse período, recursos como a terra ainda ocupavam um lugar relevante nas análises econômicas, como as feitas por David Ricardo e Thomas Malthus, tendo este último apontado limites físicos ao crescimento e demonstrando preocupação com a escassez de terras férteis e os impactos do crescimento populacional. Malthus, já em 1798, alertava para os riscos de a população crescer mais rápido do que a capacidade produtiva dos sistemas agrícolas (BURSZTYN, 2006).

Contudo, mesmo reconhecida como fator produtivo, a natureza era vista como uma dádiva gratuita, sem papel direto na formação do valor de troca, visão esta que, em pleno século XXI, ainda se faz presente no modelo hegemônico verificado no Brasil, qual seja, o agronegócio, que se vale do desmatamento, das queimadas, de agrotóxicos e das monoculturas em glebas de terra gigantes, sem nutrir apreço ou respeito pela natureza. Para os economistas clássicos, os serviços ecossistêmicos possuíam valor de uso, mas não valor de mercado, por serem bens não apropriáveis (GÓMEZ-BAGGETHUN *et al.*, 2010). Pigou, por exemplo, sustentava que o único instrumento óbvio de mensuração na vida social é o dinheiro, restringindo a análise econômica àquilo que pode ser monetarizado (Gómez-Baggethun *et al.*, 2010, p. 1212). Essa lógica culminou com Solow, para o qual "o mundo pode, em efeito, viver sem recursos naturais" (Solow, 1974, *apud* Gómez-Baggethun *et al.*, 2010, p. 1212), desde que

⁶ Richard Cantillon (1680–1734) foi um economista franco-irlandês cuja obra *Essai sur la nature du commerce en général*, 1755 (*opus postumum*), influenciou profundamente o pensamento econômico. Ele argumentava que toda riqueza material deriva, em última instância, da terra, uma ideia que serviu de base para a teoria fisiocrática, segundo a qual a agricultura é a principal fonte de produção de riqueza.

se mantenha o estoque de capital. Verifica-se, nesse contexto, que a questão ambiental é reduzida a uma *falha de mercado* corrigível, via precificação ou compensação, e não por limites físicos ao crescimento.

A partir da década de 1960, impulsionada pelo movimento ambientalista, surgiu a economia ambiental, ainda ancorada nos pressupostos neoclássicos. Essa vertente buscava internalizar externalidades negativas, como a poluição, utilizando instrumentos econômicos, a exemplo de impostos ambientais e mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Conforme destacam Gómez-Baggethun e Muradian (2015), os Instrumentos Baseados em Mercado (MBIs – *Market-Based Instruments*, em inglês) se tornaram centrais nas políticas ambientais desde a década de 1990, sendo vistos como ferramentas flexíveis e eficientes. Entretanto, esses instrumentos foram criticados por negligenciar desigualdades sociais, os limites biofísicos e a complexidade dos ecossistemas. Além disso, evidências mostram que a mercantilização pode enfraquecer motivações intrínsecas para a conservação (Bowles, 2008; Rode *et al.*, 2015 *apud* GÓMEZ-BAGGETHUN; MURADIAN, 2015). Van der Hoff, Rajão e Leroy (2019) observam que há um paradoxo na tentativa de se utilizar instrumentos de mercado para internalizar a dependência humana da natureza, já que tais mecanismos buscam integrar elementos ecológicos a sistemas econômicos cujos fundamentos tradicionais negam ou ignoram essa dependência. Nesse período, uma contribuição intermediária, situada entre a economia ambiental e a economia ecológica, foi oferecida por Elinor Ostrom. A partir de estudos empíricos sobre recursos de uso comum, Ostrom demonstrou que comunidades locais podem desenvolver arranjos institucionais estáveis e eficazes para a gestão sustentável de bens naturais, contestando a ideia de que apenas o mercado ou o Estado seriam capazes de gerir tais recursos. Sua abordagem institucional e policêntrica revelou que a conservação depende também de regras socialmente construídas, confiança e cooperação: elementos negligenciados pela racionalidade neoclássica tradicional. Um dos pressupostos centrais da pesquisa de Ostrom é que a gestão dos recursos por comunidades locais pode ser mais eficaz quando autônoma, superando os modelos de gestão baseados em regras impostas por autoridades externas (SIMÕES; MACEDO; BABO, 2011). Para a economista, cuja pesquisa inovadora acerca da teoria da Governança Econômica dos Bens Comuns rendeu o Prêmio Nobel de Economia em 2009, reconhecimento este compartilhado com Oliver Williamson (SIMÕES; MACEDO; BABO, 2011), os conflitos no manejo desses recursos comuns podem ser solucionados por meio da cooperação e da organização entre os usuários e as instituições, sendo essencial que esses atores se comprometam com a utilização sustentável dos recursos, respeitando o seu ciclo de reposição (SIMÕES; MACEDO; BABO, 2011), como se verifica no modelo contra-

hegemônico existente no Brasil que tem, em cooperativas agroextrativistas praticantes da agroecologia, seus maiores representantes. Essas cooperativas apontam um caminho para a sustentabilidade e se contrapõem ao modelo antigo, que despreza a natureza, e que tem no agronegócio tradicional seu maior defensor.

Diante do que fora exposto até então percebe-se a atual existência de “dois Brasis” que não guardam entre si muitos pontos de interseção: um tradicional, que replica o modelo antigo e cujo objetivo primaz é o lucro, independentemente do que venha a acontecer com a natureza, e outro que a respeita, que se pauta nos princípios agroecológicos e que deseja trilhar um caminho sustentável e garantir que não falem recursos naturais para as gerações vindouras. Esse modelo, que surgiu como alternativa à racionalidade mercadocêntrica, contribuiu para a gênese da economia ecológica, que propôs uma mudança paradigmática: a economia seria compreendida como um subsistema da biosfera, devendo respeitar os limites biofísicos planetários (GEORGESCU-ROEGEN; DALY; MARTÍNEZ-ALIER, *apud* GÓMEZ-BAGGETHUN *et al.*, 2010, p. 1213). A economia ecológica valoriza a interdependência entre sistemas humanos e naturais e defende que certos serviços ecossistêmicos são incomensuráveis e não substituíveis.

Essa perspectiva foi reforçada com a incorporação dos conceitos de biodiversidade e serviços ecossistêmicos como dimensões interligadas e indispensáveis à sustentabilidade. Esse reconhecimento impulsionou a emergência do conceito de desenvolvimento sustentável, que será discutido na seção secundária seguinte.

2.3 Desenvolvimento sustentável e bioeconomia

Ao longo da história, o termo desenvolvimento sofreu diversas transformações conceituais. Inicialmente, estava restrito ao crescimento econômico, centrado no aumento da produção e do consumo, mas com o tempo incorporou dimensões sociais e ambientais, tornando-se um conceito multidimensional (SANTOS, 2012). A partir da década de 1980, o termo “desenvolvimento sustentável” ganhou destaque, representando a ideia de que o crescimento econômico não poderia ser o único indicador de progresso, passando a integrar aspectos relacionados à equidade social e à preservação ambiental (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

Antes disso, já havia sinais da preocupação ambiental em discursos acadêmicos e políticos, especialmente nos anos 1970, quando foi publicado o relatório *The Limits to Growth* (MEADOWS *et al.*, 1972), elaborado pelo Clube de Roma. O documento alertava para os

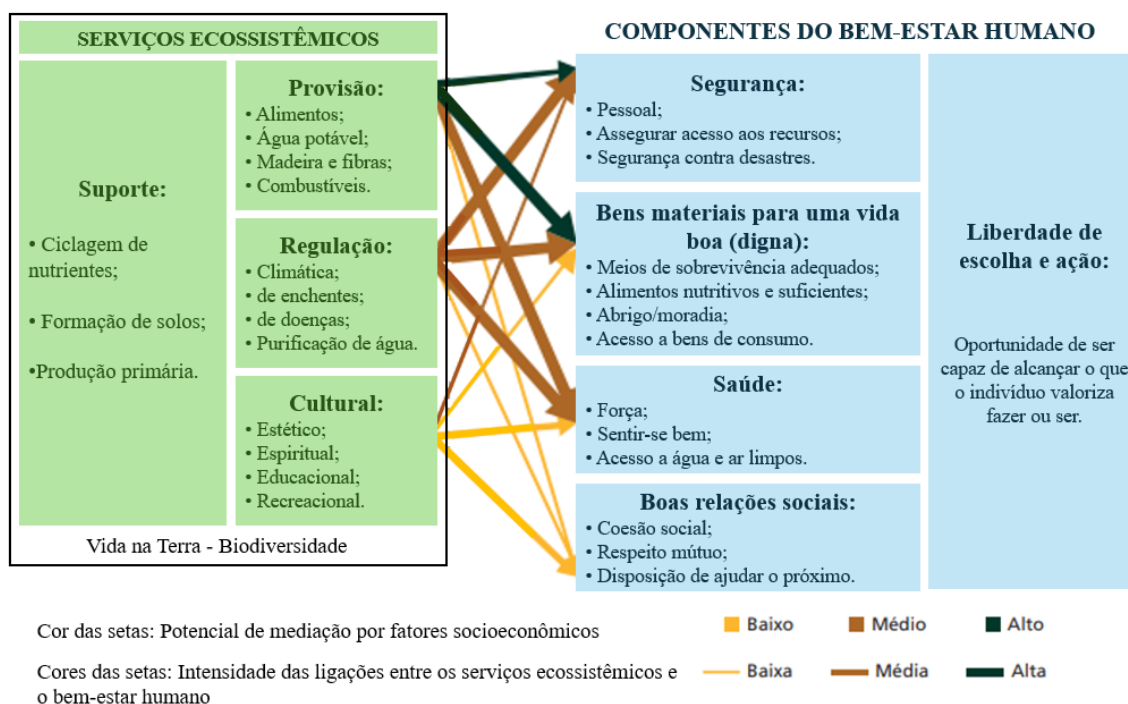
limites do crescimento econômico frente à finitude dos recursos naturais, defendendo a adoção de estratégias voltadas ao crescimento zero para evitar o agravamento das crises ambientais. Nesse contexto, ocorreu a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (1972), que estimulou a criação de órgãos ambientais em diversos países.

A consolidação política do conceito ocorreu com o Relatório *Brundtland*, em 1987, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Esse documento definiu desenvolvimento sustentável como “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias” (WCED, 1987 *apud* GÓMEZ-BAGGETHUN *et al.*, 2010, p. 1212). Essa definição teve grande impacto internacional, promovendo um debate global sobre a relação entre desenvolvimento, justiça social e conservação ambiental.

No entanto, como aponta Bursztyn (2006), a agenda do desenvolvimento sustentável foi rapidamente apropriada por discursos neoliberais, que a harmonizaram com os ideais de livre comércio e crescimento econômico, minimizando suas dimensões críticas, como se verifica, ainda hoje, nos discursos proferidos pelos defensores do modelo hegemônico de agronegócio praticado no Brasil, nos quais, de maneira contumaz, questionam a existência e os impactos das mudanças climáticas, defendem o uso dos pesticidas e a ampliação das terras agricultáveis, bem como relativizam a importância das florestas. Apesar dessa apropriação, o conceito consolidou-se como referência em políticas públicas, estratégias empresariais e debates acadêmicos. Sachs (2002) enfatiza que a sustentabilidade deve estar pautada em três pilares: *viabilidade econômica, justiça social e equilíbrio ecológico*, pilares estes sobre os quais foi erguido o modelo agroecológico praticado por algumas cooperativas agroextrativistas existentes no Brasil cuja atuação, como já dito, se contrapõe ao modelo antigo que ainda se insiste em adotar.

O relatório *Millennium Ecosystem Assessment* (2005) ampliou a compreensão do desenvolvimento sustentável ao destacar a importância dos serviços ecossistêmicos, que são benefícios que os ecossistemas fornecem para o bem-estar humano, como regulação do clima, purificação da água e manutenção da fertilidade do solo. A figura 2 sintetiza essas inter-relações.

Figura 2 - Serviços ecossistêmicos e suas relações com o bem-estar humano



Fonte: Adaptado de *Millennium Ecosystem Assessment* (2005).

A crescente percepção da interdependência entre economia e ecossistemas levou ao fortalecimento de propostas como a bioeconomia. A bioeconomia propõe uma reorganização dos sistemas produtivos com base na biodiversidade e nos conhecimentos tradicionais, buscando conciliar geração de valor, inclusão social e conservação ambiental. Para Roma e Viana (2023, p. 64), “a biodiversidade é parte importante do chamado capital natural do país e gera benefícios não apenas para a população brasileira, mas em escala global”.

Os ecossistemas brasileiros, sobretudo as florestas, são ativos estratégicos para o desenvolvimento sustentável, tanto pela regulação de serviços ecossistêmicos quanto pelo potencial econômico associado ao manejo consciente de produtos florestais madeireiros (PFMs) e não madeireiros (PFNMs). Quando praticado de forma sustentável, esse manejo gera empregos verdes e renda, com impactos ambientais menores em comparação a atividades intensivas como a agropecuária e a mineração (ROMA; VIANA, 2023). Dessa forma, a bioeconomia emerge como uma alternativa contemporânea, alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável. O conceito, entretanto, possui múltiplas definições, variando conforme as perspectivas adotadas. Para Wei *et al.* (2022), em uma revisão de quase 7.000 artigos publicados entre 1996 e 2022, identificaram quatro grandes vertentes: (1) biotecnologia; (2) bioindústria; (3) políticas públicas; e (4) desenvolvimento sustentável e economia circular.

Reitera-se que o termo bioeconomia está longe de ser monolítico, sendo caracterizado como uma “narrativa mestra” que está aberta a diferentes interpretações. Bugge, Hansen e Klitkou (2016), no artigo “*What is the Bioeconomy? A Review of the Literature*”, asseveram que tal fluidez conceitual se manifesta na distinção entre visões de cunho técnico e sistêmico, conforme detalhado no quadro 2 (BUGGE; HANSEN; KLITKOU, 2016).

Quadro 2 - Visões da Bioeconomia Segundo Bugge, Hansen e Klitkou (2016)

	A VISÃO DA "BIOTECNOLOGIA"	A VISÃO DOS "BIO-RECURSOS"	A VISÃO DA "BIOECOLOGIA"
Objetivos e metas	Crescimento econômico e geração de empregos	Crescimento econômico e sustentabilidade	Sustentabilidade, biodiversidade, conservação de ecossistemas, prevenção da degradação do solo
Criação de valor	Aplicação da biotecnologia, comercialização de pesquisa e tecnologia	Conversão e aprimoramento de bio-recursos (orientado a processos)	Desenvolvimento de sistemas de produção integrados e produtos de alta qualidade com identidade territorial
Impulsionadores e mediadores da inovação	P&D, patentes, conselhos de pesquisa e financiadores (Incentivo à ciência, modelo linear)	Interdisciplinar, otimização do uso da terra, incluindo terras degradadas na produção de biocombustíveis, uso e disponibilidade de biorrecursos, gestão de resíduos, engenharia, ciência e mercado (Modo de produção interativo e em rede)	Identificação de práticas agroecológicas orgânicas favoráveis, ética, risco, sustentabilidade transdisciplinar, interações ecológicas, reutilização e reciclagem de resíduos, uso da terra (modo de produção circular e autossustentável)
Foco espacial	Global clusters/Regiões centrais	Regiões rurais e/ou periféricas	Regiões rurais e/ou periféricas

Fonte: Traduzido de Bugge, Hansen e Klitkou (2016)

No contexto brasileiro, essa disputa ganha uma dimensão política clara, onde organizações extrativistas e comunidades tradicionais defendem uma sociobioeconomia alinhada com seus modos de vida, posicionando-se contra processos de inovação que objetivem substituir a floresta nativa por monocultivo de variedades geneticamente uniformes (ANTUNES, 2024). Essa contestação evidencia o temor de que, no avanço do setor, “os mais poderosos fiquem com a maior parte do bolo” (ANTUNES, 2024).

No Brasil, a bioeconomia ganhou destaque devido à sua imensa biodiversidade e ao conhecimento acumulado por povos tradicionais e agricultores familiares. Um levantamento da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), em parceria com a Embrapa, projeta que o setor poderá gerar uma receita industrial anual de aproximadamente 284 bilhões de dólares até 2050 (ABBI, 2022). Entretanto, como alertam Bastos Lima e Palme (2022), o crescimento da bioeconomia precisa ser acompanhado por políticas de justiça social e ambiental, sob pena de reproduzir desigualdades históricas e aprofundar a degradação ambiental. É fundamental

reconhecer o papel estratégico de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares na conservação da biodiversidade, garantindo a eles acesso equitativo aos benefícios gerados.

A disputa conceitual está intrinsecamente ligada ao imperativo da Justiça Ambiental, que busca assegurar que os benefícios da bioeconomia sejam repartidos de forma equitativa. A legislação brasileira, por meio da Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015), estabeleceu diretrizes para a repartição de benefícios pelo acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético. No entanto, o desafio central reside na implementação efetiva, vista que estudos apontam uma falha sistemática no registro e identificação das comunidades detentoras desse saber, o que suscita indícios de ‘roubo de conhecimento tradicional’ (ANTUNES, 2024).

Embora a Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto nº 12.044/2024) defina o setor como um “modelo de desenvolvimento produtivo e econômico baseado em valores de justiça, ética e inclusão”, a inclusão de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares requer mecanismos que transponham as lacunas legais e garantam, na prática, a remuneração pelo conhecimento ancestral crucial para a conservação da biodiversidade.

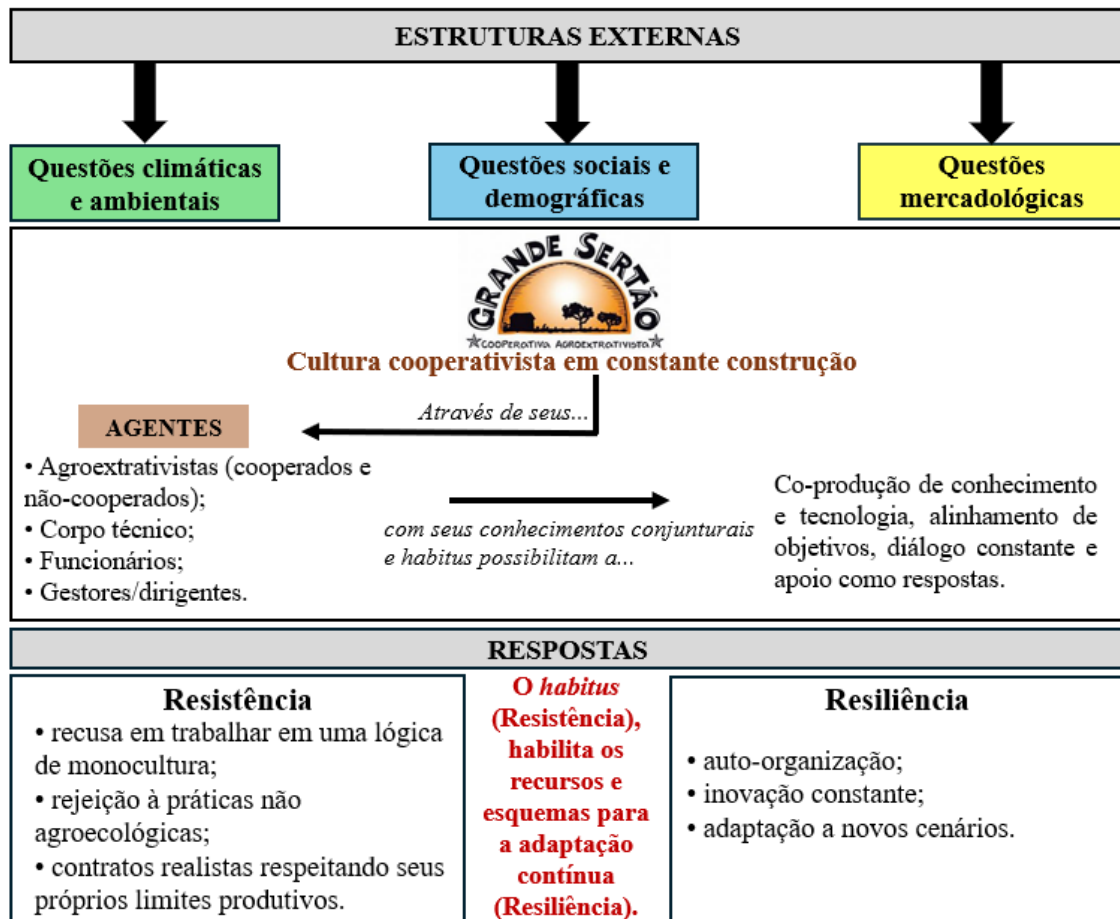
Um desafio central, entretanto, consiste em garantir que os benefícios da bioeconomia alcancem setores historicamente marginalizados. Como apontam Silva, Pereira e Martins (2018, p. 280), o “Brasil possui posição privilegiada para o avanço da bioeconomia devido à sua biodiversidade e à força do agronegócio, mas é imprescindível promover a inclusão de agricultores familiares e povos tradicionais”. Uma das formas de alcançar essa inclusão, por exemplo, é por meio de cooperativas, que fortalecem a autonomia produtiva e garantem melhores condições de comercialização, reduzindo a dependência de atravessadores (SILVA *et al.*, 2015).

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que a construção do reconhecimento social para grupos historicamente marginalizados não se configura como um simples fato jurídico ou formal, mas sim como um processo complexo de “lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco” (HONNETH, 2009, p. 156).

Diante desse cenário, torna-se essencial compreender como as cooperativas agroextrativistas, como a CGS, operam nesse ambiente contestado, equilibrando a lógica de mercado e a preservação de princípios coletivos e sustentáveis, conforme esquematizado na figura 3. A construção desse esboço se deu a partir das problemáticas constatadas nas primeiras entrevistas junto à Cooperativa. A análise da resiliência organizacional dessas estruturas, tema

do capítulo seguinte, ajuda a revelar as estratégias utilizadas para enfrentar pressões externas e internas, mantendo-se como alternativas viáveis frente ao modelo hegemônico.

Figura 3 - Esquema da CGS enquanto organização resiliente



Fonte: autoria própria

3 REFERENCIAL TEÓRICO: O COOPERATIVISMO COMO ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO AGROEXTRATIVISMO

Diante da oportunidade da agricultura familiar, agroecologia e agroextrativismo ganharem um novo ímpeto através do conceito de bioeconomia, conforme argumentado no capítulo anterior, o presente capítulo busca compreender, através de uma revisão da literatura, como uma cooperativa pode adquirir a qualidade da resiliência, bem como pode enfrentar as pressões sofridas, externa e internamente. Para tanto, inicia-se com uma discussão conceitual do cooperativismo, seguida de uma argumentação no sentido de que a cooperativa deve ser entendida como uma organização social cujas dinâmicas de agência e estrutura se articulam em práticas e disposições específicas, em que atores se mobilizam para construir e fortalecer a cooperativa diante de desafios internos e externos. A teoria de estruturação forte (SST), presente na seção 3.5, é proposta como quadro teórico para analisar os fatores que explicam a resiliência da CGS.

Essa teoria se revela especialmente apta para analisar experiências de sociobioeconomia porque articula, de forma analítica e empiricamente orientada, as dimensões materiais e normativas da ação social, sem cair nem no determinismo estruturalista, nem no voluntarismo centrado nos agentes. Ao distinguir estruturas externas (regras, recursos, condicionantes ecológicas e econômicas) e estruturas internas (disposições, competências, crenças, entre outras) e ao enfatizar conjunturas e mecanismos situados mediante os quais agentes mobilizam recursos, a SST fornece um instrumento para rastrear como práticas socioeconômicas e processos biofísicos se co-produzem no tempo (quem faz o quê, com que *know-how*, em que condições e com que efeitos) em vez de limitar a análise a juízos normativos ou a prescrições abstratas.

Para estudos de sociobioeconomia isso é crucial posto que permite mapear empiricamente como incentivos ou restrições de ordem financeira, restrições ecológicas, rotinas técnicas e narrativas legitimadoras se entrelaçam para produzir externalidades, desigualdades ou inovações, mostrando os mecanismos causais e as mediações.

3.1 Cooperativismo como movimento de resistência e agência coletiva

A resistência camponesa tem sido apontada como um importante obstáculo à expansão do capitalismo no campo. Carvalho (2025) diz que essa resistência se manifesta na valorização do uso da terra sobre o valor de troca, na recusa à mercantilização da terra e na preservação de

modos de vida e trabalho de caráter comunitário. Essa postura leva à construção de estratégias coletivas de luta, sendo a permanência nos territórios e a manutenção de formas tradicionais de organização social elementos centrais para a reprodução do campesinato. Tal lógica de preservação comunitária e de afirmação do valor de uso encontra eco na trajetória de movimentos históricos de resistência no Brasil. No sertão baiano, a Guerra de Canudos, no final do século XIX, demonstrou a força coletiva dos sertanejos frente à opressão estatal. Reunidos sob a liderança de Antônio Conselheiro, esses homens e mulheres construíram uma comunidade autossuficiente que desafiou a lógica republicana e as elites agrárias, resistindo heroicamente a três investidas militares até o cerco final em 1897 (CUNHA, 2017). Esse legado de resistência ancestral inspirou as modalidades contemporâneas de luta no campo, que se articulam tanto em movimentos de massa quanto em organizações de base. As estratégias de resistência camponesa se desdobram em movimentos sociais de ampla escala, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e também em organizações associativistas e cooperativistas, sindicatos e movimentos eclesiais de base, que tornam o campesinato mais visível e ativo nas disputas contra as desigualdades históricas do espaço rural (CARVALHO, 2025).

É a partir de contextos como os que foram apresentados que o cooperativismo emerge como uma forma organizada de resistência. Sabourin (2006) destaca que as cooperativas surgiram como resposta aos impactos do liberalismo econômico, buscando soluções coletivas para problemas estruturais. Para Scopinho (2007), o cooperativismo não é um modelo estático, mas um processo que precisa ser constantemente revisado e ajustado às mudanças do contexto social e econômico. Singer (2002, 2018), que é considerado uma das principais referências no estudo do cooperativismo e da economia solidária no Brasil, contribui, com sua obra, tanto no campo teórico quanto para a implementação de políticas públicas, oferecendo um modelo alternativo de organização social e econômica. Mesmo inserido em um contexto capitalista, o cooperativismo propõe novas formas de trabalho e geração de renda (SINGER, 2002, 2018). Ele argumenta que as comunidades rurais tendem a adotar práticas que protegem o meio ambiente e o bem-estar dos consumidores, resistindo a tecnologias que possam comprometer a biodiversidade, a saúde ou a autonomia dos produtores (SINGER, 2018). Além disso, toda organização solidária [v.g. cooperativas] é, essencialmente, uma associação comunitária, na qual os indivíduos que se associam compartilham um destino coletivo (SINGER, 2018).

No âmbito da agricultura familiar, as cooperativas se organizam a partir de experiências coletivas de geração de trabalho e renda, possuindo um caráter político e identitário, e atuando na promoção de políticas públicas populares (MORAIS, 2011). Carvalho (2025) complementa afirmando que, ao reunir pequenos produtores e fortalecer vínculos comunitários, o

cooperativismo se configura, em si mesmo, como um movimento de resistência diante das estruturas econômicas dominantes. Contudo, tal forma de organização coletiva não apresenta apenas vantagens, posto que sofre limitações, examinadas na sequência.

3.2 Do campesinato à Agricultura Familiar: Transformações conceituais

Para situar a passagem do campesinato à noção contemporânea de agricultura familiar, é importante retomar as reflexões dos pioneiros que diagnosticaram as mudanças estruturais no ambiente rural. Nesse sentido, Alexander Chayanov, um dos principais teóricos do campesinato no século XX, afirmava que a própria organização material da produção camponesa fornecia o alicerce para uma nova forma de agricultura, na qual as cooperativas surgiriam como resposta adaptativa à incorporação do campesinato na lógica de mercado. Para ele, a agricultura camponesa, baseada no trabalho familiar e na autogestão, não deveria ser extinta ou assimilada por formas capitalistas de produção, mas, ao contrário, deveria ser fortalecida por meio de formas cooperativas que preservassem sua autonomia e funcionalidade (CHAYANOV, 1991, p. xxiii). Em consonância com esse pensamento, Abramovay (1989) acrescenta que o campesinato não pode ser reduzido a uma simples racionalidade econômica ou a um modo de produção autônomo. Sua principal característica está na inserção parcial no mercado, que decorre tanto da autonomia garantida pela autoprodução e pelo autoconsumo, quanto da flexibilidade de se afastar de determinados mercados sem comprometer sua reprodução social.

Ao se falar em campesinato, é preciso destacar a variedade de denominações que dão conta dessa realidade social: agricultor de subsistência, camponês, pequeno produtor, colono, meeiro ou posseiro, todas elas refletindo modos de vida e relações de trabalho distintos no meio rural. Um levantamento feito na década de 1990 pelo Departamento de Economia Rural da FCA/UNESP identificou mais de mil títulos relacionados ao tema (NEVES, 2007), evidenciando a amplitude de formas de vida associadas ao campesinato.

Neste contexto, a noção de “agricultura familiar” é relativamente recente: só ganhou relevância jurídica e acadêmica a partir da década de 1990, posto que antes predominavam termos como pequeno produtor, agricultor de subsistência ou de baixa renda (CARVALHO, 2025).

A consolidação formal do conceito de agricultor familiar ocorreu apenas nos últimos anos, especialmente a partir da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que define agricultor familiar e empreendedor familiar rural como aquele que, simultaneamente:

- I – não possui área superior a quatro módulos fiscais;
- II – utiliza predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tem renda familiar oriunda principalmente das atividades ligadas ao próprio estabelecimento; e
- IV – dirige o empreendimento com a sua família.

A substituição do termo “camponês” por “agricultor familiar” reflete mudanças conceituais e políticas importantes. Ainda que historicamente as sociedades camponesas sempre tenham estado subordinadas a estruturas de poder dominantes, Wanderley (2014) afirma que é impossível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual apenas como uma simples reprodução do campesinato tradicional.

Picolotto (2014) afirma que a agricultura familiar no Brasil teve sua origem marcada por uma profunda precariedade em diversos níveis, como o social, o econômico e o jurídico, principalmente no que se refere ao acesso e controle dos meios de produção e da terra. Essa precariedade vivenciada limitou a capacidade dos agricultores familiares de se tornarem uma força social, econômica e política capaz de competir com o latifúndio e suas organizações. Dessa forma, além do acesso restrito a terra, crédito e tecnologia, eles enfrentaram grandes desafios na construção de autonomia política para confrontar o modelo agrícola dominante e os grandes proprietários.

Porém, uma mudança significativa nos estudos e nos enfoques teóricos ocorreu a partir do final dos anos 1980 e, em especial, nos anos 1990, com a popularização do termo "agricultura familiar" (PICOLOTTO, 2014). Segundo o autor, o foco das pesquisas deixou de ser apenas a precariedade do segmento (que indicava seu possível desaparecimento) e passou a destacar sua importância socioeconômica, sua diversidade e sua capacidade produtiva, reconhecendo-a como principal responsável pela produção de alimentos no Brasil e no cenário global. Assim dito, a formação de um grupo social não pode ser analisada de forma exclusiva por fatores econômicos ou pelas teorias que guiam seus membros. É imprescindível considerar as experiências de organização política e as posições ocupadas por esses atores no campo político para uma compreensão completa de sua gênese (PICOLOTTO, 2014; BOURDIEU, 2005).

Portanto, a noção de agricultura familiar é o resultado de esforços teóricos e práticos para organizar diferentes interpretações e articular políticas públicas específicas. Carvalho (2025), diz que, apesar do histórico de marginalização e da priorização da agricultura patronal pelo Estado, os agricultores familiares mantêm uma importância central na produção de alimentos e na construção cultural e social do país. Mesmo diante de investimentos escassos, continuam resistindo às pressões do capital e às tentativas de exclusão. Conforme Sabourin

(2006), a globalização e a expansão do capitalismo agrário levam a pequena produção agrícola a ser considerada não competitiva, o que faz com que políticas de apoio, como a reforma agrária, sejam frequentemente vistas apenas como medidas compensatórias ou complementares à pluriatividade. Essa participação limitada e, por vezes, incompleta (ABRAMOVAY, 1989) é influenciada por fatores como a dificuldade de acesso ao crédito, a escassez de informações sobre os mercados, a precariedade do transporte e da comunicação, além da forte presença de grupos econômicos que dominam cadeias de alimentos e insumos.

A agricultura familiar representa uma forma de produção que não deve ser entendida apenas como um sistema de subsistência ou empobrecimento. Segundo Shanin (2005), a economia familiar vai além da mera sobrevivência de grupos vulneráveis, incorporando características da vida rural e da agricultura familiar que, em alguns casos, podem conferir vantagens às economias não capitalistas quando comparadas às formas capitalistas de produção. Isso demonstra que a agricultura familiar possui uma lógica própria, que pode se articular ao mercado sem perder os elementos centrais de uma economia não capitalista.

3.3 Limites e alcances do Cooperativismo na Agricultura Familiar

Ao investigar a literatura sobre cooperativismo e agricultura familiar, torna-se evidente a necessidade de analisar as vantagens e os desafios desse modelo organizacional. As cooperativas têm como objetivo principal garantir a sobrevivência e a autonomia dos pequenos produtores, criando mecanismos coletivos para a melhoria das condições de trabalho e para o escoamento da produção (ALCÂNTARA, 2014). De acordo com Lima (2016), as organizações cooperativas ampliam a participação política dos produtores, fortalecem o engajamento cívico, facilitam a comercialização de produtos e reduzem comportamentos oportunistas, ao mesmo tempo em que incentivam identidades locais e práticas colaborativas. Eid (2012) observa que o trabalho cooperado, presente em diversas partes do Brasil, tem se mostrado vantajoso em relação ao trabalho assalariado, oferecendo remuneração equivalente ao mercado, promovendo autoestima e transformando o trabalho em uma atividade digna e valorizada. Do ponto de vista econômico, as cooperativas, em sua maioria, não têm como foco principal a acumulação de lucro, mas sim, o atendimento das necessidades dos cooperados. Quando isso acontece, o resultado é uma gestão mais justa e equilibrada, conforme destaca Carvalho (2025). De forma complementar, Annibele (2008) assevera que o cooperativismo surge como uma alternativa às falhas tanto do mercado quanto do Estado, criando estruturas participativas que possibilitam o acesso a serviços e recursos fundamentais para a coletividade.

Entretanto, apesar de seus benefícios, o cooperativismo enfrenta limitações. Para que sejam eficazes, as cooperativas dependem de fatores como políticas públicas consistentes, regulação jurídica clara, acesso a informações, linhas de crédito e assistência técnica (ALVES; SAQUET, 2014). Esses fatores, por vezes ausentes ou insuficientes, decerto comprometem a capacidade das cooperativas de cumprir seus objetivos sociais e econômicos de forma sustentável.

3.4 Resiliência e transformação para a sustentabilidade: A lente da Teoria da Estruturação Forte como explicação para a resistência

O estudo de organizações cooperativas agroextrativistas, especialmente aquelas situadas em contextos de alta pressão e conflito, como a Cooperativa Grande Sertão (CGS) no Cerrado, exige um arcabouço teórico capaz de transcender a mera descrição de resultados.

A resiliência e a resistência da CGS se manifestam por sua longevidade, solidez econômica e manutenção de princípios socioambientais; contudo, a intenção desta análise é explicar que esses não são atributos estáticos, mas sim o produto de um processo dinâmico de reação e adaptação. Simplesmente constatar a longevidade da CGS não explica como e por que ela conseguiu manter sua estabilidade em um ambiente estruturalmente adverso. É imperativo, portanto, ir além dos indicadores de sucesso e desvendar o mecanismo causal que articula a Resistência estrutural da cooperativa à sua Resiliência. Para tanto, a Teoria da Estruturação Forte (SST), proposta por Stones (2005), é mobilizada como o instrumento analítico que desagrega o processo, permitindo demonstrar que a Resistência da CGS (sua capacidade de bloquear o isomorfismo, tal qual ocorre na Mecânica) é a condição estrutural que habilita e mobiliza sua Resiliência (sua capacidade de adaptação e persistência).

Aqui, faz-se importante distinguir dois termos frequentemente confundidos, mas de significados distintos, dentro da temática do presente trabalho. Conforme visto na seção anterior, resistência, refere-se à capacidade de organizações coletivas de caráter solidário (como as cooperativas) de se oporem a pressões externas, em especial mercadológicas, para preservar seus interesses, como a terra, os modos de vida e o *habitat* comunitário.

Já a resiliência diz respeito à aptidão de uma organização em suportar essas mesmas pressões e os impactos dela decorrentes e, mesmo assim, recuperar-se, mantendo o seu funcionamento. Tal vocábulo vem do latim *resiliens*, que significa “saltar para trás”. Originalmente utilizado na física, foi introduzido por Thomas Young, em 1807, para descrever a capacidade de materiais metálicos de retornar ao seu estado original após sofrerem tensão

(CARVALHO, 2025). Posteriormente, o conceito foi incorporado pela psicologia e pela ecologia, sendo aplicado para descrever a capacidade de sistemas sociais e naturais de se recuperar diante de perturbações. Timmerman (1981 *apud* Américo, 2022) foi um dos primeiros autores a associar a resiliência social às mudanças climáticas, relacionando-a à vulnerabilidade das sociedades frente a eventos críticos. No campo organizacional, a resiliência passou a ser abordada a partir da década de 1990 como uma qualidade necessária para sobreviver em contextos complexos e incertos (LANE; McCORMACK; RICHARDSON, 2013). Mendonça e Magalhães (2021) destacam que compreender a resiliência é fundamental para a gestão, pois permite que as organizações se adaptem às adversidades e utilizem os desafios como oportunidades de crescimento.

As cooperativas, assim como outras organizações, estão inseridas em um ambiente dinâmico e globalizado, sujeito a intempéries e crises. Sua capacidade de enfrentar e superar tais situações está associada ao conceito de resiliência organizacional. Bialoskorski Neto (2006) observa que as cooperativas são organizações econômicas que criam um espaço de ação coletiva para enfrentar problemas relacionados ao poder de mercado e às assimetrias de informação. Diversos estudos apontam as razões pelas quais as cooperativas apresentam maior resiliência em comparação às empresas convencionais. Entre as características mais relevantes estão a adoção de decisões conservadoras na gestão e nos investimentos, a fidelidade dos membros e os laços sociais fortes, que mantêm a organização coesa mesmo em períodos de crise (BIRCHALL; KETILSON, 2009). Roelants *et al.* (2012), a seu turno, argumentam que a resiliência das cooperativas está associada a fatores como participação ativa dos membros na governança, constituição de fundos de reserva, conexão com as necessidades do território, articulação com a comunidade local, apoio mútuo e formação de consórcios entre cooperativas. Além disso, Johnson *et al.* (2018) complementam que a resiliência cooperativa está ligada não apenas à viabilidade econômica em tempos de crise, mas também à capacidade da cooperativa de manter seus valores e princípios de governança. Bussemeyer e Trampusch (2012) ressaltam que a resiliência é construída no longo prazo, baseada na interação entre membros e lideranças. O comprometimento dos associados é, segundo Johnson *et al.* (2018), um recurso central para essa resiliência. A motivação para participar, a identificação com a cooperativa e a lealdade ao grupo dependem, em grande parte, da confiança mútua e das oportunidades de educação e capacitação oferecidas aos membros. Münkner (2012) sintetiza essa ideia afirmando que “as cooperativas são boas porque seus membros as fazem”. Américo (2022) reforça que a satisfação dos cooperados reduz a probabilidade de comportamentos oportunistas, garantindo maior estabilidade à organização.

Diante do exposto verifica-se que ambos os conceitos, *resistência* e *resiliência*, têm origem na mecânica clássica e que são distintos, em que pese serem costumeiramente empregados de forma imprecisa. Porém, nesse trabalho, cada qual desempenha um papel analítico específico, razão pela qual a distinção entre eles, bem como sua interdependência, merece ser aprofundada. A longevidade e o desempenho diferenciado da Cooperativa Grande Sertão (CGS) não são acidentais ou fruto de mero acaso, mas sim o resultado de um processo dinâmico de estruturação, que encontra sua explicação mais robusta na Teoria da Estruturação Forte (SST) de Rob Stones. Ao integrar as dimensões de Estruturas Internas e Externas, Agência e Resultados, a SST permite que a Resiliência e a Resistência da CGS sejam vistas não como meros *outcomes* (resultados), mas como a manifestação do ciclo de estruturação que a cooperativa empreende continuamente para garantir sua sobrevivência socioambiental e econômica no Cerrado.

Dentro deste arcabouço, a Resistência e a Resiliência podem ser considerados conceitos interdependentes que guardam, entre si, uma relação causal necessária. A Resistência atua como a condição estrutural inicial posto que é a capacidade da CGS de bloquear o isomorfismo do agronegócio hegemônico, preservando seu *habitus* (a cultura agroecológica e solidária) intacto e distinto. Este ato de resistência é crucial, pois protege os recursos internos, como a diversidade produtiva e o conhecimento tradicional, que seriam erradicados pelo modelo dominante. Esses recursos preservados, por sua vez, formam a base de toda a capacidade de adaptação da cooperativa. Quando confrontada por choques externos (crises climáticas ou de mercado), a Agência Ativa (o trabalho dos cooperados e técnicos) é mobilizada para traduzir tal *habitus* protegido em soluções adaptativas concretas. Assim, a Resiliência se manifesta como o resultado (*Outcome*) estrutural que atesta a sustentabilidade do modelo: a CGS só consegue se adaptar e persistir (Resiliência) porque, em primeiro lugar, resistiu à força que eliminaria seus meios de adaptação. A Resistência, portanto, habilita e mobiliza a Resiliência.

Ambos os conceitos, *agência* e *estrutura*, têm crucial importância para o presente trabalho, razão pela qual ainda serão, oportunamente, examinados. Todavia, antes disso, necessária se faz a apresentação do arcabouço teórico-analítico que circunscreve esta dissertação.

3.5 Arcabouço teórico-analítico

A escolha de um arcabouço teórico-analítico adequado é fundamental para a condução de uma pesquisa, uma vez que permite articular conceitos e categorias interpretativas capazes

de iluminar os fenômenos investigados. Mais do que um conjunto de conceitos isolados, o arcabouço teórico se configura como uma lente interpretativa que orienta a análise, direciona o olhar do pesquisador e possibilita compreender a complexidade das relações sociais em jogo. Inoue *et al.* (2024) defendem que, a partir de perspectivas decoloniais e de abordagens que valorizam diferentes formas de viver e conhecer o mundo, é fundamental reconhecer a agência, os saberes e as vozes das comunidades tradicionais, bem como os modos próprios com que constroem suas relações com o território e com a natureza, posição essa que se pretende adotar para a consecução dos objetivos retroapresentados.

Em estudos que envolvem práticas sociais, instituições e dinâmicas coletivas, como no caso das cooperativas agroextrativistas, torna-se especialmente relevante adotar um referencial capaz de integrar as dimensões objetivas e subjetivas da vida social, evitando tanto o determinismo estrutural quanto um voluntarismo excessivo. Nesse contexto, diferentes contribuições teóricas têm buscado superar a dicotomia entre estrutura e agência, reconhecendo que as ações humanas são, ao mesmo tempo, condicionadas por estruturas e responsáveis por reproduzi-las ou transformá-las. Entre essas contribuições, destacam-se abordagens como o conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, e a Teoria da Estruturação, de Anthony Giddens, que oferecem caminhos relevantes para pensar a relação entre os atores e os contextos nos quais estão inseridos.

A seguir, serão apresentadas algumas dessas contribuições, situando como elas dialogam entre si e em que medida permitem avançar na análise dos fenômenos sociais que envolvem tanto a dimensão individual quanto a coletiva.

3.5.1 Do *habitus* à Teoria da Estruturação

Um dos principais objetos de preocupação das ciências sociais, senão o mais importante, é a compreensão dos fenômenos que envolvem a relação entre agência e estrutura (PACELLI, 2022), especialmente no que diz respeito à construção da ação social e seus desdobramentos. Mais do que a simples intenção de agir, essa relação refere-se à possibilidade real de influenciar uma sequência de eventos. Embora esteja ligada à ação intencional no cotidiano, sua marca principal não é a intenção, mas o poder de causar efeitos no mundo social.

De acordo com Pacelli (2022) essa dualidade objetiva compreender: (i) se elas comportam ou não uma existência anterior ao indivíduo; (ii) se elas são fruto do sentido que estes indivíduos conferem ao mundo social; ou (iii) se elas são parte constitutiva da relação entre indivíduos, sociedade e o meio ambiente no qual estão se relacionando mutuamente. Neste

sentido, as interpretações e as escolas de pensamento são diversas, mas sempre buscando tentativas de dar corpo teórico ao ambíguo objeto das ciências sociais: a vida social. Ainda que as ciências sociais sejam um campo do conhecimento que procura interpretar os fenômenos de ordem social, sua preocupação sempre esteve também em desvendar os mistérios da vida social.

A agência e a estrutura são, em geral, assumidas como conceitos opostos na sociologia e na filosofia e têm, ao longo do tempo, suscitado intensas discussões teóricas no campo das Ciências Sociais. De acordo com Giddens (2003), entende-se por *estrutura* o conjunto de regras e recursos que, de forma recursiva, estão envolvidos na reprodução social. As características institucionalizadas dos sistemas sociais possuem propriedades estruturais porque as relações sociais são estabilizadas ao longo do tempo e do espaço. Em termos mais abstratos, a estrutura pode ser concebida como composta por dois aspectos principais de regras: os elementos normativos, que orientam o comportamento, e os códigos de significação, que atribuem sentido às práticas sociais (GIDDENS, 2003). No que se refere à *agência*, o autor explica que esta está associada à capacidade dos indivíduos de agir com intenção. Para que um comportamento seja considerado uma ação, é necessário que o agente tenha a intenção de realizá-lo; do contrário, esse comportamento será apenas uma reação automática ou reflexa às circunstâncias (GIDDENS, 2003). Assim, agência implica não apenas agir, mas também possuir consciência e intencionalidade na intervenção sobre o mundo social.

Observa-se que na teoria social, o problema que envolve a relação entre agência e estrutura é um dilema debatido há anos. Diferentes abordagens teóricas ofereceram suas contribuições para a interpretação do mundo social. Segundo Lippuner e Werlen (2009), a Teoria da Estruturação busca superar a dicotomia entre agência e estrutura ao focalizar a práxis social como processo simultaneamente estruturado e estruturante da realidade. Embora Anthony Giddens seja amplamente reconhecido como seu principal formulador, o trabalho de Pierre Bourdieu também é citado como contribuição relevante nesse campo. Sua proposta de uma teoria da prática, assim como a de Giddens, procura mediar a relação entre ação individual e condicionantes estruturais.

3.5.2 A superação do dualismo estrutura–ação

O antropólogo e sociólogo francês Pierre Bourdieu e o sociólogo britânico Anthony Giddens levaram em conta que as estruturas e agências existem simultaneamente quer nos indivíduos, quer em agregados sociais. Em sua obra intitulada “*Esquisse d’une théorie de la pratique*”, traduzida livremente como “Esboço de uma teoria da prática”, Bourdieu (1977)

propõe a “teoria da prática”, que descreve como as ações humanas criam, negociam e transformam o mundo dentro de uma dialética entre a estrutura social e a agência humana e que o *habitus*, é o produto de diversas condições de existência que são naturalizados no comportamento e pensamento, condicionando, assim, a agência. O modelo de Bourdieu ganhou adeptos porque, ao mesmo tempo que evitava um determinismo mecanicista, não negava a realidade objetiva das pré-condições e da liberdade de ação. Com efeito, a preocupação de Bourdieu era colocar a categoria *habitus* como um intermediário entre a ação e a estrutura na lógica da prática.

Dentre essas teorias, insere-se também a Teoria da Estruturação, de Anthony Giddens. É justamente na tentativa de articulação entre essas duas concepções: ação e estrutura, que derivam praticamente todas as conceituações que embasam a Teoria da Estruturação, que se vale, fundamentalmente, da “premissa de que esse dualismo tem de ser reconceituado como dualidade - a dualidade da estrutura”. (GIDDENS, 2003, p. XXII). Para Giddens, “o indivíduo na sociedade não é simplesmente um receptáculo passivo das formas sociais, mas um agente ativo” (GIDDENS, 1998, p. 161 *apud* PACCELLI, 2022, p. 203).

Giddens (2003) postulou que a estrutura não existiria como uma realidade separada e invisível sobre a sociedade. Contudo, nem todas as ações são racionais, conscientes ou intencionais, além de haver efeitos não intencionais. Fundamentalmente, a estruturação reúne recursos, meios para agir, similar à prática de Bourdieu. A estrutura passa a atuar “estruturando” algum outro aspecto da existência social. A relação entre agência e estrutura é interessante porque explica mudança social, movimentos sociais, convulsões políticas e revoluções. A falta de agência (e as oportunidades de exercê-la) pode explicar o empoderamento, privação relativa ou não de direitos, a alienação e a anomia. É importante salientar que os sistemas sociais, formados pelas práticas sociais, não “têm” estruturas, mas exibem propriedades estruturais, entendidas como regras e recursos, recursivamente implicados na reprodução dos sistemas sociais (GIDDENS, 2000).

Na Teoria da Estruturação, as regras da vida social são assumidas como técnicas ou procedimentos generalizáveis aplicados no desempenho ou reprodução de práticas sociais. Para Giddens (1987, p. 155 *apud* RIVERA PERES JR.; PEREIRA, 2014, p. 50) “o mundo moderno é o mundo das organizações” e, dessa forma, as organizações assumem papel central na Teoria da Estruturação. Apesar de sua riqueza conceitual, a Teoria da Estruturação, formulada por Giddens, apresenta limitações importantes quando transposta para a pesquisa empírica. Trata-se de uma teoria ontologicamente densa, que descreve de forma sofisticada a constituição mútua entre estrutura e agência, mas que, ao mesmo tempo, revela-se

empiricamente vaga e metodologicamente pouco orientadora. Como aponta Rob Stones (2005, p. 76), "a teoria giddensiana frequentemente se apresenta como um aparato teórico autocontido, cujos conceitos são afirmados mais do que investigados, aplicados mais do que analisados".

Essa dificuldade se expressa especialmente no uso recorrente e pouco problematizado de conceitos como “sistemas”, “rotinas” ou “agência reflexiva”, que muitas vezes são tratados apenas como ilustrações da teoria, sem uma mediação cuidadosa entre o nível ontológico geral e o nível *in situ*, ou seja, as situações concretas e específicas onde a ação social ocorre. Como observa Stones (2005, p. 114), “não basta procurar por evidências de processos que pareçam paralelos aos conceitos centrais da estruturação; é preciso teorizá-los em sua forma específica, situada, combinada e, muitas vezes, sobreposta”. Além disso, Giddens parece oscilar quanto ao próprio estatuto da teoria: em diferentes momentos, afirma que a teoria da estruturação é, na verdade, uma ontologia social, e não uma teoria explicativa propriamente dita. Com isso, os conceitos da estruturação deixariam de ter valor analítico direto, funcionando apenas como “dispositivos sensibilizadores”. Como aponta Silva (2010, p. 10), “em questões mais espinhosas, [Giddens] as evita com a justificação de que no fundo é um sociólogo, e não um filósofo”. Para tal autor, essa postura escapa de um problema central: se a estruturação é apenas uma ontologia, o que a impede de se tornar, paradoxalmente, a “grande teoria” que Giddens tanto buscou evitar, ou seja, “um amontoado de conceitos que pretendem explicar e determinar toda situação possível no mundo social” (Silva, 2010, p. 93). Por essa razão optou-se, no presente trabalho, pelo uso da Teoria da Estruturação Forte⁷, que passa-se a apresentar.

3.5.3 A Teoria da Estruturação Forte como lente analítica da investigação

Com a intenção de esclarecer ambiguidades conceituais e lacunas metodológicas, uma revisão da Teoria da Estruturação foi feita pelo sociólogo inglês Rob Stones. Em seu livro *Structuration Theory*, lançado em 2005, o autor discute a Teoria da Estruturação, apresentado seus principais conceitos e concepções ontológicas e epistemológicas fazendo, ao mesmo tempo, a proposta de um novo arcabouço que é definido como uma “síntese que recorre e é baseada nas críticas, debates, defesas e refinamentos que existem no campo da estruturação, ao mesmo tempo em que extrai lições de muitas das aplicações da teoria no nível substantivo” (STONES, 2005, p. 1).

⁷ A Teoria da Estruturação Forte, expressão traduzida do inglês, *Strong Structuration Theory*, ao longo do texto será representada pela sigla SST.

De acordo com Stones (2005), Giddens, ao se concentrar majoritariamente nos aspectos ontológicos gerais da Teoria da Estruturação, negligenciando as dimensões epistemológicas e metodológicas, direciona seu empreendimento teórico em uma forma demasiadamente ampla. Como alternativa, Stones (2005) propõe a “Teoria da Estruturação Forte” que busca empregar as principais virtudes da Teoria da Estruturação: o conceito de dualidade da estrutura, em um escopo mais restrito evitando, assim, as ambições generalistas de Giddens.

No entendimento de Stones (2005), Giddens pecou ao privilegiar somente o nível filosófico, que ele denomina ontologia-em-geral, na formulação da Teoria da Estruturação. A ontologia *in situ* é a saída encontrada pelo autor para superar essa limitação. A ontologia-em-geral refere-se aos pressupostos amplos e abstratos sobre a natureza da realidade social, questionando, por exemplo, se as estruturas sociais existem independentemente da ação humana ou se são construídas a partir dela. Trata-se, portanto, de uma abordagem filosófica mais ampla e genérica, voltada para a compreensão das categorias fundamentais do ser e da existência. Já a ontologia *in situ*, conforme argumenta Stones (2005), concentra-se nos contextos específicos em que a ação social ocorre, analisando como as estruturas e recursos se manifestam em situações concretas e particulares. Nesse sentido, enquanto a ontologia-em-geral busca responder ‘o que é a sociedade’, a ontologia *in situ* procura compreender como os agentes, em suas práticas cotidianas, interpretam e mobilizam essas estruturas no aqui e agora. Essa diferenciação é importante porque permite uma análise que integra o nível macro das estruturas sociais com o nível micro das ações situadas.

Ao mesmo tempo, ele defende que a “Teoria da Estruturação Forte” aceita e supera outra das críticas apontadas na Teoria da Estruturação: as dificuldades de sua utilização em pesquisas empíricas (STONES, 2005). Na visão de Stones (2005), a Teoria da Estruturação de Giddens negligencia as dimensões epistemológicas e metodológicas, o que é, segundo ele, uma das razões principais para seu subaproveitamento, restringindo-a a um espaço demasiadamente limitado: a dimensão ontológica. Porém, ele afirma não estar defendendo o abandono das questões ontológicas em favor de uma preocupação maior com a epistemologia e a metodologia. O que se defende é apenas um equilíbrio entre as dimensões.

Segundo Stones (2005), a dualidade refere-se ao fato de agência e estrutura estarem unidas ou combinadas no processo de estruturação. Dessa forma, evita-se a realização de investigações empíricas que ‘escolham’ entre estrutura e agência (primazia da estrutura ou da agência). Um dos diferenciais da SST em relação à concepção inicial da teoria da estruturação é a proposição de que o agente ‘utiliza’ a (ou se baseia na) estrutura para agir, o que depende de sua capacidade de interpretar a estrutura.

A SST traz uma alternativa profícua para a investigação do fenômeno organizacional por meio da proposição de uma ontologia *in situ*: isso significa olhar para as situações e contextos reais em que as coisas acontecem. Segundo Stones (2005), a Teoria da Estruturação acaba não dando a devida atenção a essas circunstâncias concretas do dia a dia, ou seja, ela deixa de lado esses detalhes importantes do que realmente está acontecendo no mundo real.

Embora inspirada na teoria da estruturação de Giddens (2003), a abordagem de Stones se diferencia por propor uma versão mais empiricamente aplicável do conceito de dupla hermenêutica. Enquanto Giddens enfatiza a mútua constituição entre estrutura e ação, sua teoria permanece em um nível mais abstrato e pouco direcionado a investigações de campo, a Teoria da Estruturação Forte, por sua vez, introduz o quadro analítico da dupla estruturação, que permite examinar com maior clareza os contextos externos, a condição interna dos agentes (suas capacidades, percepções e saberes), as relações sociais ativas e os resultados das práticas.

Para operacionalizar empiricamente a dualidade da estrutura proposta por Giddens, Rob Stones (2005) desenvolve um quadro analítico composto por quatro dimensões principais, que busca tornar a teoria da estruturação mais aplicável a contextos empíricos concretos. Esse modelo é conhecido como o “circuito de estruturação” e envolve os seguintes elementos: estruturas externas, estruturas internas, agência ativa e resultados, conforme a figura 4.

Segundo Stones (2005), esse modelo quadripartido permite compreender como a ação se estrutura a partir da interação entre o contexto externo, as disposições internas dos atores, a ação em si e os efeitos dessa ação sobre as estruturas.

Figura 4 - A natureza quadripartida da estruturação proposta por Stones (2025)



Fonte: Tradução e adaptação da autora a partir de Stones (2005, p. 85).

O exame da interação entre as pessoas e seu ambiente é um foco fundamental das pesquisas qualitativas de campo, especialmente quando se busca compreender as práticas cotidianas, os significados atribuídos e os condicionantes sociais e materiais da ação. Diversas abordagens teóricas, como o interacionismo simbólico, o construtivismo ou mesmo as abordagens funcionalistas, contribuem com interpretações importantes, mas tendem a privilegiar ora os aspectos subjetivos, ora os aspectos estruturais da realidade. Diante disso, a Teoria da Estruturação Forte (SST) se destaca por propor uma via relacional, concentrando-se no processo recursivo entre o indivíduo e a sociedade, ou seja, na mútua constituição entre agência e estrutura. Tal perspectiva oferece grande potencial para explicar como as escolhas individuais são moldadas por contextos sociais, históricos e materiais, sem reduzir os sujeitos a meros produtos das estruturas. Apesar desse potencial explicativo, a teoria ainda é pouco utilizada como estrutura de análise em trabalhos empíricos, especialmente em pesquisas de campo. Seu uso, portanto, representa uma oportunidade de aprofundar a análise da dinâmica entre atores e instituições de forma situada e processual.

A seguir, apresentam-se as quatro dimensões da Teoria da Estruturação Forte (Stones, 2005), que orienta toda a fase analítica: da construção dos roteiros de entrevista até a codificação seletiva, utilizando sua estrutura quadripartite como lente interpretativa principal. Cada dimensão será dialogada com debates sobre saberes tradicionais, sustentabilidade, assimetrias institucionais e desafios das economias territoriais, de modo a aproximar o referencial teórico das especificidades da Cooperativa Grande Sertão. Essa articulação não só explicita o posicionamento teórico da pesquisa, mas também fortalece a capacidade de análise para as próximas saídas de campo e entrevistas direcionadas.

3.5.3.1 Estruturas externas

As estruturas externas dizem respeito às condições de ação que existem independentemente do agente em foco. Elas representam o contexto estrutural no qual o agente está inserido em determinado momento (tempo 1). Essas estruturas podem ser pensadas de duas formas: de maneira abstrata e ontológica, como os papéis e práticas sociais que compõem as posições em uma rede social, ou de forma conjuntural e situada, considerando as relações sociais concretas vividas por agentes específicos em determinado contexto.

Stones enfatiza que o foco está no “horizonte de ação do agente *in situ*”, ou seja, tal como percebido pelo próprio ator ou pelo pesquisador que o observa: “A ênfase, repetindo, recai sobre o horizonte de ação dos agentes *in situ*, tal como percebido por esse agente e/ou pelo

pesquisador social.” (STONES, 2005, p. 84). No contexto do cooperativismo brasileiro, diferentes condicionantes externas moldam o ambiente coletivo:

- i. Mercados capitalistas e globalização: impõem competitividade e padronização, mas estimulam inovações locais a partir de estratégias de adaptação (SCHRÖDER, 2004).
- ii. Economia baseada em serviços: demanda instituições baseadas na cooperação e no uso compartilhado de saberes, criando oportunidades para modelos alternativos (DU TERTRE, 2013).
- iii. Falhas de mercado e infraestruturas precárias: perecibilidade dos produtos, logística difícil, baixa escala e falta de acesso a financiamento reduzem o alcance das cooperativas de produtos da sociobiodiversidade (PIMENTA; AZEVEDO, 2020).
- iv. Essas condições externas serão revistas nas entrevistas e observações de campo, garantindo que a percepção dos agentes — segundo a lente da SST — oriente a análise de como tais entraves e oportunidades operam na prática.

3.5.3.2 Estruturas internas

As estruturas internas são aquelas presentes no próprio agente. Elas representam os conhecimentos, disposições e capacidades cognitivas que o indivíduo mobiliza para agir. Podem ser divididas em duas categorias (STONES, 2005, p. 85):

- a) Estruturas internas conjunturais: saberes mais específicos relacionados ao contexto imediato em que o agente atua (por exemplo, o conhecimento de normas locais ou regras institucionais de uma cooperativa);
- b) Estruturas gerais-disposicionais: disposições mais duradouras, internalizadas ao longo do tempo, próximas ao conceito de *habitus*, proposto por Bourdieu.

Essas estruturas internas são fundamentais para entender como os indivíduos interpretam o mundo e tomam decisões, com base em conhecimentos incorporados historicamente e em experiências situadas. Aplicando estes conceitos a cooperativas, a ideologia cooperativista e seus valores fundamentais representam uma estrutura interna geral-disposicional poderosa. A "ideologia cooperativista, endossada pelos membros, sustenta a organização nos momentos de crise" e "a manutenção de uma forte ideologia cooperativista,

ancorada na autogestão e na solidariedade, é crucial para a organização resistir às pressões externas" (Farias e Gil, 2013). Essa ideologia é um sistema de crenças e valores compartilhados: autogestão, solidariedade, democracia econômica, sendo esses, profundamente internalizado pelos membros, que atua como um arcabouço cognitivo que orienta suas ações e fomenta a resiliência coletiva.

O conhecimento tradicional e o modo de vida, particularmente no extrativismo, exemplificam o *habitus*. O extrativismo vegetal é descrito como "profundamente ligada ao modo de vida das populações locais e às suas condições sociais, econômicas e políticas" (Almeida, 2024). Além disso, os agroextrativistas são identificados como "portadores de práticas e saberes de uso sustentável da floresta" (Michelotti, 2000). O "modo de vida" e os "saberes de uso sustentável" dessas populações são exemplos claros de estruturas internas gerais-disposicionais, historicamente incorporados e enraizados em sua identidade, moldando sua relação com o ambiente e suas atividades econômicas.

3.5.3.3 Agência/Práticas ativas

A terceira dimensão refere-se à ação do agente, ou seja, como ele mobiliza suas estruturas internas para agir. Isso pode ocorrer de forma rotineira e pré-reflexiva, quando o agente age com base em hábitos e práticas já consolidadas, ou de maneira estratégica e crítica, quando reflete ativamente sobre sua situação e decide como agir de forma deliberada. "Agência ativa inclui as formas pelas quais o agente, de forma rotineira e pré-reflexiva, ou estratégica e crítica, recorre às suas estruturas internas" (STONES, 2005, p. 85). Esse elemento representa a instância dinâmica da estruturação, mas que nunca está isolada das outras dimensões do circuito, mesmo em situações de deslocamento extremo, como migrações, os agentes carregam consigo seu *habitus* e tentam adaptá-lo ao novo contexto.

Nesta dimensão, analisamos de que maneira os agentes da Cooperativa Grande Sertão mobilizam suas estruturas internas para agir, ora de forma rotineira e pré-reflexiva, apoiados em práticas consolidadas, ora de modo estratégico e crítico, quando refletem sobre suas circunstâncias e definem ações deliberadas (Stones, 2005). Por meio da formação e reorganização cooperativa, esses agentes propõem alternativas ao modelo capitalista, promovendo a democracia econômica e a solidariedade (Rios, 2007; Dufays *et al.*, 2020). Ao mesmo tempo, a busca por acesso a mercados institucionais organiza a produção de forma coletiva: planeja-se o calendário, coordenam-se tarefas e implementa-se rastreabilidade para garantir uma oferta diversificada e contínua de produtos (Silveira; Anjos, 2022). Paralelamente,

a mobilização socioambiental materializa-se em iniciativas voltadas à preservação do ambiente, à redução de desigualdades e ao exercício da resistência, evidenciando um engajamento que ultrapassa metas meramente econômicas (Laville, 2009). Essas práticas demonstram como o *habitus* cooperativista e os saberes situacionais interagem dinamicamente com o contexto externo, alimentando decisões que, por sua vez, influenciam o ambiente em que a cooperativa está inserida.

3.5.3.4 Resultados

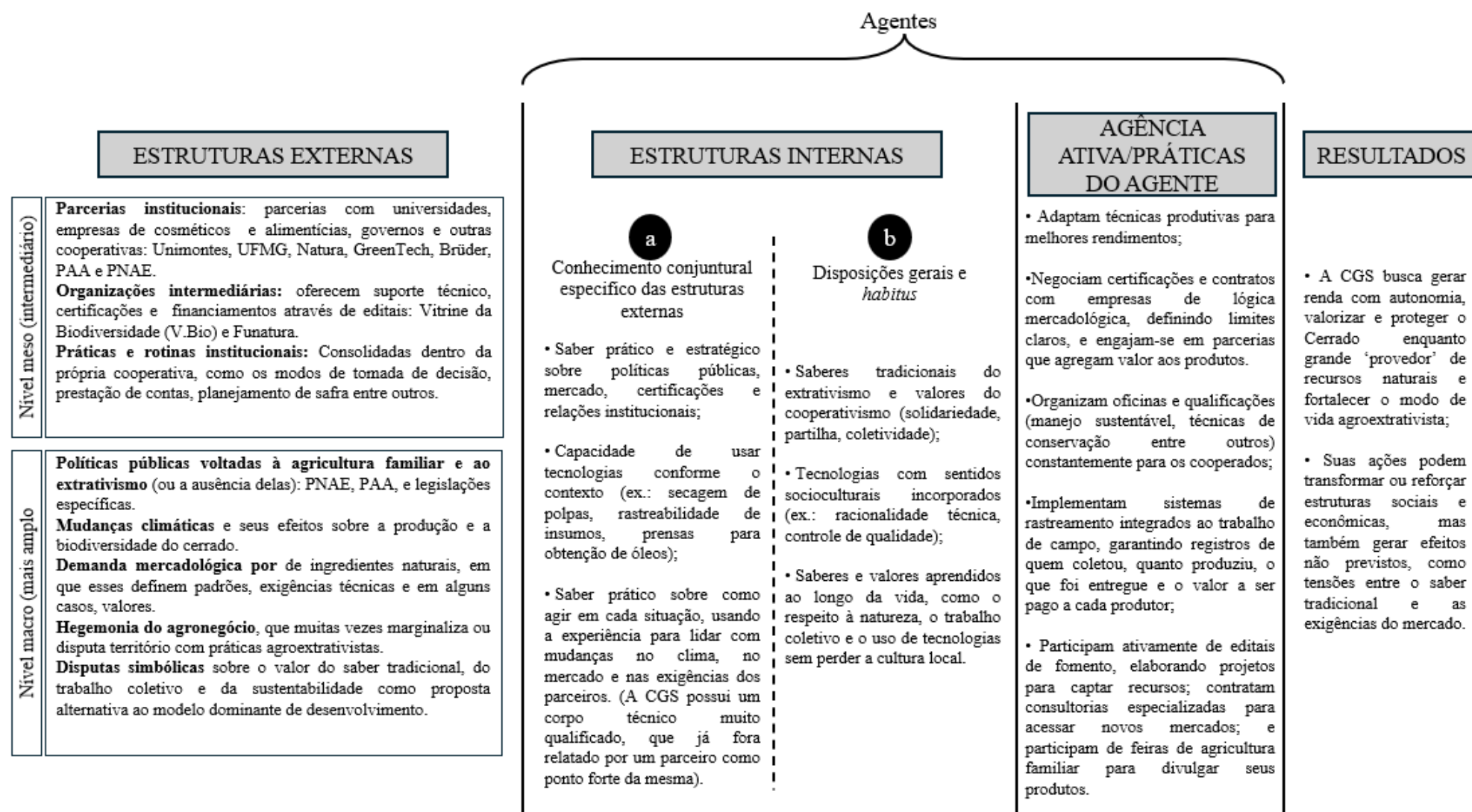
A última dimensão diz respeito aos efeitos da ação dos agentes, tanto sobre as estruturas externas quanto sobre suas próprias estruturas internas. Esses resultados podem reproduzir as estruturas existentes, mantendo o *status quo*, ou transformar essas estruturas, promovendo mudança institucional. “Os efeitos das práticas dos agentes nas estruturas existentes podem envolver mudança e elaboração ou reprodução e preservação” (STONES, 2005, p. 85).

Além disso, os resultados envolvem o sucesso ou fracasso dos propósitos dos agentes, independentemente de seu impacto sobre as estruturas. As estruturas podem facilitar ou dificultar esses propósitos. O impacto sobre as estruturas internas também deve ser considerado, pois elas se transformam ao longo do tempo em função das experiências vividas, ideia que Stones complementa com a noção de propriedades emergentes do agente, inspirada em Archer (1996; 2000, *apud* STONES, 2005, p. 85). Intencionalmente, as práticas cooperativas promovem o fortalecimento econômico e a redução da vulnerabilidade das famílias rurais, atuando como instrumento eficaz de combate à pobreza e de geração de renda sustentável (Anjos *et al.*, 2022; Carvalho, 2007), além de incentivar a conservação ambiental e a valorização da biodiversidade do Cerrado, mediante o uso sustentável de recursos naturais (Oliveira *et al.*, 2023; Carvalho, 2007). No entanto, também emergem efeitos não previstos, como o aumento de burocracia técnica e potenciais tensões entre saberes tradicionais e as exigências de mercado. Ademais, os resultados obtidos retroalimentam as estruturas internas do agente: conquistas econômicas e ambientais fortalecem a ideologia cooperativista e o *habitus* extrativista, reforçando a resiliência coletiva e ampliando a capacidade de agência em ciclos subsequentes. Dessa forma, a aplicação da SST à análise da CGS evidencia a interdependência dialética entre contexto, disposições dos agentes, ações e consequências.

A aplicação da Teoria da Estruturação Social (SST) ao estudo da CGS permite compreender a dinâmica recíproca entre estruturas, agentes e práticas no contexto agroextrativista. Ao evidenciar como as estruturas internas se transformam a partir das

experiências vividas pelos agentes e como as ações cooperativas promovem tanto fortalecimento econômico quanto desafios emergentes, a SST revela a complexidade dos processos que sustentam a resiliência organizacional da CGS. Esse ciclo contínuo de interação e retroalimentação entre o agente e o contexto reforça a capacidade da cooperativa de se adaptar e resistir às pressões externas, reafirmando princípios coletivos e sustentáveis. O quadro teórico a seguir, representado pela figura 6 ilustra, de forma genérica, essas interações e fundamenta a análise desenvolvida neste estudo.

Figura 5 – Quadro teórico preliminar



Fonte: elaborado pela autora.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente capítulo detalha-se o arcabouço metodológico adotado para investigar a resiliência da Cooperativa Grande Sertão, articulando as escolhas de paradigma, fundamentos teóricos, desenho de pesquisa e procedimentos de coleta e análise de dados. A estratégia de pesquisa foi definida em função do objetivo de compreender, com profundidade, como a Cooperativa Grande Sertão, responde a desafios ecológicos, sociais e mercadológicos.

4.1 Fundamentações filosóficas acerca da ontologia, epistemologia e perspectiva teórica

Para orientar a escolha dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, é de fundamental importância explicitar os pressupostos ontológicos e epistemológicos que a sustentam, uma vez que “as escolhas metodológicas são influenciadas pelo entendimento que o pesquisador tem sobre a natureza da realidade (ontologia) e sobre como o conhecimento pode ser adquirido e validado (epistemologia)” (PAULA *et al.*, 2024, p. 4).

No que se refere à ontologia, compreende-se aqui que a cooperativa não é uma entidade dada, estática ou independente da ação humana. Pelo contrário, sua existência está ancorada na história e nas práticas coletivas de sujeitos que, ao longo do tempo, organizaram-se em torno de objetivos comuns. No caso da CGS, isso se deu como uma resposta à atividade predatória da produção de carvão, em meados dos anos 90, buscando uma forma sustentável de aproveitamento dos frutos do Cerrado. Ontologicamente, portanto, a CGS é compreendida como uma construção coletiva e dinâmica, constantemente formada e transformada pelas práticas sociais, pelos vínculos entre os sujeitos e pelos significados que estes atribuem à sua experiência cooperativa.

A partir dessa ontologia, reputa-se adequado adotar uma epistemologia construcionista social, vista que há de se enfatizar a *construção social* da cooperativa (e sua resiliência) como realidade, considerando tanto a perspectiva histórica quanto a social. Para Crotty (1998), na epistemologia construcionista, os significados são construídos pelos seres humanos à medida que se relacionam com o mundo que interpretam. O aludido autor prossegue afirmando que o “social” no construcionismo social refere-se ao modo de geração de significado e não ao tipo de objeto que possui significado. Cumpre ressaltar que a adoção da base epistemológica construcionista social favorecerá a dupla hermenêutica preconizada por Gidens, vez que esta pesquisadora deverá se incumbir de “entrar e de compreender os quadros de significado envolvidos na produção da vida social pelos atores leigos” [*in casu*, cooperados, fornecedores,

parceiros e consumidores], bem como da tarefa subsequente de reconstruir tais quadros dentro dos novos quadros de significado envolvidos em esquemas conceituais técnicos [*in casu*, agência e estrutura, que serão posteriormente apresentados] (GIDENS, 1976,p.79, *apud* CROTTY, 1998, p. 67).

4.2 Metodologia

Conforme destaca Crotty (1998), a metodologia refere-se à estratégia ou plano de ação que norteia o uso de determinados métodos. Ela estabelece uma ponte entre os pressupostos teóricos e os procedimentos práticos, guiando a forma como o pesquisador busca alcançar os objetivos propostos. A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa interpretativa, alinhada à compreensão de que o objeto de estudo, uma cooperativa agroextrativista enquanto arranjo sociotécnico, envolve dinâmicas complexas, subjetividades e relações construídas no contexto territorial. A pesquisa qualitativa permite apreender dimensões não quantificáveis, interpretando os significados, percepções e experiências dos atores envolvidos. Gil (2025) define a pesquisa qualitativa como aquela que produz resultados não alcançados por meios estatísticos ou quantitativos. Para Gil, “a realidade é múltipla, visto que pode ser interpretada a partir de várias perspectivas”. Essa perspectiva visa captar o significado atribuído aos acontecimentos, revelando as múltiplas camadas de sentido presentes nos fenômenos sociais. Pope e Mays, discorrendo sobre a pesquisa qualitativa, afirmam que ela:

está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa. (POPE; MAYS, 2009, p.14).

Essa perspectiva considera o conhecimento como construído socialmente e enfatiza o papel ativo do pesquisador na interpretação dos dados. Denzin e Lincoln (2006) lecionam que a pesquisa qualitativa se ancora na tentativa de compreender o mundo em seu estado natural, por meio da interpretação dos significados que os indivíduos atribuem às suas práticas, histórias e interações. Nessa linha, Minayo (2014) enfatiza que a investigação qualitativa é especialmente indicada para estudar relações, representações, crenças e valores que não podem ser reduzidos a dados mensuráveis, sendo fundamental para compreender fenômenos em profundidade, sobretudo quando envolvem dimensões simbólicas e contextuais da realidade social. Desse modo, a investigação qualitativa não busca inferências quantitativas ou modelos estatísticos,

mas interpretações situadas, comprometidas com a complexidade dos contextos e com os sentidos produzidos pelos sujeitos em suas práticas cotidianas. No presente estudo, essa abordagem se mostra especialmente adequada para compreender como a cooperativa agroextrativista percebe e enfrenta os desafios impostos pelas dinâmicas de mercado, pelas transformações sociais e pelas pressões ambientais, além de captar os efeitos dessas estratégias sobre o território e a manutenção da coerência com os princípios cooperativistas que orientam sua atuação.

Yanow reforça essa visão interpretativa ao afirmar que

Os métodos interpretativos baseiam-se no pressuposto de que vivemos em um mundo social caracterizado pela possibilidade de múltiplas interpretações. Nesse mundo, não existem ‘dados brutos’ cujo significado esteja além de qualquer disputa. Uma ciência rigorosa e imparcial é possível — mas não a ciência neutra e objetiva estipulada pelos métodos analíticos tradicionais (como representado pelo método científico). (YANOW, 2000, p.5)

4.3 Métodos

Os métodos dizem respeito às técnicas e procedimentos utilizados para coletar e analisar os dados empíricos relacionados às questões de pesquisa ou hipóteses formuladas. Essas dimensões, embora distintas, devem ser articuladas de maneira coerente, uma vez que influenciam mutuamente o percurso da investigação e a construção do conhecimento (CROTTY, 1998).

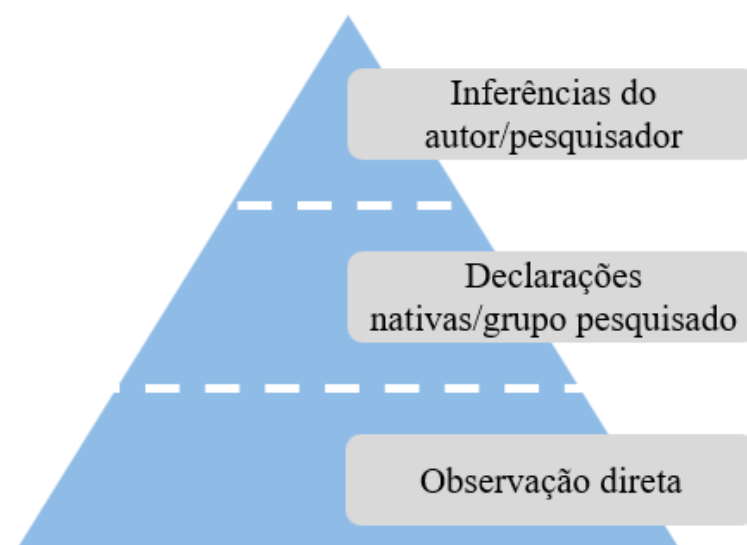
Optou-se pela realização de um estudo de caso único, inspirado em enfoques etnográficos (Stake, 1995). O foco recai sobre a CGS, cuja sede está situada em Montes Claros (MG). Ela foi escolhida por sua relevância como organização comunitária que mobiliza saberes tradicionais, tecnologias sociais e redes de valor institucional. Segundo Stake (1995, p.8), o estudo de caso permite “investigar a particularidade e a complexidade de um caso singular, buscando compreender sua atividade dentro de importantes circunstâncias”.

Para tal, foi utilizada a observação participante em campo, complementada por entrevistas em profundidade. Foram realizadas diversas visitas às instalações da CGS, bem como ao Norte de Minas, em especial, na região em que os cooperados vivem e de onde tiram seu sustento. Embora não se configure como a imersão prolongada e contínua da etnografia clássica de Malinowski (1978), a frequência e a intensidade das interações de campo visaram capturar, com o máximo de fidelidade possível, a lógica interna das práticas sociais da organização e o ponto de vista dos atores sociais (Malinowski, 1978). Como ressalta tal pesquisador:

A meu ver, um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom senso e intuição psicológica. (...) É necessária a apresentação desses dados para que os leitores possam avaliar com precisão, num passar de olhos, quanto familiarizado está o autor com os fatos que descreve e sob que condições obteve as informações dos nativos. (MALINOWSKY, 1978, p.22)

Com base na formulação de Malinowski (1978), pode-se sistematizar sua exigência em três tipos de informação: (1) O que o pesquisador viu (observação direta): Este é o fato bruto e refere-se aos resultados da observação direta do pesquisador. (2) O que eles (nativos/grupo estudado) disseram (declarações nativas). Este é o ponto de vista do nativo e refere-se às declarações e interpretações nativas (os sujeitos da pesquisa). Permite que o leitor acesse a visão de mundo dos estudados, um componente essencial da descrição densa (GEERTZ, 2008). (3) Inferências do Autor/Pesquisador. Este é o trabalho analítico do pesquisador. Refere-se às conclusões baseadas em sua intuição, conhecimento teórico e comparação dos dados brutos e das declarações nativas. É a partir dessa análise e interpretação que se dá a construção teórica do pesquisador, que objetiva apresentar a contribuição científica da sua pesquisa, movendo-se da mera descrição para a interpretação teórica. A figura 6, faz a sistematização desses níveis em formato piramidal, ilustrando o percurso que a análise etnográfica deve trilhar: das bases empíricas da observação e do conhecimento nativo (na base) até a construção das inferências e da teoria científica (no ápice).

Figura 6 - Sistematização dos níveis analíticos da etnografia: Elaboração da autora a partir de Malinowski (1978) e Geertz (2008)



Fonte: Autoria própria, com base em Malinowski (1978) e Geertz (2008)

4.4 Coleta de Dados

Os principais métodos de coleta de dados empregados foram:

i. *Entrevistas semiestruturadas*: realizadas com cooperados, dirigentes e técnicos da CGS, além de representantes das empresas parceiras que mantêm relação comercial com a CGS. Os roteiros de entrevista abordam temas como histórico organizacional da cooperativa, práticas produtivas, desafios enfrentados e estratégias de resiliência adotadas.

ii. *Visitas de campo a comunidades*: foram feitas visitas às comunidades do bioma Cerrado, vinculadas à CGS (seja por terem membros cooperados, seja por contribuírem como fornecedores). Nessas localidades foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com agroextrativistas e técnicos locais para compreender as práticas cotidianas de extrativismo, os desafios na produção e comercialização de produtos florestais não madeireiros e os significados atribuídos à organização coletiva, às formas de cooperação local e às relações com o mercado institucional e privado.

iii. *Análise documental*: A pesquisa documental foi realizada por meio da revisão de relatórios institucionais da CGS, atas de reunião, boletins informativos, contratos firmados com o Poder Público e a documentação relativa a eventos promovidos e/ou cuja cooperativa participou. Como material adicional e complementar, foram analisados projetos de incentivo e os editais de fomento nos quais a cooperativa se inscreveu ou participou, incluindo documentos das agências intermediadoras envolvidas no processo. A análise englobou também estudos científicos conduzidos por empresas juntamente com a CGS, assim como relatórios anuais das empresas (quando divulgados). Ademais, a pesquisa se aprofundou na articulação política da cooperativa na região, com destaque para a participação em redes estratégicas, como o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) e CODECEX MG (Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas). Essa análise documental combinada visou mapear as dinâmicas produtivas implementadas ao longo do tempo, além de procurar capturar a ação da CGS junto a esses parceiros e no cenário político regional. Tais métodos são complementares, e devido a sua variedade em termos de fonte, contribuem para o rigor metodológico. Os lócus empíricos principais são, portanto, tanto o contexto territorial e organizacional da CGS quanto a perspectiva das empresas parceiras, permitindo uma análise abrangente das dinâmicas de articulação entre os atores sociais, produtivos e mercadológicos envolvidos na cadeia agroextrativista.

4.5 Análise de Dados

A análise dos dados seguiu um processo inspirado na dupla hermenêutica, em que as interpretações dos participantes foram interpretadas novamente pela pesquisadora, com base em referenciais teóricos. O procedimento adotado baseou-se em uma abordagem qualitativa indutiva, com apoio do *software* MAXQDA, que permitiu organizar e codificar um grande volume de dados textuais de forma sistemática, além de facilitar a visualização de padrões e relações entre as informações.

Os materiais coletados foram organizados, sistematicamente, em três grupos principais de fontes de dados, refletindo os diferentes papéis e esferas de interesse no ecossistema da CGS, a saber:

Grupo 1 - representantes de empresas que mantêm relações comerciais (Modelo *Business to Business* – B2B) e demais organizações externas que possuem alguma relação com a CGS;

Grupo 2 - pessoas que ocupam cargos na estrutura organizacional da CGS e

Grupo 3 - agroextrativistas vinculados à cooperativa.

É importante ressaltar que esta divisão em três grupos não teve o propósito de realizar comparações dicotômicas ou análises de discurso contrastivas. Sua função foi estritamente metodológica, servindo para situar a posição de cada agente dentro da macroestrutura da cooperativa e de sua cadeia de valor, garantindo que a coleta de dados abrangesse todas as esferas de ação e influência. Para garantir o acesso a dados relevantes, roteiros específicos de entrevistas semiestruturadas foram desenvolvidos para cada grupo, explorando o campo de experiência e a visão de mundo particular de cada *stakeholder*⁸.

O processo analítico foi conduzido por meio de codificação temática, em três etapas principais, a partir do uso do *software* MAXQDA para organização e tratamento dos dados.

A primeira etapa consistiu na *Codificação Aberta*, isto é, no fracionamento dos documentos em unidades de sentido identificadas durante a leitura minuciosa. Os segmentos resultantes foram nomeados de maneira livre, a partir dos temas que emergiam diretamente do

⁸ *Stakeholder* em uma organização é, por definição, qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos dessa empresa (FREEMAN, 1984, *apud* LYRA, GOMES e JACOVINE, 2009). A inobservância desses grupos pode resultar em consequências severas, levando, em alguns casos, à devastação ou à dissolução da organização (LYRA, GOMES e JACOVINE, 2009).

conteúdo. Este processo buscou mapear a diversidade dos discursos e das experiências relatadas. A segunda etapa correspondeu à *Codificação Axial*, etapa em que os códigos abertos foram reorganizados em grupos conceituais mais amplos, com base em propriedades comuns existentes entre eles, o que permitiu a construção de categorias temáticas intermediárias, conectando as causas, as práticas e as consequências das ações observadas no contexto da CGS. Por fim, na terceira etapa, realizou-se a *Codificação Seletiva* no intuito de integrar e refinar as categorias temáticas intermediárias, com base na identificação dos elementos mais significativos para a compreensão do fenômeno da cooperativa. Nesta última etapa seguiu-se o modelo quadripartite da Teoria da Estruturação Forte (SST) proposto por Stones (2005).

Em termos práticos, a partir de 101 documentos (incluindo entrevistas, anotações, extratos de contratos firmados e registros complementares) que compuseram o *corpus* de análise, a *Codificação Aberta* resultou na identificação de 53 códigos iniciais distintos. Estes 53 códigos, por sua vez, foram aplicados a 1270 segmentos de texto codificados ao longo dos documentos, atestando a profundidade e a granularidade do mapeamento temático. No passo seguinte, isto é, a *Codificação Axial*, esses 53 códigos abertos foram reagrupados, por afinidade conceitual e propriedades comuns, em 8 categorias temáticas intermediárias.

A Figura 7, apresentada na sequência, ilustra esse processo analítico, desde a Codificação Aberta até a estruturação das categorias axiais, utilizando a visualização disponibilizada pelo *software* MAXQDA. Esse diagrama demonstra como a diversidade inicial de códigos é progressivamente sintetizada em conjuntos de análise robustos, preparando o terreno para a fase final de integração teórica.

Figura 7 – Hierarquia e síntese dos dados: Visualização da codificação axial (a) e quantificação dos segmentos por grupo (b)

Lista de Códigos	Grupo 3	Grupo 2	Grupo 1
Participação da CGS em eventos, feiras e mostras	1	9	
Relações políticas		5	
Treinamentos, reuniões, qualificações e alinhamentos	1	7	7
CGS e Instituições de ensino		2	1
Cadeias produtivas da sociobiodiversidade	1	1	6
Ampliação para fora do território		1	1
Valorização de espécies nativas		4	5
Questões sociais	19	9	1
Historicidade dos problemas ambientais no Cerrado	7	5	
Comercialização	12	10	2
A cooperativa Grande Sertão	8	18	
Pressões mercadológicas	7	10	
Editais e projetos de fomento	4	5	
Projetos futuros	4	4	1
Processos produtivos	3	16	3
Conquistas CGS	7	10	4
Anseios dos cooperados em relação à cooperativa	10		
Produtos CGS	3	7	3
Relação da CGS com cooperados	14	18	
Desafios da CGS	12	40	
Estrutura da CGS	4	18	
Senso de pertencimento	16	25	1
Políticas públicas	5	4	
Conflitos de interesse dentro do território	2	6	
Território	10	26	5
Dados quantitativos importantes	3	2	2
Benefícios para a empresa		1	4
Legislações	5	7	2
Abertura para inovação	6	3	11
Inovação tecnológica	3	1	7
Aporte financeiro	2		2
Mercado em ascensão		3	5
Bioeconomia aplicada em produtos	4	4	14
Cultura de sustentabilidade ambiental	9	11	14
Conhecimento Tradicional Associado	5	9	14
Impactos ambientais	27	25	19
Cosméticos sustentáveis	2	3	12
Mudanças climáticas	10	7	6
Conhecimento técnico	10	26	33
Agronegócio e pecuária	9	8	1
Sazonalidade	7	8	6
Visão das empresas sobre a cooperativa		1	4
Riscos possíveis dentro das parcerias	1	9	5
Mulheres na CGS	1	2	1
Mulheres no extrativismo	16	10	4
Fortalecimento da comunidade local	3	11	12
Geração de renda	40	16	32
Manejo responsável	21	19	8
Valor agregado ao produto	12	15	11
Uso sustentável de recursos nativos	29	24	28
Descompasso entre produção e demanda	4	4	
Parcerias Estratégicas	23	33	27
Pesquisa conjunta	1	4	17

(b)

$\Sigma 1270$

(a)

1 - Governança, Relações e Estrutura da CGS

- A cooperativa Grande Sertão
- Participação da CGS em eventos, feiras e mostras
- Parcerias Estratégicas
- Visão das empresas sobre a cooperativa
- Estrutura da CGS
- Relação da CGS com cooperados
- Conflitos de interesse dentro do território

2 - Estrutura Regulamentar e Institucional

- Pesquisa conjunta
- Legislações
- Políticas públicas
- Relações políticas
- Editais e projetos de fomento
- CGS e Instituições de ensino
- Historicidade dos problemas ambientais no Cerrado
- Agronegócio e pecuária

3 - Produtos, Cadeia de Valor e Bioeconomia

- Produtos CGS
- Valor agregado ao produto
- Cadeias produtivas da sociobiodiversidade
- Bioeconomia aplicada em produtos
- Cosméticos sustentáveis
- Comercialização
- Pressões mercadológicas
- Sazonalidade
- Descompasso entre produção e demanda

4 - Conhecimento, Inovação e Capacitação

- Conhecimento Tradicional Associado
- Conhecimento técnico
- Treinamentos, reuniões, qualificações e alinhamentos
- Abertura para inovação
- Inovação tecnológica

5 - Território e Contexto socioambiental

- Território
- Questões sociais
- Impactos ambientais
- Mudanças climáticas
- Uso sustentável de recursos nativos
- Manejo responsável
- Valorização de espécies nativas

6 - Gestão, Desafios e Recursos

- Desafios da CGS
- Aporte financeiro
- Processos produtivos
- Dados quantitativos importantes
- Riscos possíveis dentro das parcerias
- Mercado em ascensão

7 - Agência e Impacto social

- Senso de pertencimento
- Anseios dos cooperados em relação à cooperativa
- Mulheres na CGS
- Mulheres no extrativismo
- Fortalecimento da comunidade local
- Geração de renda
- Cultura de sustentabilidade ambiental

8 - Trajetória, Expansão e Perspectivas futuras

- Conquistas CGS
- Projetos futuros
- Ampliação para fora do território
- Benefícios para a empresa

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (MAXQDA 2024)

Essas 8 categorias axiais foram distribuídas, na fase da codificação seletiva, nos 4 eixos de análise em observância ao que preconiza a Teoria da Estruturação Forte pois, de acordo com a perspectiva de Stones, todo ato de agência é mediado por quatro elementos interconectados. O quadro 3, apresentado na sequência, apresenta a síntese do processo de codificação realizado, desde a codificação aberta-indutiva até a codificação seletiva.

Quadro 3 – Síntese do processo de codificação

Etapa	Quantitativo / Descritivo	Foco Analítico
1. Codificação Aberta-Indutiva	53 Códigos Iniciais	Mapeamento Temático
2. Codificação Axial	8 Categorias Axiais	Agrupamento por afinidade
3. Codificação Seletiva	4 Eixos de Análise (Modelo da SST)	Integração Teórica

Fonte: Autoria própria.

Cumprе enfatizar que a Codificação Seletiva não resultou em novas categorias, mas sim na integração das oito categorias axiais nos quatro 4 (quatro) Eixos de Análise da SST, quais sejam:

1. Estruturas Externas (*External Structures*): Referem-se às regras, recursos e relações que preexistem à ação da CGS e que foram construídas fora de seu controle direto.
2. Estruturas Internas (*Internal Structures*): Englobam os esquemas, conhecimentos, o *habitus* e os recursos que os cooperados e a CGS mobilizam conscientemente em suas práticas.
3. Práticas de Agência (*Agency*): Correspondem às ações concretas, às decisões e às estratégias ativas que a CGS executa para mediar as estruturas e alcançar seus objetivos.
4. Resultados (*Outcomes*): São as consequências da agência que, por sua vez, podem levar à reprodução (manutenção) ou à transformação (resistência) das Estruturas Internas e/ou Externas.

Esses quatro eixos de análise, bem como as categorias axiais pertencentes a cada um deles, compõem o quadro 4, apresentado na sequência.

Quadro 4 - Matriz analítica dos 4 eixos da SST

Eixo de Análise (SST)	Categorias Axiais Integradas
Estruturas Externas	(2) Estrutura Regulamentar e Institucional;
	(5) Território e Contexto Socioambiental.
Estruturas Internas	(4) Conhecimento, Inovação e Capacitação;
	(6) Gestão, Desafios e Recursos.
Práticas de Agência	(1) Governança, Relações e Estrutura da CGS;
	(3) Produtos, Cadeia de Valor e Bioeconomia;
	(7) Agência e Impacto Social.
Resultados	(8) Trajetória, Expansão e Visão de Futuro;
	(7) Agência e Impacto Social (consequências).

Fonte: Autoria própria

Este quadro apresenta a repetição da Categoria Axial (7) *Agência e o Impacto Social* tanto no eixo das ‘Práticas de Agência’ quanto no eixo dos ‘Resultados’, o que se deve à relação entre a Ação e seus Resultados: Essa relação não é linear, mas sim recursiva, o que significa que os resultados da ação retroalimentam o sistema. Assim, a referida categoria possui uma funcionalidade dual em sua análise: no eixo das Práticas de Agência, ela representa as ações e os mecanismos sociais que a CGS executa e mobiliza para mediar as estruturas, como, por exemplo, o protagonismo de grupos específicos ou os esforços de gestão de conflitos. Por sua vez, no eixo dos Resultados, a mesma categoria é utilizada para avaliar o Impacto Social efetivamente alcançado, o efeito tangível dessas ações, como o fortalecimento do senso de pertencimento ou o impacto direto na comunidade local. Essa dupla inserção garante que a análise não apenas descreva as atividades da cooperativa, mas também examine como o impacto gerado (Resultado) retroage para transformar ou reproduzir as Estruturas (internas e externas) que serão mobilizadas em ciclos futuros de agência, garantindo a dinâmica cíclica da estruturação.

Essa abordagem permitiu apreender as tensões e convergências entre as perspectivas do mercado, da gestão e da base comunitária, elementos cruciais para a compreensão da complexidade da CGS.

Acredita-se que o ponto de saturação fora atingido e que novos dados não acrescentariam novas e relevantes informações às categorias analíticas constituídas visto que os padrões empíricos já se tornaram recorrentes e suficientemente densos para sustentar inferências interpretativas.

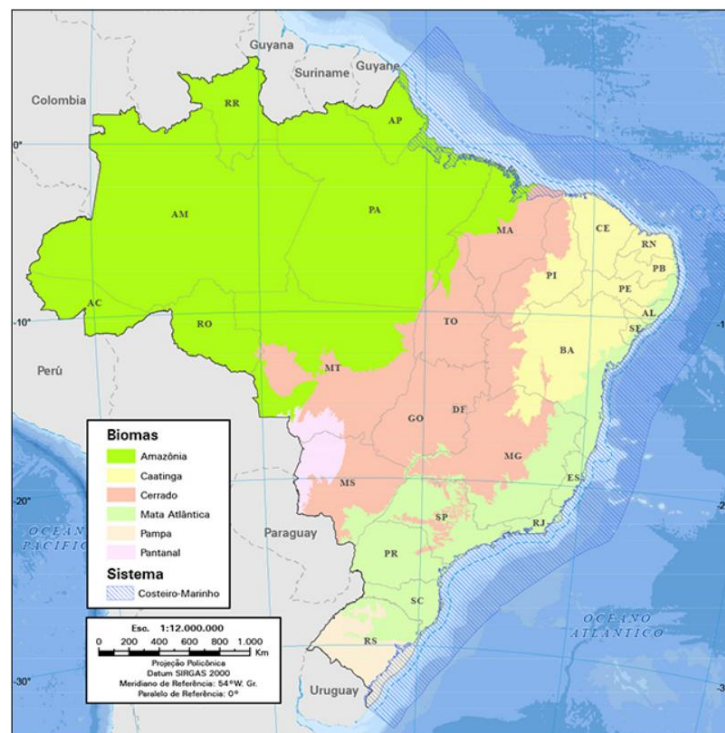
No aspecto atinente à validade, primou-se por resguardar a coerência interna entre os dados coletados, sua interpretação e o referencial teórico da presente dissertação, primando-se pela transparência do percurso metodológico e pelo cuidado em se evitar vieses interpretativos.

5 SITUANDO A PESQUISA

5.1 O Cerrado e o território Norte-Mineiro: Especificidades e dinâmicas

Cerrado é uma palavra de origem espanhola que significa “fechado”. Segundo Walter (2006) a utilização desse termo fora utilizado para traduzir a característica geral da vegetação arbustivo-arbórea que ocorre na formação savânica, tendo sido referido através de escritos do naturalista bávaro Carl Friedrich Philip von Martius, que, na metade do século XIX estabeleceu um panorama inicial da fitogeografia brasileira, onde os principais biomas brasileiros foram identificados, estabelecendo “um estilo de interpretação e iconografia que destacava a diversidade espacial concreta da natureza brasileira”. (Bueno, 2009, p. 120). Após tal fato, vários outros cientistas se puseram a discutir e pesquisar sobre essas questões. Pádua (2023) afirma que, em 2004, por meio de um projeto colaborativo entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério do Meio Ambiente, oficializou-se um “Mapa dos Biomas Brasileiros”, que consagrou a existência de seis grandes conjuntos: dois complexos de florestas tropicais (Mata Atlântica e Floresta Amazônica) e quatro complexos formados por diferentes tipos de savana (Caatinga, Cerrado, Pantanal e Pampa). Desse modo, é possível visualizar a divisão geográfica dos biomas na extensão territorial brasileira, conforme a figura 8.

Figura 8 - Representação geográfica dos biomas brasileiros



Fonte: IBGE (2024)

Entre eles, o Cerrado, dentro do qual será realizado o presente estudo, é o segundo maior bioma em área, sendo apenas superado pela Amazônia.

Sano, Almeida e Ribeiro assim delimitam geograficamente o Cerrado brasileiro:

O bioma Cerrado está situado entre 5 ° e 20 ° de latitude Sul e de 45 ° a 60 ° de longitude Oeste, estando a maior parte da sua área localizada no Planalto Central do Brasil. Seus 2 milhões de quilômetros quadrados abrangem os estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Rondônia, de Goiás, do Tocantins, do Maranhão, do Piauí, da Bahia, de Minas Gerais, de São Paulo e o Distrito Federal. É a segunda maior formação vegetal brasileira (CERRADO: ecologia e flora, 2008, p. 71).

O Cerrado apresenta alta riqueza de espécies, estimada em 30% da diversidade biológica do Brasil (DINIZ *et al.*, 2010). Segundo WWF (1995), o Cerrado é composto de um mosaico de vários tipos de vegetação, resultado de uma vasta diversidade de solos, de topografia e de climas dessa extensa região.

Porém, é preciso dizer que nos anos 1980, com o avanço de tecnologias aplicadas à produção agropecuária, o agronegócio consolidou-se como força dominante no bioma, promovendo sua rápida transformação. Atualmente, diversas ameaças continuam a comprometer o equilíbrio ecológico do Cerrado. A expansão da pecuária extensiva, o cultivo de grãos como soja, milho e algodão, além da produção de cana-de-açúcar para biocombustíveis, a extração de madeira para carvão vegetal e a silvicultura baseada em espécies únicas estão entre os fatores mais preocupantes (*Critical Ecosystem Partnership Fund*, 2021). O uso recorrente do fogo e a fragmentação do habitat completam esse cenário de pressão constante. É muito claro que o desenvolvimento do agronegócio, responsável por tornar o Cerrado uma das regiões mais produtivas do mundo, tem imposto altos custos socioambientais. Aproximadamente metade do bioma já foi convertida em áreas agrícolas ou pastagens, colocando em risco tanto a biodiversidade quanto os serviços ecossistêmicos vitais prestados por seus ecossistemas. A demanda global por commodities agrícolas, somada às estratégias nacionais de crescimento econômico, continua a fomentar o desmatamento e a degradação da paisagem natural (*Critical Ecosystem Partnership Fund*, 2021).

5.1.1 A importância hidrológica do bioma Cerrado

O espaço geográfico ocupado pelo bioma Cerrado desempenha papel fundamental no processo de distribuição dos recursos hídricos pelo País, sendo o local de origem das grandes bacias hidrográficas brasileiras e do continente sul-americano.

O termo “Cerrado: o berço das águas do Brasil” é visto, com certa frequência na literatura e em campanhas em prol da defesa do bioma. De acordo com (SOUZA *et al.*, 2019), essa expressão se justifica devido ao seu imenso potencial hídrico, que ultrapassa as dimensões do próprio bioma. Ele abriga oito das doze regiões hidrográficas brasileiras: Parnaíba, Paraná, Paraguai, Tocantins-Araguaia, São Francisco, Amazônica, Atlântico Nordeste Ocidental e Atlântico Leste, conforme tabela 3.

Tabela 3 - Ocorrência de regiões hidrográficas no Cerrado

	Regiões Hidrográficas brasileiras	Inserção no Cerrado	Área no Cerrado	Vazão no Cerrado
1	Região Hidrográfica Amazônica	sim	3,7%	2,3%
2	Região Hidrográfica Atlântico Leste	sim	10,4%	12,0%
3	Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	não	-	-
4	Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	sim	46,7%	23,3%
5	Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	não	-	-
6	Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	sim	64,6%	55,2%
7	Região Hidrográfica Parnaíba	sim	59,3%	81,6%
8	Região Hidrográfica São Francisco	sim	46,7%	74,8%
9	Região Hidrográfica Atlântico Sul	não	-	-
10	Região Hidrográfica Paraguai	sim	48,6%	51,6%
11	Região Hidrográfica Paraná	sim	46,0%	41,7%
12	Região Hidrográfica Uruguai	não	-	-

Fonte: Elaborada pela autora com base em Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico - (ANA) (2025) e ALTHOFF, D.; RODRIGUES, L. (2024)

É necessário reforçar esse fato de que o Cerrado possui um papel fundamental no regime hidrológico de importantes bacias hidrográficas do Brasil. Estudos apontam que esse bioma é responsável por grande parte da vazão de rios que compõem as bacias do Araguaia-Tocantins, São Francisco e Paraná-Paraguai. No caso do São Francisco, por exemplo, estima-se que aproximadamente 94% da água superficial tem origem em áreas de Cerrado (Lima e Silva,

2005). O relevo do Cerrado é predominantemente plano ou suavemente ondulado, devido à presença de formas como planaltos, chapadas e tabuleiros, os quais correspondem a cerca de 45% da área total do bioma. Essa topografia, aliada a altitudes elevadas, favorece a infiltração das águas pluviais, em detrimento do escoamento superficial, propiciando importantes zonas de recarga aquífera. Além disso, os solos típicos da região, em especial os Latossolos, apresentam características físico-naturais que ampliam essa capacidade de infiltração e recarga hídrica (SOUZA *et al.*, 2019, p. 92–93).

A compreensão desse papel ecológico é essencial para reforçar os argumentos que defendem a proteção do Cerrado, que vem sendo severamente impactado por atividades agropecuárias.

5.1.2 Dinâmicas territoriais do norte-mineiro como resistência

A ocupação intensiva do Cerrado teve um marco decisivo com a transferência da capital federal para Brasília, no final da década de 1950. Esse processo acelerou a colonização agrícola no centro do Brasil.

Tal fato se entrelaça de forma temporal com o desenvolvimento do norte de Minas. Santos e Souto (2014, p. 70) afirmam que a história da região Norte de Minas se desenvolveu em duas vertentes: uma anterior e outra posterior à criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), instituída pela Lei Federal nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, durante o governo do então presidente, Juscelino Kubitschek.

A história do Norte de Minas está intrinsecamente ligada a atividade de pecuária proveniente do Nordeste e das bandeiras paulistas. (SANTOS; SOUTO, 2014, p. 70).

Pereira (2007) relata que já havia uma população agropastoril naquela região, bem antes da descoberta e exploração das minas na parte central de Minas Gerais. Todavia, a sua economia ganhou maiores proporções a partir da demanda das atividades de mineração, que até então focava-se apenas em tarefas para subsistência das pessoas que ali se encontravam.

Costa (1997) explana que, no período colonial, a população do Norte de Minas era majoritariamente constituída por negros, que tiveram um importante papel dentro do processo de povoamento na região do Norte de Minas. Contudo, ele afirma que, em razão da principal atividade econômica estar relacionada a pecuária, através do trabalho livre do vaqueiro, que entre outras tarefas, deveria campear o gado na mata, manter escravos para a realização deste trabalho era difícil, uma vez que eles poderiam acabar fugindo. Desta forma, o trabalho não se baseava em escravismo, mas numa atividade familiar. Percebe-se, a partir deste entendimento,

uma singularidade no processo de desenvolvimento do Norte de Minas em detrimento de outras regiões, cujo trabalho escravo não foi a base de seu processo produtivo. Ademais, o vazio demográfico da região, no contexto do processo de ocupação populacional, possibilitou ampliação do contingente de trabalhadores, que passaram a trabalhar e a residir nas fazendas, conforme aponta Coutinho (2008):

a população excedente no meio rural formou-se nos tantos momentos de desagregação das atividades dinâmicas (açúcar, mineração) ou ainda pela incorporação de contingentes não suscetíveis à escravidão (descendentes de indígenas, brancos pobres, escravos libertos e seus descendentes). A base da formação de bolsões de população excedente é a existência de terra livre, ou terra de ocupação acessível desde que o ocupante aceite as diversas formas de subordinação aos proprietários. Pois bem, tal população forma a base da “economia de subsistência”, vale dizer, é uma força de trabalho que pode ser atraída a baixo preço, sempre que houver oportunidades.. (COUTINHO, 2008, p. 365).

Corroborando a concepção do referido autor, observa-se que, além da disponibilidade de terras livres, a região Norte de Minas passou por um processo de desestruturação de um breve, porém significativo, ciclo de desenvolvimento econômico baseado na exploração do látex extraído da mangabeira e da maniçoba, especialmente no município de Januária, ao final do século XIX. Tal dinâmica contribuiu para o aumento da força de trabalho local, composta majoritariamente por indivíduos em situação de vulnerabilidade, dispostos a aceitar remunerações reduzidas e condições laborais precárias. Assim:

como na Amazônia, onde a exploração da Seringueira provocou um surto migratório sem precedentes, no Vale do São Francisco, entre Januária e Remanso, a extração do látex de mangabeira e da maniçoba inscreveu uma história em tudo semelhante: pequena duração do ciclo econômico, extração predatória, a exploração de mão-de-obra nordestina. A produção da borracha de maniçoba e da mangabeira no Vale do São Francisco provocou o êxodo nordestino para a área. Trabalhadores explorados, comerciantes desiludidos e plantadores frustrados foram o saldo da fugaz febre da borracha (MOREIRA, 2010, p. 27-29).

Apesar da forte exploração econômica, o Norte de Minas também representa um território de relevância social e cultural. Diversos grupos tradicionais, como indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, caatingueiros entre outros, mantêm uma relação histórica com a biodiversidade local, da qual dependem para garantir segurança alimentar, saúde e identidade cultural. Esses povos detêm conhecimento profundo sobre os usos da vegetação nativa, incluindo aplicações medicinais e alimentares. A diversidade de espécies úteis é significativa, com centenas de plantas empregadas no cotidiano das comunidades. Frutas como pequi, buriti, cagaita, mangaba, araticum, baru e bacupari fazem parte da dieta e também abastecem mercados regionais, demonstrando a importância econômica do extrativismo

vegetal. Ao longo das últimas décadas, tem crescido consideravelmente o acesso à conhecimentos acumulados pelas comunidades tradicionais e agricultores familiares sobre os múltiplos usos da biodiversidade da região. Espécies nativas vêm sendo aproveitadas de maneira ampla, seja por meio de sementes, raízes, frutos, folhas ou óleos, em atividades voltadas à alimentação, à saúde e à geração de renda. Esses saberes locais, transmitidos de geração em geração, revelam a importância estratégica da sociobiodiversidade como base para a sobrevivência e autonomia dessas populações. Cooperativas de base agroextrativista, como a Grande Sertão, têm atuado ativamente nesse contexto, impulsionando formas sustentáveis de uso e comercialização dos produtos do Cerrado, como mostra Carvalho (2007).

Todo esse movimento e conservação de saberes e culturas se deve através de luta e resistência dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que vivem no Cerrado mineiro e realizam, historicamente, o manejo de uma grande diversidade de espécies vegetais comestíveis. Esses alimentos nativos não apenas compõem a base nutricional de muitas dessas populações, como também representam um meio de resiliência frente à vulnerabilidade social e econômica. O número de espécies utilizadas pode variar bastante entre regiões. Um exemplo disso é o estudo de Lima (2008), que em sua pesquisa etnobotânica, identificou o uso de 69 espécies arbóreas pela comunidade de geraizeiros de Água Boa, no Norte de Minas Gerais.

O Norte de Minas é amplo em suas etnias, grupos culturais, atividades e saberes. Nas diversas possibilidades de misturas raciais e étnicas, no chamado sertão norte-mineiro encontramos uma cultura sertaneja, que para Costa (1997) é:

[...] o resultado do caldeamento de modos de comportamento, relações, saberes e fazeres de etnias diferenciadas que se colocaram em contato no território norte-mineiro bem como as transformações verificadas, com o passar do tempo, em função das articulações das populações existentes como homens de outras regiões. (COSTA, 1997, p.82)

5.1.3 Povos e Comunidades Tradicionais: Conceito, direitos e sua inserção no Norte de Minas

No Brasil, os grupos que residiam em Áreas Protegidas eram inicialmente ignorados e até considerados como fator de impacto negativo. No entanto, eles alcançaram visibilidade, sendo reconhecidos por seu valor conservacionista e passando a ser vistos como "guardiões da floresta" (CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014). A discussão internacional acerca dos *indigenous peoples* começou a ser incorporada no Brasil a partir da década de 1980, conforme sustenta Vianna (2008). Em busca de garantir a permanência humana e o direito ao uso dos recursos naturais nas Áreas Protegidas de uso indireto, o debate avançou para além dos grupos

étnicos (como indígenas e quilombolas), passando a reconhecer grupos não-étnicos como populações tradicionais. Essa mudança se deu pelo valor positivo que suas práticas e sua relação harmônica com a natureza passaram a ter no discurso da conservação. Calegare, Higuchi e Bruno (2014) identificam duas principais vertentes que, apesar de diferentes em sua origem, convergiram para essas discussões no Brasil: 1) o meio conservacionista (envolvendo o poder público e a sociedade civil), que integrou as populações ao discurso da conservação; e 2) os movimentos sociais rurais, que incorporaram o discurso da conservação à sua própria luta por acesso à terra e aos recursos naturais. Arruda (1999), assevera que essas culturas regionais seriam o resultado das diferentes formações do Brasil devido a circunstâncias econômicas, geográficas, históricas, biofísicas, entre outras, que engendraram características genéricas e particulares às populações que as representam

Através do Decreto nº 6040/2007 (BRASIL, 2007), foi instituída e legalizada a existência dos diferentes Povos e Comunidades Tradicionais (PCT's). Segundo a letra da lei eles são:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e utilizam territórios e o meio natural como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição.

Já o Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016 (BRASIL, 2016), representa um marco na política brasileira ao instituir o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). Este órgão colegiado, de caráter consultivo, tem como principal objetivo assegurar a participação social e o reconhecimento da diversidade cultural e dos direitos desses grupos. O documento lista expressamente 28 segmentos de PCTs no Brasil, conforme esquematizado no quadro 5.

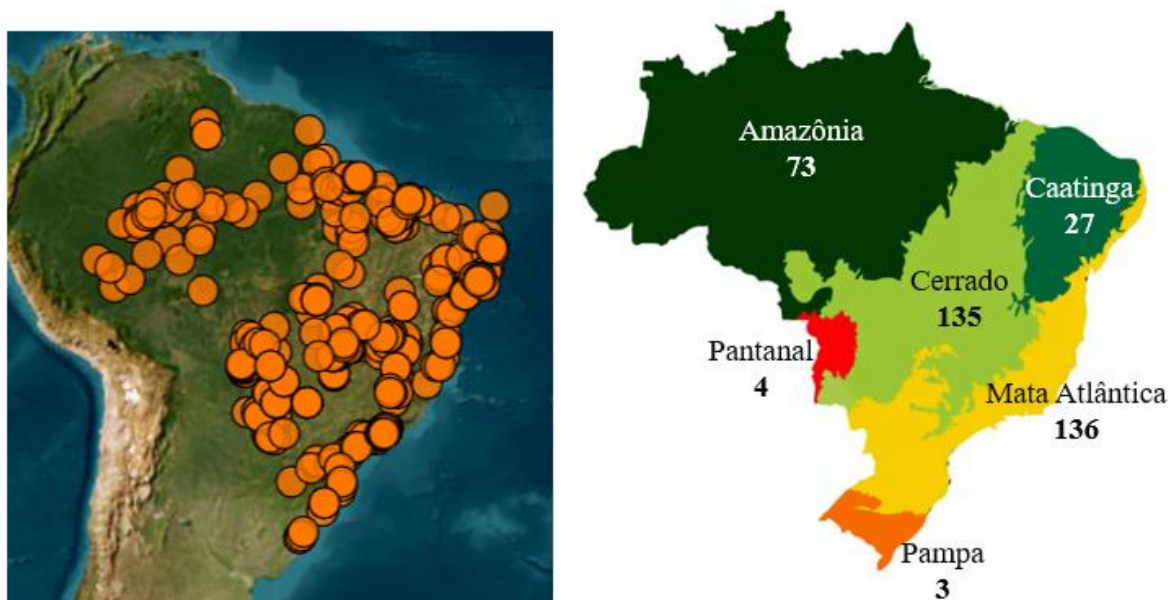
Quadro 5 – Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil

1	Andirobeiras	8	Cipozeiros	15	Isqueiros	22	Quebradeiras de Coco Babaçu
2	Apanhadores de Sempre-vivas	9	Extrativistas	16	Morroquianos	23	Quilombolas
3	Caatingueiros	10	Faxinalenses	17	Pantaneiros	24	Retireiros
4	Caiçaras	11	Fundo e Fecho de Pasto	18	Pescadores Artesanais	25	Ribeirinhos
5	Castanheiras	12	Geraizeiros	19	Piaçaveiros	26	Seringueiros
6	Catadores de Mangaba	13	Ilhéus	20	Pomeranos	27	Vazanteiros
7	Ciganos	14	Indígenas	21	Povos de Terreiro/matriz africana	28	Veredeiros

Fonte: Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016

Com o intuito de levantar informações precisas e apoiar a luta por direitos de seus constituintes, o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), em parceria com o Ministério Público Federal (MPF), criou a Plataforma de Territórios Tradicionais. Esta ferramenta digital reúne e disponibiliza dados territoriais georreferenciados e informações autodeclaratórias de 28 segmentos de PCTs no Brasil, dando visibilidade às suas demandas e contribuindo para a prevenção de violações de direitos. A governança da Plataforma é realizada por um Conselho Gestor paritário e o sistema se integra ao aplicativo de automapeamento "*Tô no Mapa*" para ampliar a base cartográfica e o diagnóstico da ocupação tradicional. Formalmente estão cadastradas, até então, 378 comunidades, distribuídas como mostrado na figura 9.

Figura 9 – Distribuição de comunidades tradicionais (círculos) nos biomas brasileiros



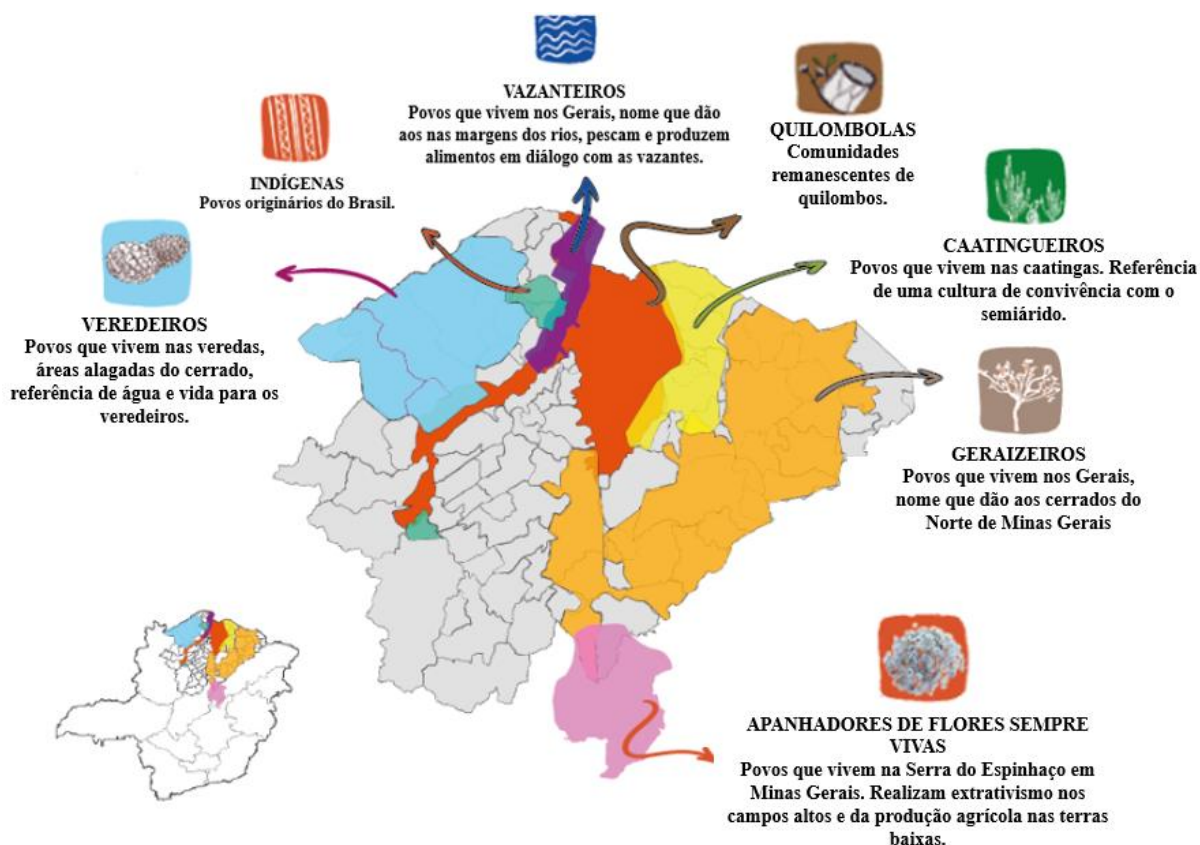
Fonte: CAIUSCA (2019) e BRASIL. Ministério Público Federal; CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (CNPCT) (2019). Números referentes à data de 11/11/2025.

Para ilustrar a complexidade e a relevância das demandas territoriais desses grupos no contexto nacional, essa pesquisa estabeleceu um recorte regional no Norte de Minas Gerais, região onde a CGS está localizada. Este foco se justificou pela intensa diversidade de identidades tradicionais e mobilizações que caracterizam a área.

De acordo com Silveira (2014), desde o início dos anos 2000, o Norte de Minas Gerais tem sido palco de intensa mobilização e lutas de diversos grupos que se autodefinem como povos e comunidades tradicionais (PCTs). O principal catalisador dessas ações é a defesa de seus modos de vida tradicionais e a reivindicação pelo acesso territorial. Conforme demonstram

diversos estudos realizados na região (BRANDÃO, 2010; COSTA FILHO, 2008; BRITO, 2006; DAYRELL, 1998; MONTEIRO, 2011; MARTINS, 2011), essa se caracteriza pela coexistência de múltiplas identidades ativas, como indígenas, quilombolas, vazanteiros, geraizeiros, pescadores artesanais, veredeiros e apanhadeiras de flores. A figura 10, ilustra a distribuição desses PCTs na mesorregião do Norte de Minas.

Figura 10 – Povos e Comunidades Tradicionais presentes no Norte de Minas



Fonte: CEDEFES, 2021.

5.2 Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativista Grande Sertão

A Cooperativa de Agricultores Familiares Agroextrativistas Grande Sertão Ltda. (CGS) teve sua origem nos anos 1990, como resultado das mobilizações de agricultores familiares e extrativistas em busca de alternativas sustentáveis para a geração de renda e conservação da biodiversidade do Cerrado. Formalmente constituída em 2003, a CGS surgiu com apoio do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), sendo influenciada por concepções de economia solidária e desenvolvimento territorial (Carvalho, 2007; Godinho, 2020).

A formação da CGS está atrelada ao histórico de luta das comunidades tradicionais do Norte de Minas, marcadas pela busca de autonomia econômica e resistência à degradação ambiental. Como observa Diegues (2000), o modelo de extrativismo sustentável adotado pela cooperativa insere-se na ideia de “uso tradicional adaptado”, onde as práticas locais são ajustadas para compatibilizar conservação e mercado.

Em 1987, organizações sociais, lideranças locais, agricultores familiares e técnicos preocuparam-se com o avanço de um modelo agrícola que ameaçava os ecossistemas e a cultura do Norte de Minas. Desse esforço coletivo nasceu o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), cuja missão era fomentar um desenvolvimento regional sustentável por meio da valorização das culturas tradicionais e do beneficiamento de frutos do Cerrado (Carrara, 2006).

Dayrell e Santa Rosa, discorrendo sobre os conflitos decorrentes do desenvolvimento da região do Norte de Minas, asseveram que

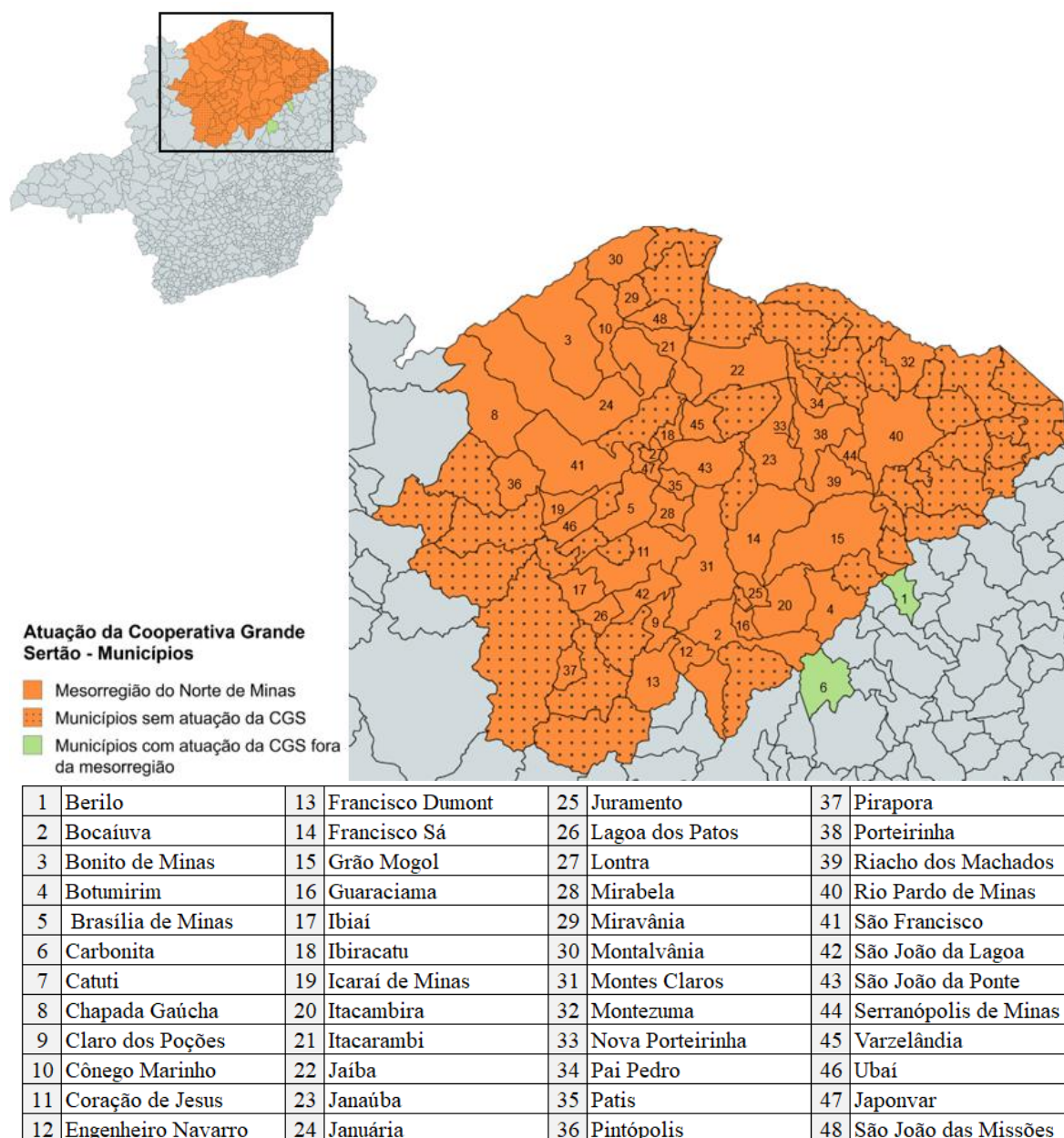
o CAA surge na esteira dos conflitos provocados pelo processo desenvolvimentista que adentrou o sertão norte-mineiro, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, desestruturando as economias locais, ecossistemas e uma diversidade de sistemas culturais de produção associados aos Cerrados, Mata Seca e vazantes do São Francisco. (DAYRELL; SANTA ROSA, 2006, p.52)

A partir de meados de 1995, um grupo de agricultores familiares passou a processar frutas de maneira informal. Ciente da importância de proteger sua identidade no mercado, criaram, em 1997, a microempresa Grande Sertão Produtos Alimentícios Ltda., garantindo o registro de sua marca e contando com o suporte técnico do CAA. Em 2002, o Conselho de Desenvolvimento Industrial de Montes Claros aprovou, via lei de incentivo, a doação de um lote no distrito industrial municipal para que nele essa microempresa se estabelecesse. Nesse espaço foi construída a central de armazenamento e distribuição de polpas que, ainda hoje, abriga o escritório da CGS (CAA, 2006). Percebendo que o formato de microempresa limitava a participação dos agricultores e ocultava o caráter colaborativo de suas atividades, no ano seguinte o grupo decidiu encerrar a antiga razão social e, em junho de 2003, registrar oficialmente a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão Ltda. Esse passo marcou não apenas a mudança de modelo jurídico, mas também o fortalecimento da organização coletiva e a capacitação permanente dos associados (CAA, 2006).

5.2.1 Atuação da CGS

No contexto temporal desta pesquisa, realizada entre 2024 e 2025, a atuação da Cooperativa Grande Sertão (CGS) abrangia 48 municípios, que estão representados na figura 11. Embora sua atuação estivesse concentrada, predominantemente, na mesorregião do Norte de Minas, os dois únicos municípios localizados fora deste limite geográfico mantêm uma adjacência territorial imediata com a área central da cooperativa, o que justifica sua inclusão estratégica no escopo desse estudo.

Figura 11 – Mapa de atuação da Cooperativa Grande Sertão



Fonte: própria autora.

5.2.2 Produtos e estrutura física da CGS

A CGS se estrutura em grupos produtivos organizados por comunidades agroextrativistas, sendo que a gestão da produção ocorre de maneira descentralizada, permitindo maior autonomia dos cooperados. Essa gestão é feita pelos técnicos de campo, que, de forma geral, possuem formação em Agronomia ou Engenharia de Alimentos. Entre os produtos da cooperativa destacam-se polpas congeladas de frutas do Cerrado, como cagaita (*Eugenia dysenterica*), coquinho-azedo (*Butia capitata*) e umbu (*Spondias tuberosa*), além do óleo de buriti (*Mauritia flexuosa*), que, segundo Godinho (2020), vem ganhando destaque na pauta comercial da cooperativa. O portfólio (figura 12) também inclui polpa e fruto congelado de pequi (*Caryocar brasiliense*), óleo de pequi, castanha de baru (*Dipteryx alata*), açúcar mascavo, rapadurinha, farinha de mandioca e refrescos, sendo estes últimos majoritariamente destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a cerveja de coquinho-azedo (*Butia capitata*), desenvolvida em parceria com a cervejaria Brüder.

Figura 12 - Portfólio com alguns produtos da CGS



Fonte: @cooperativagrandesertao (Instagram, acesso em 04 jun. 2025).

A CGS possui duas fábricas instaladas na região de Montes Claros. Uma delas é voltada para a fabricação de polpas de frutas (figura 13), enquanto a outra, localizada no bairro Distrito Industrial, onde também se encontram o escritório e o centro de distribuição, é destinada ao processamento e fabricação de óleos (figura 14). Para que se tornasse possível o aumento da

produção, foi necessário realizar investimentos em maquinário e infraestrutura, o que, consequentemente, proporcionou maior retorno para os cooperados. Alguns exemplos são da HEKS (agência internacional de cooperação Suíça), que aportou R\$ 1.935.788,42 (2009–2020), voltados ao fortalecimento das populações tradicionais. O BNDES contribuiu com R\$ 1.501.532,52 (2010–2012) para a construção da fábrica no Distrito Industrial. Já a Natura destinou R\$ 930.915,04 (2012–2015) para a adequação da estrutura produtiva e consolidação da cadeia do óleo de buriti. Esses recursos foram essenciais para ampliar a capacidade produtiva da cooperativa.

Figura 13 - Fábrica de polpas da CGS, em Riacho dos Campos, Montes Claros



Fonte: Montagem feita a partir de fotografias registradas pela autora, em 2025, com exceção da imagem do canto inferior esquerdo (produto), que fora retirada do Instagram da Cooperativa Grande Sertão (@cooperativagrandesertao, acesso em 06 jun. 2025).

Apesar de legalmente pertencer ao CAA, a fábrica de polpas da CGS localizada na região rural de Montes Claros, pode ser considerada o principal patrimônio da cooperativa, tanto pelo seu valor produtivo quanto histórico, configurando-se como o “carro-chefe” da Cooperativa (Carrara, 2006). A atual presidente da cooperativa afirmou que:

“Quando iniciou a cooperativa, a fábrica [de polpas] era lá. [...] A gente tinha lá em Porteirinha, uma cessão da prefeitura, né? do terreno. Aí a cooperativa construiu um galpão e tudo. Só que aí mudou o prefeito, e um belo dia perdemos o terreno, aí tivemos que mudar. Como tivemos que mudar, aí “fez” a parceria, já era a cooperativa, sempre foi parceira do CAA, porque ela [a cooperativa] nasce a partir do trabalho do CAA, assim, o CAA é que começa a trabalhar a importância da biodiversidade, de conservar o meio ambiente, aproveitar aqueles frutos e não desmate... E aí a cooperativa entra com essa ideia de garantir a compra para os agricultores. Então eles cederam uma pequena parte de um terreno lá em Ermidinha [distrito de Montes Claros] e construiu lá. Hoje, lá onde era a fábrica em Porteirinha,

existe uma fábrica de polpa, dos jovens de Porteirinha. Inclusive [eles] são parceiros nossos, a gente compra as polpas deles também, frutas...” (J.A.A, Presidente da CGS)

Figura 14 - Sede administrativa e fábrica de óleos, no Distrito Industrial de Montes Claros



Fonte: Própria autora (2025)

Sendo assim, é necessário enfatizar que a CGS nasceu, principalmente, das dificuldades existentes na região relacionadas ao escoamento da produção, bem como da confiança estabelecida entre os membros que a compõem. Em razão disso, a cooperativa estruturou-se em núcleos territoriais, organizados com base na divisão do trabalho entre a cooperativa e os grupos, sem qualquer relação com a divisão territorial adotada pelo governo federal. Trabalha-se, portanto, com realidades bastante diversificadas de agricultores.

Dentro desses grupos, estão presentes coletivos de assentados, de quilombolas, de acampados, de pessoas ligadas a outras organizações e de populações tradicionais. As reuniões promovidas nos núcleos cooperativistas constituem-se como espaços importantes para o debate coletivo, o levantamento de problemáticas enfrentadas nas atividades econômicas e para a realização de capacitações voltadas a temas específicos de interesse dos cooperados.

Um dos principais desafios enfrentados pela CGS refere-se à grande dispersão geográfica dos municípios em que atua, com distâncias que chegam a ultrapassar os 300 km. Tal realidade impõe sérios entraves logísticos, de infraestrutura e de custos, tanto para a

execução das atividades econômico-produtivas quanto das atividades sociais. Foi por esse motivo que a Cooperativa adotou estratégias como a formação de grupos e o estabelecimento de unidades de beneficiamento em algumas das regiões de atuação para minimizar esses desafios e conseguir desenvolver suas ações de forma mais eficiente.

Segundo Freeman e Soete (2008), o sucesso de organizações produtivas sustentáveis depende da capacidade de inovação e gestão coletiva. No caso da CGS, a adoção de um modelo cooperativo de governança tem sido fundamental para a manutenção da atividade produtiva e para a valorização do conhecimento tradicional associado aos produtos do Cerrado (Godinho, 2020).

A economia solidária é um dos pilares da CGS, e sua inserção no mercado ocorre por meio de redes de comercialização alternativa e programas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Godinho, 2020). No entanto, a competição com grandes empresas e a oscilação dos preços dos produtos agroextrativistas impõem desafios significativos (Carvalho, 2007).

De acordo com Polanyi (2000), a incorporação da lógica mercantil em iniciativas solidárias pode gerar conflitos entre os princípios da autogestão e as exigências do mercado. No caso da CGS, essa tensão é visível nas dificuldades de precificação justa e no acesso a canais de distribuição mais amplos (Godinho, 2020). Por outro lado, as oportunidades estão relacionadas à crescente demanda por produtos sustentáveis e agroecológicos. A certificação de origem e a exploração de nichos de mercado são estratégias que podem fortalecer a cooperativa e ampliar sua presença no setor (Godinho, 2020).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo se dedica à apresentação e discussão dos resultados empíricos da pesquisa, baseando-se na análise dos dados qualitativos obtidos.

A análise se aprofunda através da lente da Teoria da Estruturação Forte (SST), adotada como referencial analítico central, vez que a CGS apresenta uma estrutura fluida na, a partir da agência de seus cooperados, de seu corpo técnico e administrativo, tenta manter sua essência, moldando e sendo moldada, o que depende, indissociavelmente, da estrutura. Nesse diapasão foi fundamental desvelar a dinâmica de interação entre agência e estrutura, distinguindo os elementos que constituem as estruturas externas (constrangimentos do ambiente), as estruturas internas (recursos e saberes mobilizados), as práticas de agência (as ações e decisões) e os resultados gerados por essa interação.

Ao longo da apresentação dos resultados serão empregadas transcrições de trechos de entrevistas realizadas. Cada entrevistado foi associado a uma sigla, seguida da indicação do grupo ao qual pertence, da seguinte forma: (X.Y.Z. – G nº). Assim, G1 indica que o entrevistado é um representante de empresa que mantém relações comerciais (Modelo *Business to Business* – B2B) ou de demais organizações externas que possuem alguma relação com a CGS; G2 denota que o entrevistado consiste numa pessoa que ocupa cargo na estrutura organizacional da cooperativa e G3 indica que a pessoa em questão é um agroextrativista vinculado à cooperativa como cooperado ou mero fornecedor. Saber o grupo ao qual o entrevistado pertence é de suma importância para que suas falas sejam analisadas de maneira contextualizada.

6.1 Resultados preliminares decorrentes da codificação aberta

Como mencionado no capítulo destinado à descrição da metodologia empregada, as entrevistas conduzidas foram do tipo semiestruturadas, justamente para dar a oportunidade aos entrevistados de externalizarem seu pensamento sem ficar integralmente adstritos às perguntas feitas. Dessa forma, não se podia vislumbrar ou prever, inicialmente, o teor do que viriam a ser os dados coletados. Igualmente, desconhecia-se o teor dos demais documentos que compuseram o conjunto de dados coletados, mas, desde a fase da codificação aberta, se tornou perceptível quais seriam os temas mais proeminentes, o que resta claro a partir da nuvem de códigos criada pelo *software* MAXQDA (figura 15). Nela, o tamanho da fonte empregada na escrita de cada código é diretamente proporcional ao número de vezes em que o código foi aplicado ou, em

uma análise mais refinada, ao tamanho total (em palavras ou segmentos) dos trechos de texto que ele cobre.

Esta técnica visual facilitou a identificação, ainda na fase exploratória, dos conceitos e termos que possuem maior *centralidade* na narrativa dos entrevistados e nos documentos analisados.

Figura 15 – Centralidade temática: Nuvem dos 53 códigos iniciais (codificação aberta)



Fonte: Nuvem de códigos gerada pelo *software* MAXQDA a partir dos dados da pesquisa

Nota-se, facilmente, o quanto “geração de renda”, “parcerias estratégicas”, “uso sustentável de recursos nativos”, “impactos ambientais” e “conhecimento técnico” se fizeram presentes nos discursos dos entrevistados e nos documentos aos quais se teve acesso.

Todavia, da simples leitura desses códigos pouco se pode inferir. Por exemplo, o “conhecimento técnico” é uma força com a qual conta a CGS ou é algo que lhe falta?

Nesse sentido, como já mencionado no capítulo destinado à metodologia, necessária se fez uma codificação axial na qual os 53 códigos iniciais foram agrupados, por afinidade temática, em 8 códigos axiais, como revela a fig. 16., códigos estes que, posteriormente, foram distribuídos nos quatro eixos de análise tal qual preconiza a SST, a fim de permitir uma boa compreensão da CGS quanto à sua agência e estrutura, como feito a seguir.

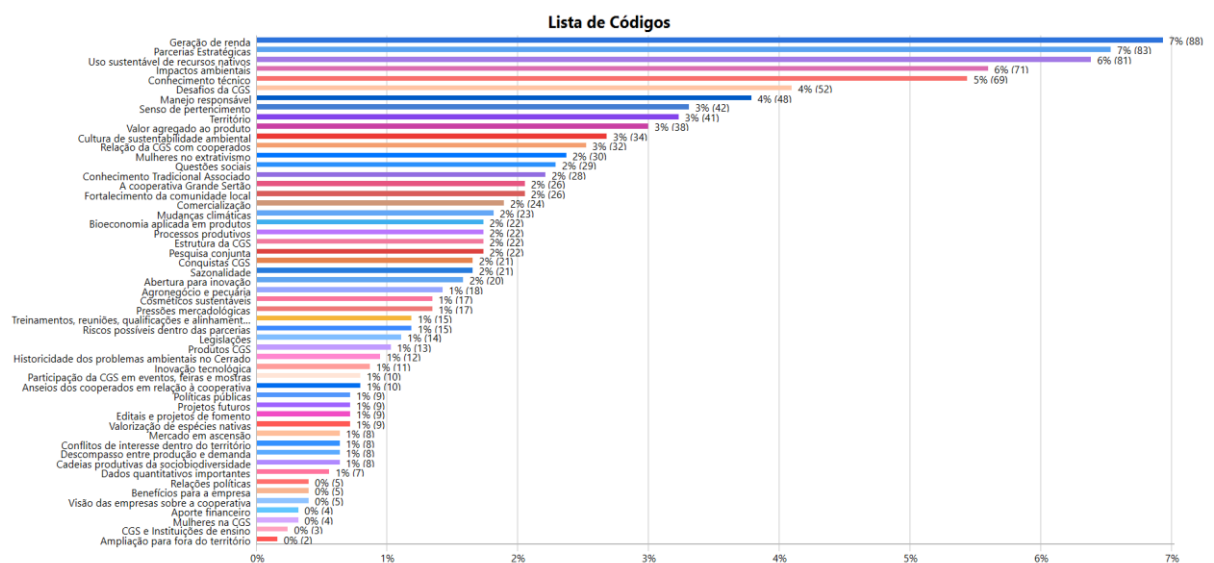
Contudo, tem-se por oportuno ressaltar que os resultados que serão apresentados são decorrentes, sobretudo, dos códigos mais frequentes (fig. 17) e das coocorrências percebidas entre eles.

Figura 16 – Agrupamento dos códigos iniciais em códigos axiais



Fonte: Software MAXQDA a partir dos dados da pesquisa

Figura 17 – Frequência relativa dos códigos iniciais



Fonte: Software MAXQDA a partir dos dados da pesquisa

6.2 Estruturas Externas: os constrangimentos ambientais, institucionais e mercadológicos

Nesta seção são apresentadas as forças estruturais externas identificadas, divididas em três planos, quais sejam, mercadológico, ambiental e institucional, que limitam ou potencializam a Cooperativa Grande Sertão.

Os dados revelaram que o contexto de atuação da CGS não apresenta um pano de fundo neutro, mas sim uma fonte passiva de constrangimento. Os códigos de mais alta frequência demonstraram que as preocupações ambientais e de mercado, sobretudo, são pressões constantes.

No que tange às forças estruturais externas do tipo ambientais, é importante destacar que o tema "impactos ambientais" se revelou como um dos mais frequentes, juntamente com "uso sustentável de recursos nativos", o que evidencia que a degradação histórica do Cerrado, bem como as mudanças climáticas percebidas, impõem limites reais à CGS. Ela, embora não seja responsável por tais problemas, os considera no seu agir e, portanto, fazem eles parte do que Stones definiu como Estruturas Externas. Foi possível verificar que as preocupações manifestadas acerca dos impactos ambientais externalizam uma forte preocupação com a continuidade das práticas inerentes à própria cooperação, bem como com a sobrevivência das populações locais no Cerrado.

Quanto à degradação desse bioma, constatou-se que ela constitui uma força que em muito limita a atuação da CGS vista que ela diminui a disponibilidade de recursos naturais vitais para a sobrevivência de múltiplas espécies e compromete a saúde das veredas, que são deveras importantes para garantir permanência da população nativa no Cerrado. As seguintes falas, proferidas por uma cooperada e por uma técnica da CGS, ambas nascidas e criadas na região, bem ilustram essa preocupação com as veredas:

“A vereda é mãe da água: se ela secar, a gente não tem onde molhar as planta e nem bebida pros bichos”. (S. S. – G3)

“Isso. As veredas assim... a gente fala que veredas é literalmente irrecuperável, né? Depois de destruída assim, é muito difícil você recuperar uma vereda.” (J.M. – G2)

Descobriu-se que essa degradação se acentuou nas últimas 6 décadas, sobretudo em decorrência dos projetos que visaram fomentar o desenvolvimento dessa região do Brasil. Corroborar para essa afirmação um trecho da entrevista feita com um engenheiro da CGS, a seguir colacionado:

“Porque, é... coincidentemente, na época da ditadura militar, 1970 para cá, alguns projetos de 70, 80, alguns projetos de aceleração do crescimento aqui na região.” (sobre a exploração madeireira na região). (J.F.S. – G2)

Entre as causas da degradação do Cerrado, uma se mostrou particularmente significativa, qual seja, o desmatamento ou substituição de culturas tradicionais, como milho, feijão e alho, pelo cultivo em grande escala do eucalipto, sobretudo para a produção de carvão e celulose. Entre os agroextrativistas vinculados à CGS entrevistados, foi considerada emblemática a fala de uma cooperada que percebe na prática os efeitos deletérios do desmatamento e das grandes plantações de eucalipto:

“O negócio também é que eucalipto também eles desmata muito, né? Tinha muito pequi, mangaba. Aqui mesmo na cabeceira, ai eles iam fazer um carvoeiro aqui né mas o pessoal não deixou né, por causa da água, contaminação da água, mas já tão indo lá para perto do São Bento, só que aqui o pessoal não deixou, né, porque senão ninguém ia aguentar só ia ser demais.” (V.S – G3, alertando sobre os impactos ambientais decorrentes do cultivo de eucalipto)

A preocupação com o avanço da monocultura do eucalipto também se manifestou nas falas de técnicos da CGS, que veem na preservação do Cerrado uma saída capaz de gerar renda para a população local, sem ocasionar degradação ambiental:

“A área só vai diminuindo E aí para cima, a área que vai aumentando, né? Não existe nenhuma plantação de eucalipto aqui por perto, que eu conheço, com menos de 50 hectares. É tudo de 200 para lá. E a comunidade sofre uma certa pressão financeira e psicológica também. Às vezes a comunidade não aceita esse tipo de cultivo. Mas por outro lado, a família que não tem opção de uma atividade de renda que às vezes é só o Buriti, e mesmo a pessoa sendo contra a plantação de eucalipto, em algumas épocas do ano ela tem que ajudar a plantar e trabalhar no eucalipto.” (N.F. – G2, alertando sobre os impactos ambientais decorrentes do cultivo de eucalipto e sobre o assédio que a população local sofre para trabalhar com o eucalipto)

“Então nós temos relatos de famílias que trabalhavam na carvoaria e que a partir do momento que começa uma atuação da Cooperativa Grande, Sertão em sua comunidade, ele começa a entender que faz muito mais sentido para ele manter o cerrado de pé que ele vai ter ali os produtos para que ele possa vender e para que seja um complemento de renda dele todo ano, do que ele destruir para fazer o carvão”. (J. M. – G2)

A degradação do Cerrado contribui significativamente para as mudanças climáticas que têm, na diminuição dos níveis e períodos de chuva e na extinção da vegetação nativa, alguns de seus efeitos mais nocivos, como se tornou perceptível ao longo das entrevistas realizadas. Apoia

tal afirmação a fala de duas cooperadas, pessoas que sempre viveram na região e que conseguem perceber, de perto, as mudanças que estão ocorrendo:

“Quando tem [buriti para coletar], ajuda. Teve época que a gente fez bem dinheiro. Mas depende muito da chuva. Quanto mais chuva, melhor. Depois que a chuva foi diminuindo, o buriti foi morrendo, caindo”. (S. H. – G3)

“Na época da seca tiveram que racionar. É que se a gente não tiver água, a gente não tem nada, né? Então, a gente preocupa demais”. (V. S. – G3)

Também aflige a CGS a pressão ambiental relacionada a aves nativas, que têm proliferado de forma anormal, e outras, que não são nativas da região, mas que foram introduzidas no Cerrado Norte-Mineiro. Tais aves consomem considerável quantidade de frutos, como o buriti, além de impedirem seu pleno amadurecimento, vista que os frutos não consumidos por elas acabam caindo no chão antes de atingirem sua plena maturação.

“Outro problema também são as Araras. O quê que acontece: aí eu já acho que é uma falha do sistema. O Ibama apreendeu essas aves, soltaram aqui, não é o habitat delas, e aqui não tem predador natural, não é o ecossistema delas, e elas começaram a comer esses frutos.” (J.F.S. – G2, discorrendo sobre o impacto ambiental ocasionado pela soltura de araras no Norte de Minas Gerais)

“Elas vão derrubando, derrubando... vai caindo. Mas nunca pega no chão. Dá raiva. A jandaia ainda corta o cacho, sai voando com ele. É pior”. (A. – G3, sobre os hábitos das araras e jandaia)

“Olha, está tendo ataque aqui de papagaio, de Araras, pintasilgos. Isso aqui é uma, tristeza para gente, né, assim? É um, é um grande competidor”. (J. M. – G2, manifestando uma preocupação com viés bem voltado para o prejuízo financeiro causado pelas aves)

Todas essas preocupações relatadas acabam por refletir o *habitus* de resistência das pessoas que integram a Cooperativa Grande Sertão; pessoas que desejam preservar seus modos de vida no ambiente em que nasceram e se criaram. Não é à toa que, há mais de um século, Euclides da Cunha já havia reconhecido que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”.

No aspecto atinente às forças estruturais externas pertencentes ao plano mercadológico, o código "Parcerias Estratégicas" foi o mais frequente. Embora seja um recurso que pode favorecer a CGS, permitindo acesso a novos mercado e compartilhamento de *know-how*, a alta incidência desse tema indica que a dependência do mercado é uma estrutura externa dominante que, por óbvio, influencia na agência da cooperativa.

A dificuldade de escoar os frutos coletados a um preço justo, fora da relação de parceria com empresas, é uma importante pressão que incide sobre a CGS, reconhecida por agroextrativistas cooperados e por um representante de empresa que adquire produtos fornecidos pela CGS:

“Só de você produzir e ter aonde comercializar... por que eu comecei com maracujá, nove anos atrás, nem conhecia a Grande Sertão. Plantei 2 hectares e meio de maracujá. Aí eu não sabia nem pra onde levar, levava pro CEASA, não tinha valor, era vendendo fiado, era levando calote, essas coisas assim... Hoje em dia o preço da Grande Sertão... eu acho o preço por fora até melhor, mas eu prefiro entregar lá pela garantia que a gente tem, sabe? A gente tem uma garantia... (M.V. – G3)

“Então, assim, eu vejo muito que essas parcerias, elas são necessárias para fomentar a continuidade do extrativismo, porque o extrativismo, só da pessoa ir lá colher e vender aquilo numa feira, não é, não é sustentável, pelo menos financeiramente. Pelo menos é o que eu vejo.” (D.O. – G1)

Há que se pensar no quanto as empresas invocam a dificuldade de escoamento da produção, e dela se beneficiam, quando da negociação dos preços a serem pagos pelos produtos que almejam adquirir. Na esteira desse pensamento percebe-se que a CGS contribui para com os agroextrativistas nesse escoamento, em que pese o preço pago ser, em alguns casos, inferior ao preço pago nas negociações diretas entre fornecedor e consumidor, não intermediadas por uma cooperativa.

Ficou claro que a capacidade de produção de insumos, para satisfazer às parcerias com indústrias produtoras de cosméticos, está aquém da demanda.

“Atualmente a cooperativa não tem limite de cooperado. Porque hoje a demanda por produto tá maior do que a produção dos cooperados. Pegamos, por exemplo, Buriti: priorizamos o cooperado, mas como tá faltando, pegamos até de quem não é. Porque se somar tudo, ainda não dá”. (N. F. – G2)

Destarte, constitui uma preocupação verdadeira saber como, e por quanto tempo, a CGS conseguirá suportar a pressão mercadológica relativa ao aumento da produção de insumos, mantendo-se firme aos seus ideais, sendo que, por vezes, essas pressões atuam de forma velada, como se percebe nos trechos de entrevista que se passa a transcrever:

“Então geralmente eles fazem as visitas, estão sempre acompanhando, fazem esse monitoramento junto com a Cooperativa Grande Sertão, né? Recentemente mesmo a gente teve uma visita da [nome da empresa] que foi a campo, já para verificar como é que está a safra. Falo que é uma relação de confiança. Eles entendem de

fato que o problema não é a cooperativa que não quer fornecer, não é um produtor que não quer fornecer, o problema é a natureza. (J. M. – G2)

“Às vezes a demanda é muita alta. O problema é trabalhar com produtos do extrativismo, os quais você não tem controle de produção. Isso é um desafio que requer um planejamento, um monitoramento, análise e presença técnica constantes, né? Desses processos como um todo”. (J. F.S. – G2)

Além disso, a fim de escoar a produção, a CGS, com frequência, deve responder às exigências de grandes empresas, o que ocasiona outras pressões mercadológicas, que tem, na exigência de padronização, seu maior representante. Esse tipo de pressão foi mencionado por um dirigente de organização externa que possui relação com a CGS:

“Havia a necessidade de padronizar uma série de práticas para dar escala a produção e garantir um produto uniforme no final, sem deixar de lado os cuidados com o meio ambiente. ”. (D.O – G1)

A pressão por um produto uniforme, de alto valor agregado, deve vir acompanhada de uma remuneração compatível com o mesmo e disso a CGS não deve olvidar. Vê-se como oportuno enfatizar, nesse ponto, o quanto a política de preços deve ser revista, com frequência, para que os agroextrativistas auferam remunerações dignas e compatíveis com a força de trabalho que empregam.

A já mencionada pressão mercadológica por padronização também tende a orientar a agência da CGS. Contudo, excepcionalmente, ela se vê obrigada a encontrar alguma saída para não deixar de assistir a algum cooperado, o que é digno de elogio, como se percebe no excerto seguinte:

“Ela tinha misturado óleo de uma safra com uma outra. Assim, eu quase que ia sair dali chorando. Eu falei: olha...Eu não consigo levar. Nossa, e ela ficou tão triste, tão triste assim... Aí liguei para o Fábio e disse: vamos comprar o óleo dessa mulher... é só o dela, para fazer outra coisa, sei lá, fazer farofa, porque como estava dentro do prazo, né? Aí o receio era só a questão, se fosse pra venda lá, de alguma empresa, a questão de análise química.” (J.M – G2, ao exemplificar que, para valorizar a parceria entre cooperativa e cooperada, não deixaram de adquirir um produto da cooperada, ainda que fora do padrão)

Logo, o *habitus* de resistência daqueles que compõem da CGS novamente se faz presente quando do enfrentamento das pressões de ordem mercadológica e, como será exposto adiante, o mesmo ocorre em relação às pressões institucionais.

Das Estruturas Externas também fazem parte as regras e recursos institucionais. O código "Legislações" se mostrou bem frequente e percebeu-se que ele atua de forma orientadora, limitadora ou coercitiva, ditando limites operacionais e regulamentando a CGS. Por outro lado, esse código também tende a conferir proteção ao Cerrado. Na esteira desse pensamento cita-se o caso da Lei nº 15.089, de 7 de janeiro de 2025, que institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi e de demais frutos e produtos nativos do Cerrado. O referido dispositivo legislativo representa um marco institucional relevante para a proteção do bioma e para o reconhecimento das atividades agroextrativistas desenvolvidas por comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Apesar de já ser uma cooperativa consolidada e que presta relevante serviço social e ambiental, verificou-se que a CGS, embora mereça, não recebe uma série de benefícios de ordem tributária que em muito poderiam lhe favorecer. Sobre isso, eis a fala de sua atual Presidente:

“Hoje a gente tá no Distrito Industrial, em Montes Claros, onde tem várias empresas grandes. Todas tiveram incentivo do governo, ganharam terreno, isenção por um tempo. A cooperativa é o único empreendimento que não tem nenhum incentivo. A gente faz malabarismo para fechar as contas no final do mês” (J.A. – G2)

Em relação ao acesso a recursos, verificou-se a dificuldade de acesso a crédito subsidiado, o que limita significativamente a atuação da CGS, o que poderia ser resolvido a partir de políticas públicas eficazes, que dispensem um tratamento diferenciado e mais benéfico às cooperativas, em que pese ela já ter obtido, por exemplo, financiamento do BNDES para a construção de sua sede no Distrito Industrial de Montes Claros.

“Quando a gente chega no gerente do banco, ele não conhece a política. A cooperativa é cliente há mais de 20 anos e só conseguiu um capital de giro em condições melhores há cerca de dois anos, porque o banco não entendia que produtos da biodiversidade geram renda” (J.A. – G2)

As "Políticas públicas", que também se manifestaram de forma expressiva, se referem tanto à falta delas quanto às que existem, como os programas do Governo Federal PNAE e PAA, para os quais a CGS atua como fornecedora. A região em que vivem os cooperados da CGS apresenta, em geral, condições muito precárias, com déficit de infraestrutura e poucas oportunidades de emprego, como evidenciado na seguinte fala:

“A comunidade aqui é muito necessitada, né, questão de pouco emprego, era para ter mais estrutura, porque tem muita pessoa aqui na comunidade, é a comunidade que mais tem gente (Paracatu). Igual tem a comunidade aqui do Varal, que tem menos gente e tem estrutura melhor, tem praça, tem tudo... mas a gente é muito esquecido, aqui não tem nada. Aqui o Prefeito só vem aqui em época de eleição o resto do ano desaparece, some”. (V.S. – G3)

A análise de contratos firmados com o Poder Público permitiu inferir que eles, em muito, favorecem a comercialização de gêneros alimentícios produzidos ou coletados pela cooperativa.

Porém, essas políticas públicas, apesar de serem interessantes para a CGS, também são fonte de constrangimento face às exigências que a CGS deve cumprir para poder participar dos editais de chamamentos públicos. Contratar com o Poder Público implica em burocracia e, por conseguinte, requer satisfazer a exigências sanitárias, a apresentação de uma série de documentos e, eventualmente, de certificações, que fazem com que a CGS necessite dos serviços de profissionais técnicos conhecedores das normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, contábeis, tributárias e de Direito Administrativo, o que, *per si*, gera despesas com as quais parte das cooperativas não pode arcar. Além disso, contratos públicos fazem com que os contratados tenham que prever muito bem seus fluxos de caixa uma vez que a Administração Pública, por vezes, demora um pouco mais a pagar do que os particulares.

As figuras 18 e 19 apresentam trechos de extratos de contratos firmados entre a CGS e o Ministério da Educação e Ministério da Defesa, respectivamente, para fornecimento de gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar para a alimentação escolar, de alunos da rede pública federal e para o setor de aprovisionamento do 55º Batalhão de Infantaria, via PNAE e PAA, nessa ordem. Trata-se de dois contratos, entre vários outros que já foram firmados, conforme se percebeu a partir de consulta ao Portal da Transparência.

Da leitura desses extratos percebe-se que são contratos vultosos e importantes para que a CGS possa, cada vez mais, se dedicar ao fornecimento de alimentos produzidos sobre bases agroecológicas importantes para a preservação do Cerrado. Eis, portanto, um exemplo de estrutura externa que se revela favorável à CGS, apesar da necessidade de se desburocratizar os processos e favorecer, efetivamente, as organizações coletivas que se sujeitam, de maneira honesta, às regras institucionalizadas.

Figura 18 – Contrato Administrativo do PNAE firmado entre a CGS e o Ministério da Educação



Portal da Transparência

Controladoria-Geral da União

Órgãos de Governo

Acesso à Informação

Legislação

Acessibilidade

A+ A- ⓘ

O que você procura?

🔍

Contratos Públicos

Consulta de Contratos Públicos

Detalhamento do Contrato

Contrato

Painel Gráfico

Origem dos Dados

Número do Contrato

00071/2024

Vigência

31/10/2024 À 31/10/2025

Contratado

COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E AGROEXTRATIVISTAS GRANDE SERTÃO LTDA

CPF/CNPJ

05.866.105/0001-41

Objeto

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA FEDERAL, VERBA FNDE/PNAE.

Órgão superior

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Órgão subordinado

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS

Unidade gestora contratante

INST.FED.DO NORTE DE MG/CAMPUS MONTES CLAROS

Modalidade de contratação

SEM INFORMAÇÃO

Processo de contratação

SEM INFORMAÇÃO

Fundamento Legal

Data de assinatura

31/10/2024

Data de publicação

01/11/2024

Situação

NÃO SE APLICA

Valor inicial do contrato

R\$ 29.000,00

Valor final do contrato

R\$ 29.000,00

Licitação

SEM INFORMAÇÃO

Fique de olho!

O objeto desse contrato foi entregue?

☐ Sim

☐ Não

O objeto desse contrato é compatível com o valor investido?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sou um robô

Os Termos de Serviço do reCAPTCHA estão disponíveis aqui.

reCAPTCHA

Proteção - Termos

Fonte: Portal da Transparência

Figura 19 – Contrato Administrativo do PAA firmado entre a CGS e o Ministério da Defesa



Portal da Transparência

Controladoria-Geral da União

Órgãos de Governo

Acesso à Informação

Legislação

Acessibilidade

A+ A- ⓘ

O que você procura?

🔍

Contratos Públicos

Consulta de Contratos Públicos

Detalhamento do Contrato

Contrato

Painel Gráfico

Origem dos Dados

Número do Contrato

00031/2024

Vigência

01/08/2024 À 31/07/2025

Contratado

COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E AGROEXTRATIVISTAS GRANDE SERTÃO LTDA

CPF/CNPJ

05.866.105/0001-41

Objeto

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDER O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) COM A CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2024 DO SETOR DE PROVISÃO DE ALIMENTOS DO 55º BATALHÃO DE INFANTARIA.

Órgão superior

MINISTÉRIO DA DEFESA

Órgão subordinado

COMANDO DO EXÉRCITO

Unidade gestora contratante

55 BATALHÃO DE INFANTARIA

Modalidade de contratação

SEM INFORMAÇÃO

Processo de contratação

SEM INFORMAÇÃO

Fundamento Legal

Data de assinatura

01/08/2024

Data de publicação

23/08/2024

Situação

NÃO SE APLICA

Valor inicial do contrato

R\$ 75.664,00

Valor final do contrato

R\$ 75.664,00

Licitação

SEM INFORMAÇÃO

Fique de olho!

O objeto desse contrato foi entregue?

☐ Sim

☐ Não

O objeto desse contrato é compatível com o valor investido?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sou um robô

Os Termos de Serviço do reCAPTCHA estão disponíveis aqui.

reCAPTCHA

Proteção - Termos

Fonte: Portal da Transparência

Como dito, o PNAE e o PAA constituem importantes políticas públicas que têm o condão de gerar renda para agricultores familiares mas, diante da dificuldade de satisfazer os requisitos da contratação, constatou-se que é viável que eles estejam vinculados a uma cooperativa, a fim de facilitar o processo, tamanha que é a burocracia. Outrossim, chamou a

atenção o fato de a CGS ter que concorrer, nos chamamentos públicos, com entidades que, na prática, não funcionam como verdadeiras cooperativas, mas que estão registradas como tal somente para poderem usufruir dos benefícios conferidos às cooperativas, quando da concorrência pública para fornecimento de produtos para tais programas. Apropriado é, nesse sentido, colacionar o seguinte excerto de entrevista:

“Então é bacana isso [o trabalho de uma cooperativa, na acepção que a palavra comporta], porque existem pessoas na nossa região em situações que precisam de um trabalho de cooperativismo, de uma cooperativa na prática, porque de fato existem as cooperativas que estão lá só no papel, que é o que a gente vê muitas vezes no PNAE”. (J.M. – G2)

Apurou-se, também, a interseção entre os códigos “políticas públicas” e “agência feminina” no sentido de indicar a carência de tal tipo de ação governamental como medida de fomento do agroextrativismo praticado pelas mulheres. Nesse diapasão, considerando-se o caráter institucional das políticas públicas, reputa-se válido que a CGS reflita sobre a possibilidade de representar, junto ao Poder Público, pela criação desse tipo de política, bem como de firmar parcerias com instituições públicas para que possam ser feitas adaptações em alguma política pública já existente, a fim de deixá-la adequada às necessidades e aos anseios das mulheres que vivem no território abrangido pela cooperativa. Cita-se, como exemplo de política pública já existente, o programa denominado “Mulheres Mil”, que fora ofertado, inicialmente, no âmbito do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, como curso de formação inicial e continuada, e que atualmente é oferecido por vários Institutos Federais, com o objetivo de elevar a escolaridade e promover a inclusão socioprodutiva de mulheres em situação de vulnerabilidade, por meio da oferta de cursos de qualificação profissional. Uma vez que existe um Instituto Federal instalado no Norte de Minas Gerais, o IFNMG, que conta com *campi* em cidades nas quais a CGS atua, há que se considerar as benesses de uma parceria firmada com essa instituição de ensino, no sentido de oferecer cursos que venham a promover a conscientização de mulheres sobre seus direitos e que possam favorecer sua inclusão socioprodutiva em atividades voltadas para o agroextrativismo.

Ainda no plano institucional, o código relacionado à concessão de crédito se revelou como uma pressão que aflige a CGS. É de conhecimento público que, em geral, a concessão de crédito subsidiado às cooperativas é rara e burocrática. Uma das razões diz respeito ao fato de o Brasil se manter com a 2ª maior taxa de juros do planeta e de exigir muitas garantias dos tomadores de empréstimos, antes da concedê-los. Diante disso a CGS busca "aporte financeiro",

código que também é bastante frequente, em outras fontes de recursos, via participações em projetos de fomento, como os intermediados pela V.BIO (Vitrine da Biodiversidade), que é uma plataforma *online* que auxilia organizações na captação e destinação de recursos para projetos da biodiversidade brasileira.

Constituem exemplos os projetos “Frutos do Cerrado”, desenvolvido em parceria com a Haskell Cosméticos, e o “Buriti dos Sertões de Minas”, este último, financiado pelo Grupo Boticário, sendo que, em ambos, a intermediação da V.Bio foi de fundamental importância. A propositura de projetos, por parte da CGS, também é prova de seu *habitus* de resistência em face da dificuldade de obtenção de crédito, a taxas que não sejam escorchantes, e da inexistência de iniciativas similares, por parte do Poder Público.

Resumindo, as estruturas externas definem um campo de ação em que a cooperação acaba sendo necessária, como indica a grande incidência do código "Parcerias Estratégicas", mas a dependência em relação a elas constitui um fator de risco que pode contribuir para a desnaturação da essência da CGS. Daí a necessidade de se investigar quais recursos internos a CGS mobiliza para que isso não ocorra. Igualmente, face às outras estruturas externas constrangedoras apresentadas, a investigação relacionada ao capital material, social e cognitivo com o qual conta a CGS se mostra indispensável. Eis o tema da próxima seção, em consonância com a natureza quadripartida proposta por Stones em sua teoria.

6.3 Estruturas Internas: O capital social e cognitivo como ativo de resistência

As Estruturas Internas da Teoria da Estruturação Forte (SST) referem-se aos recursos materiais e imateriais, conhecimentos, valores e disposições (*habitus*) que os agentes (os cooperados e a CGS) possuem e mobilizam em sua prática, servindo como a principal base para a resistência e a resiliência frente aos constrangimentos externos.

Foi possível constatar que os cooperados costumam se ajudar mutuamente e que a CGS oferece apoio indiscutivelmente importante a eles, orientando-os em suas ações e prestando o suporte necessário, como se percebe nos excertos que ora se apresenta:

“Quando a gente reclama de algum aperreio, eles correm atrás de solução, de ajudar. E, mesmo longe de Montes Claros, a gente não fica isolada: temos um grupo de WhatsApp só das meninas da vereda, onde a gente conversa e vê recado dos técnicos, e outro com a cooperativa, pra saber dos prazos de entrega, dos pagamentos e das próximas oficinas”. (S. S. – G3, reconhecendo a rede de apoio formada pelos técnicos da CGS e também por outras cooperadas)

“Então, tudo que o pessoal precisava de apoio, eles me acionavam aqui, porque aqui tinha cooperado, às vezes precisava fazer contato com cooperados, alguma coisa assim me acionavam. E a minha mãe acabou se tornando cooperada também, porque ela começou com uma produção de acerola”. (J. M. – G2)

“E no campo, você é um pouco de tudo... A gente é psicólogo, advogado.. E a gente tem essa escuta também, né? E aí às vezes eu falo muito isso. E eu vou, mas eu fico assim: ‘Aí, meu Deus’. Dá até de não ir, só que quando você chega ali e a pessoa, ela te recebe, assim, com tanta gratidão, te agradece tanto por você ter ido. E às vezes a gente fica um tempo, né? (J. M. – G2)

Ainda assim, há quem se queixe em relação a coisas simples, mas que, para alguns, fazem a diferença:

“De primeiro, eles vendiam pra nós a torta [apurada após a prensagem da raspa do buriti], que era boa demais pra dar pros bichos [gado, em geral]. Depois pararam de vender. Agora tiram o óleo e fica pra lá, não devolvem pra nós. (S. H. – G3)

Como se pode perceber no seguinte trecho de entrevista, em muitas comunidades, ainda é necessário aprender ou, pelo menos, aprimorar, o trabalho em regime de cooperação em prol de um bem que extrapole o âmbito da individualidade:

“Falo que ainda é um desafio, porque muitas comunidades, muitos agricultores, eles ainda não estão acostumados a trabalhar no coletivo. A gente ainda não consegue. Tenho que lembra-lós que trabalhar o coletivo é o melhor caminho”. (J.M. – G2)

Uma possível solução para esse desafio foi apontada por um agroextrativista:

“Tem que agregar valor de alguma forma para poder ter mais cooperado”. (M.V. – G3)

Isso sugere que há agroextrativistas que consideram que uma melhor remuneração pelo seu trabalho seria um importante estímulo para que eles viessem a se integrar à cooperativa estudada.

Outra possível saída passa pela análise criteriosa da viabilidade de se sujeitar a todas as exigências das empresas que firmam parceria com a CGS. Dessa forma, percebendo-se a desproporcionalidade entre os esforços despendidos e a remuneração auferida, as regras deveriam ser revistas e os valores pagos poderiam ser recalculados. Insta informar que a CGS

não fornece apenas *commodities*, mas também produtos com um bom valor agregado, que já chegam nos compradores prontos para utilização, como é o caso do óleo extraído do buriti.

Além disso, percebeu-se que a CGS opera em um ambiente que exige uma dupla competência: o conhecimento tradicional e o técnico-científico, que coexistem e se retroalimentam.

“Eu sempre falo muito assim com o pessoal: olha, eu, meu trabalho com vocês é um trabalho na base da confiança, do diálogo, da parceria. Quando a gente fala em ter o ‘conhecimento técnico’, não é aquela coisa de chegar impondo ou dizendo que o dele está errado, né? A gente vai aprimorando as técnicas deles, aprendo com eles da mesma forma que eles aprendem comigo. Então a gente fala que chega ali para dar uma pitadinha assim, né? No processo produtivo deles. Porque, de fato, se a gente chegar com o conhecimento da forma que a gente aprendeu lá na universidade, impondo ali, tem resistência. Aí é bem complicado, mas aí a gente busca trabalhar já com o conhecimento deles, aprimorando a forma que eles já fazem, dando sugestões, e tentando mostrar também, né? Olha você já pensou assim que, desse jeito, pode dar certo? Vamos fazer um teste, né? E é isso, assim tem dado certo, né? Assim nesse... nesse diálogo”. (J. M. – G2)

No que tange ao conhecimento técnico, que se observou muito frequente nas entrevistas realizadas e demais documentos investigados, verifica-se que ele é uma estrutura interna fundamental para a CGS e que contribui para sua resistência e resiliência. Ele é resultante dos investimentos que a CGS faz em prol de poder contar com um corpo técnico qualificado e de investir na capacitação dos cooperados. A alta frequência é explicada pela necessidade de se aumentar a produção, de se planejar safras e de se padronizar a produção a fim de atender aos parceiros, conforme evidenciado em trechos de entrevistas, como os que seguem:

“...técnicos, agrônomos, engenheiros, todo mundo junto ali com os agricultores, e aí era uma construção de um processo, de um projeto um pouco mais adequado para a realidade.” (J.F.S. – G2)

“A empresa só compra o material dos agricultores que participam do treinamento para fazer o extrativismo dentro do manejo definido pela empresa, que garante a sobrevivência da planta”. (F.N – G1)

“...a cooperativa faz um planejamento de safra antes, que é em junho, acho que é julho, se não me engano. Nesse planejamento de safra, então, se reúne todo mundo, né? Desde a diretoria aos técnicos, para definir qual, quais quantidades que serão... Qual que é a meta, na verdade.” (J.M – G2)

“a Natura, ela traz uma perspectiva muito interessante nesse sentido, de trabalhar com preço justo, uma série de certificações de qualidade do produto, né? E a gente percebe uma responsabilidade social e ambiental da empresa. Eu acho que isso nem todo mundo tá tão disposto a fazer, e a Natura traz isso com muita força, e

junto com ela, há um movimento de outras empresas também, com o socioambiental. Eu acho que quando uma empresa começa a adotar esse tipo de prática, as outras se veem obrigadas a fazer essa adesão”. (J.F.S. – G2)

Quanto ao conhecimento tradicional associado, é importante dizer que ele também se manifestou de maneira frequente, sendo que ele reflete a base de saberes que, embora menos incidente que o técnico (dada a ênfase e significância da pesquisa nos processos), constitui um recurso cultural que diferencia a CGS no mercado de bioeconomia, vista que ela procura proteger o conhecimento tradicional, fazendo com que os benefícios dele advindos sejam repartidos com os cooperados, como se percebe pela leitura do seguinte trecho de entrevista:

“Então o pessoal sabe, esse conhecimento tradicional. Chega uma empresa, sem saber de nada, na comunidade e conversa com alguém da comunidade. Ela ‘cata’ aquela informação, lança um produto novo no mercado, sem precisar fazer, ou pouquíssimas pesquisas. Faz só uma ou outra pesquisa e já tem a informação e já lança o produto, de fato é eficiente, eficaz para aquilo que já tinham conhecimento tradicional associado. Aí tem uma legislação específica (Lei 13.123/15), onde a Natura é pioneira nesse processo. Porque quando a Natura desenvolveu produtos a base de Priprioca, ela pegou esse conhecimento e alguém reclamou: Ahh, vocês não pagaram pelo conhecimento. A gente sabia que isso dava perfume... A gente já toma banho com isso há muito tempo... Daí a Natura vai, faz esse pagamento e então ela começa a ser precursora desse processo que chamamos de ‘repartir benefícios’ (J.F.S – G2).

Outro exemplo de conhecimento tradicional, hoje empregado na indústria cosmética, que, há muito, é um recurso valorizado pelos povos tradicionais do Cerrado, consiste no óleo do buriti, como se pode perceber no seguinte trecho extraído da entrevista realizada com uma cooperada:

“Mas antigamente, antes de vender para a Natura, eu colocava a massa dentro do saco. E aí, de tão gordo que o Buriti tava, ele eliminava óleo. Ficava no fundo. Eu furava, aparava, era gordura. Passava no cabelo, e a gente bebia também, que é muito bom para bronquite”. (A.P – G3)

Contudo, a fim de se otimizar o processo de extração do óleo do buriti, fez-se necessário um aprimoramento da técnica, o que fora feito em parceria com uma empresa produtora de cosméticos, o que se constata pela leitura do seguinte fragmento de entrevista realizada com um técnico da CGS, que acompanhou esse processo:

“Antes da parceria com a Natura, não existia processar óleo em larga escala. A forma, a tecnologia foram construídas juntamente, cooperativa e Natura. E também não era comum desidratar a raspa. Na verdade, com o buriti era feito apenas pra

polpa, e tinha um grande inconveniente. Trazia uma fruta aqui para centro industrial. E o despontamento era feito em uma máquina grande, pouco eficaz. E além de pagar o frete desse produto, que é extremamente perecível em sua forma natural, ainda tinha que pagar pelo descarte do resíduo. E o rendimento de polpa era muito pequeno. E aí, com essa parceria firmada entre a Natura e cooperativa, de desenvolver essa técnica de raspa, foi aí que o rendimento aumentou. E agora, todo o resíduo, o caroço, a casca, ele fica no campo. Esse caroço, ele volta para Vereda, ele serve de alimentação para os animais, a casca vira adubo... Muito mais otimizado. (N. F. – G2)

A comercialização desse óleo é, atualmente, uma das principais fontes de renda para os cooperados da CGS e para os agroextrativistas que para ela fornecem. Porém, é importante ressaltar que o trabalho dos cooperados não mais consiste na simples catação dos buritis que caem no chão. Eles(elas) devem descascar os frutos, retirar a raspa, desidratá-la para, só então, a raspa ser coletada em suas residências e levada para a unidade de extração de óleo. Assim, diante de um trabalho que perpassa a catação e diante da entrega para os clientes de um óleo puro, com alto valor agregado, é importante que a CGS leve, cada vez mais, isso em consideração, quando dos acordos que envolvam o preço a ser cobrado pelo produto.

O saber local é valorizado na "Pesquisa conjunta", que é feita em parceria com instituições de ensino e empresas e demonstra que a capacidade de inovação, que é uma estrutura interna da CGS, funciona como um ato de mediação entre o saber tradicional e as exigências do mercado externo que lhe permite otimizar seus processos, gerar renda e melhorar a qualidade de vida dos cooperados.

“Nós também desenvolvemos uma parceria com professores da UFMG e também da UNIMONTES, isso na época da minha graduação, a gente começou a trabalhar isso juntos, e hoje conseguimos chegar em um suplemento alimentar a partir da farinha do buriti”. (J. F. S. – G2)

“Então, estamos o tempo todo testando e pesquisando a viabilidade de novos produtos, né? O tempo todo trabalhando no desenvolvimento de produtos, vários tipos de produtos. O tempo todo estamos desenvolvendo, testando, desenvolvendo, testando... é uma constante que a gente trabalha. Foi desenvolvido agora um refresco, mas estamos repensando novamente essa estratégia”. (J. F. S. – G2)

Outro exemplo de pesquisa conjunta bem sucedida consiste na pesquisa que resultou na cerveja de coquinho azedo, mencionada tanto por um empresário parceiro quanto por um técnico da CGS:

“Eles queriam fazer produto inovador, e aí eles embarcaram no processo. Então resolveram criar, fizeram um teste e deu super certo, porque existe um tipo de

cerveja, né? Que é a fruit beer que é feita com fruta, né? Pode ser frutas, né? Ai nesse caso a gente adicionou a polpa e a gente gostou muito do resultado, porque é uma cerveja leve, mas é uma cerveja que traz uma proposta diferente. Ela foi uma cerveja muito bem aceita, a cooperativa também gostou do resultado e abraçou o processo. Então assim, várias feiras que eles participam, eles levam o chopp, né? Eles levam a cerveja em garrafa.” (I.M – G1)

“Em parceria com uma cervejaria do leste de Minas, a bebida já recebeu duas medalhas de prata no Festival Brasileiro de Cerveja Artesanal de Blumenau (SC). Atualmente, a cerveja está disponível em redes de supermercados e pontos de venda de Montes Claros.” (F. W. – G2)

Isso não foi uma iniciativa isolada, pois:

É, tem vários experimentos na região. Inclusive, Japonvar, que fica há mais ou menos 30 km daqui, já fizeram uma cerveja de pequi. Agora para mim, pequi tem que ter na comida (N. F. – G2)

Restou claro que a coesão é um recurso interno intangível (capital social) que favorece a CGS diante dos desafios que ela enfrenta. Essa coesão se revela em dois aspectos principais, sendo eles o *senso de pertencimento* e a *agência feminina*, que serão mais bem explicados na sequência:

(1) *Senso de Pertencimento*: é um dos códigos sociais de maior incidência, atuando como o elemento de coesão da cooperativa. Ele se manifesta em conjunto com a "Relação da CGS com cooperados" e é um recurso vital de gestão que minimiza "Conflitos de interesse dentro do território", código este que apareceu de forma menos frequente, mas que não deve ser desconsiderado, posto que constitui um risco inerente a qualquer estrutura interna. Esse senso de pertencimento comporta uma dualidade pois se percebeu tanto o senso de pertencimento ao território, quanto o senso de pertencimento à Cooperativa Grande Sertão.

Os trechos a seguir transcritos fazem parte de entrevistas realizadas e bem ilustram o aludido senso de pertencimento, tanto por parte de cooperados, quanto de técnicos da cooperativa, em suas duas facetas:

“Você foi lá na Santa Hélia, né? Eu nasci lá. Bem do lado ali da casa da Santa Hélia. Nasci lá, morei lá até uns 17 anos. E agora moro aqui, até agora, na mesma comunidade. Gosto daqui”. (Z. L. – G3)

“Eu falo que eu sou, brincando, eu falo que sou agricultor com diploma de engenheiro, falo isso porque eu não perdi essa característica, sabe? Eu não perdi essa característica de ser agricultor porque, enfim, é de onde a gente veio”. (J.F. – G2)

“Aí eu já comecei a entregar, em 2017 eu cooperei e tal e foi acontecendo, graças a Deus. Já estou bem realizado com isso hoje em dia”. (M.V. – G3)

“E eu acho que a cooperativa é uma iniciativa importante, que é onde a gente aprende muito a trabalhar em grupo, ajudar o outro, trabalhar de mãos dadas”. (J.A. – G2)

(2) *Agência Feminina*: A alta frequência do código "Mulheres no extrativismo" associada com "Mulheres na CGS" sugere que o papel feminino é um ativo social e prático essencial. A liderança e o trabalho das mulheres são a própria agência encarnada que sustenta o esforço produtivo e, conseqüentemente, a "Geração de renda", código este que está entre os mais frequentes. Isso constitui um dos mais significativos achados da pesquisa, como evidenciam as seguintes falas:

“Hoje, o trabalho envolve principalmente mulheres. A gente vai às comunidades, conversa sobre produção, faz oficinas e cria grupos de troca de informações.” (I.F. – G3)

“Porque a gente tem muito disso, né, a gente busca muito esse trabalho com as mulheres e com os jovens. E a partir do momento que a Cooperativa Grande Sertão começou atuar nas comunidades, o que a gente observa também que essas mulheres, elas estão mais, estão mais emponderadas, estão mais decididas do que elas querem. Então a gente sempre prioriza que o pagamento ele seja feito em nome da mulher.” (J.M. – G2)

“Atualmente, três comunidades fornecem os insumos para a empresa [...] cerca de 90% delas são mulheres e fazem isso como forma de complementar a renda. É um ingrediente ativo 100% natural obtido por meio da casca do juazeiro (Ziziphus joazeiro).” (C.C. – G1)

“Sou casada, tenho dois filhos. Sou Agricultora Familiar. Hoje estou na Cooperativa, como presidente. No primeiro momento é muito bonito, a cooperativa nunca teve uma mulher presidente. Mas não basta só ser a primeira mulher. É: com que autonomia eu vou estar nesse cargo? Com que autonomia, nós, mulheres, ocupamos o cargo que estamos? [...] o maior ganho, foi o aprendizado. Eu não tinha a percepção do construir junto, do coletivo [...] então é um ganho muito maior que o financeiro. [...] agricultura familiar é resistência.” (J.A. – G2)

Não se deve olvidar que também fazem parte das estruturas internas a infraestrutura, que seja constituída por bens imóveis ou móveis, como máquinas e veículos. Nesse sentido a CGS é bem provida, quando comparada a outras cooperativas agroextrativistas existentes. Ela conta com uma sede bem estruturada, recém reformada, (Fig. 20), com caminhão com câmara refrigerada (Fig. 21), despoldadeira de frutas (Fig.22), prensa para extração de óleos (Fig. 23), câmara fria (Fig.24), máquina para embalar as polpas (Fig.25), veículos leves (Fig.26),

computadores, uma área de formação e experimentação em agroecologia, com construção em alvenaria, na qual são higienizadas as frutas para serem despulpadas, entre outros bens materiais indispensáveis ao bom funcionamento de uma cooperativa dessa natureza.

A estrutura interna material da CGS, construída ou adquirida, ao longo de tantos anos, otimiza alguns processos, reduzindo trabalhos manuais desnecessários, promovendo a diminuição de perdas e facilitando a transposição de distâncias, vista que ela atua numa vasta extensão territorial do Norte de Minas Gerais.

Figura 20 – Sede da CGS



Fonte: Foto registrada pela autora

Figura 22 – Despulpadeira de frutas



Fonte: Foto registrada pela autora

Figura 21 – Caminhão com câmara refrigerada



Fonte: Instagram da CGS

Figura 23 – Prensa para extração de óleos



Fonte: Foto registrada pela autora

Figura 24 – Câmara fria

Fonte: Foto registrada pela autora

Figura 25 – Máquina para embalar as polpas

Fonte: Foto registrada pela autora

Figura 26 – Veículo leve da CGS

Fonte: Foto registrada pela autora

Em síntese, as estruturas internas contemplam não só o ativo humano da CGS, como também sua infraestrutura física (imóveis e maquinário) e o *habitus* de seus integrantes que, como já dito, oferece resistência face às diversidades com as quais a cooperativa se depara. A combinação do conhecimento (técnico e tradicional) com a coesão social (senso de pertencimento e agência feminina) fornece o poder de fogo para que a cooperativa exerça suas práticas de agência, apresentadas na próxima seção, práticas essas a partir das quais essa cooperativa oferece resistência aos constrangimentos restritivos impostos pelas estruturas externas já mencionadas.

6.4 Práticas de Agência: A mediação das estruturas e a construção da resiliência

A agência, sob a ótica da Teoria da Estruturação Forte, refere-se às ações e decisões que os agentes (a CGS e seus cooperados) realizam, mobilizando seus recursos internos, para lidar com o contexto estrutural externo. Verificou-se que a agência da CGS se manifesta primariamente como um esforço contínuo de mediação e resistência estratégica frente aos constrangimentos do mercado, do ambiente e das instituições.

A forma como a CGS se organiza e se relaciona é o ato primário de agência, direcionado a estabilizar, ou até mesmo modificar, o ambiente externo.

No que diz respeito à *agência no mercado externo* é importante mencionar que as parcerias estratégicas firmadas constituem o principal indicador dessa agência. A CGS busca ativamente parcerias para contornar a escassez de políticas públicas e de aportes financeiros que seriam necessários para garantir a continuidade de seu funcionamento e sua expansão, já que seu trabalho em prol da conservação do Cerrado, por vezes, tem sido ignorado pelo Poder Público e por instituições particulares, como bancos e entidades de fomento. Esse código, parcerias estratégicas, se intersecciona com os códigos conservação ambiental, geração de renda, processos produtivos e valor agregado ao produto, o que sugere que a cooperativa tende a aproveitar, da melhor forma possível, as parcerias firmadas, sem perder a sua essência.

Como já mencionado, entre as parcerias estratégicas já instituídas, uma que merece destaque é a parceria com a Natura. Ela promove geração de renda para os cooperados, como se comprova pela análise da fala de um representante da empresa e de duas cooperadas:

“Encontrar parceiros locais para participar do desenvolvimento é importante porque a ideia é que depois que esta etapa estiver concluída, essa cadeia possa abastecer a demanda da Natura com o trabalho de pessoas locais.” (D.O – G1)

“O pessoal da Natura vem aqui, são bacanas, educados, fazem reunião. Sempre perguntam se o preço que a cooperativa paga tá bom, se dá pra continuar. A cooperativa tenta ajudar de toda forma. Já tentaram muita coisa com esse povo, mas o povo é meio desanimado. Já fizeram viveiro pros jovens plantarem muda e vender, mas o trem não foi pra riba. Mandaram plantar fruta, mas o povo não plantou.” (S.H – G3)

“Antigamente, esse trem desperdiçava. Se a gente não fosse na feira vender, ficava desperdiçado. Depois que começamos a vender, não desperdiça mais. Muito bom. Dá até para fazer feira, comprar remédio. Pena que agora não tá tendo tanto” (A.N.H – G3)

Como forma de aumentar o valor agregado ao produto, um dos exemplos mais emblemáticos percebidos foi o de substituir a venda do fruto do buritizeiro pelo óleo do buriti, obtido a partir da raspa deste. Sobre essa substituição, eis a fala de uma cooperada, que participou do processo, desde seu início:

“No começo, muita gente não participou. Teve um ali que disse, quando a gente começou e veio pra cá: ‘Esse povo é doido, pegar isso e raspar?’. Nem participou, deixou. Mas aí, depois que viu as outras ganhando dinheiro, aí todo mundo ficou doido atrás.” (A.P – G3, discorrendo pela inovação que foi substituir o fornecimento do buriti *in natura* ou das ‘bolas’, como chama a massa de buriti fresco, prensada pelas mãos, pela raspa desidratada)

Na interseção entre parcerias estratégicas e processos produtivos, descobriu-se a importância conferida à cadeia de valor do juá, planta que era desprezada pela população local, e que, atualmente, é empregada pela indústria cosmética.

“É uma cadeia de valor que vai dar valor econômico para esse produto e vai valorizar as comunidades tradicionais do bioma Cerrado. A gente tem em torno de quase 200 famílias envolvidas nesse arranjo do juá. Um percentual de participação de mulheres e jovens muito grande. Um desafio a cada dia mais. O que nos motiva é porque tem famílias envolvidas. São famílias de agricultores extrativistas que precisam do nosso apoio.” (J.F.S. – G2)

Nota-se que a parceria estratégica firmada foi de vital importância para a adequação do processo produtivo a uma regulamentação internacional à qual os principais adquirentes do produto estão vinculados:

“Porém, em 2021, no Regulamento 2001/1902, a União Europeia proibiu o uso da substância em cosméticos e só permite que seja aplicado em produtos capilares enxaguados, desde que com concentração máxima de 1%. [...] desenvolvemos o ingrediente ativo 100% natural obtido por meio da casca do juazeiro.” (C.C – G1)

E para não ficar dependente de poucas cadeias produtivas, como a do Buriti e do Juá, a CGS, no seu agir, tenta, cada vez mais, ampliar seu portfólio de cadeias produtivas, como bem relatou um de seus ex-presidentes e ainda cooperado:

“A experiência da cooperativa Grande Sertão hoje tem se expandido, porque a gente tem tentado organizar várias cadeias produtivas aqui na região, diversos produtos que a gente consegue inserir no mercado”. (A. A. S. – ex G2 e, atualmente, G3)

É importante enfatizar que as parcerias não são um fim em si mesmas, mas um mecanismo de agência para aprimorar os processos produtivos, que fazem parte da estrutura interna, e para garantir geração de renda (Resultado), em virtude da dificuldade de acesso ao mercado fora dessa relação de parceria.

Por outro lado, devido ao cuidado que tem com relação ao atendimento às normas sanitárias, contábeis e tributárias, a CGS está se mantendo sempre apta a participar de licitações e contratações com o Poder Público, a fim de melhorar o escoamento dos gêneros alimentícios que produz, como as polpas de frutas. Prova disso é o contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Montes Claros (figura 27), cujo extrato ora se apresenta:

Figura 27 – Extrato de contrato firmado entre a CGS e a Prefeitura de Montes Claros

PREFEITURA DE MONTES CLAROS – MG EXTRATO Nº 087/2013 - RESULTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS. A Comissão Permanente de Licitações e Julgamentos deste Município, na forma da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, torna público o Resultado do Processo Licitatório e Contratos abaixo identificados: DISPENSA: 00054/2013 – Processo nº 00323/2013 – Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar, adquirido via Chamada Pública para alimentação escolar, com o recurso financeiro do PNAE. Fornecedores: José Ribeiro Zuba, Contrato nº P0032313-01 valor total de R\$ 34.680,00; Cooperativa dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Estado de Minas Gerais - COOPAFER-MG, Contrato nº P0032313-02 valor total de R\$ 328.403,50; Associação de Produtores de Hortigranjeiros Região do Pentáurea- ASPROHPEN, Contrato nº P0032313-03 valor total de R\$ 422.092,50; Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão Ltda., Contrato nº P0032313-04 valor total de R\$ 31.498,50. Vigência: Contrato firmado em 17/10/2013 com termino previsto no dia 31/07/2014. Montes Claros (MG), 30 de outubro de 2013 Nilma Silva Antunes Presidente da Comissão Permanente de Licitações e Julgamento

Fonte: Publicações da Prefeitura Municipal de Montes Claros

Uma outra descoberta digna de apresentação, quanto à agência da CGS, se refere à sua resistência quanto ao uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas, o que se justifica como uma louvável iniciativa em prol da saúde dos adquirentes dos produtos que fornece e também em prol do meio ambiente, já que os agrotóxicos causam a morte de insetos e de outras espécies importantes para manter o Cerrado em equilíbrio ecológico.

“Um dos critérios para ser fornecedor, para você cooperar com a cooperativa é que os produtos sejam de produção agroecológicos. Ai você vai produzir o morango, vender o morango, mas ele só é produzido com químico, sintético (agrotóxicos). Esse morango é tão artificial que ele nem é plantado no chão”. (N. F. – G2, sobre a pressão de uma rede de supermercado local que queria que eles fornecessem morango, alimento cujo cultivo não é apropriado no Cerrado)

Outrossim, merece destaque o fato de que sua agência também se volta para dentro, com o "Senso de pertencimento" e a "Relação da CGS com cooperados" atuando como atos contínuos de gestão necessários para a sustentação do capital social.

Para além do incentivo ao agroextrativismo e à geração de renda, verificou-se que configura preocupação da CGS, desde sua criação, a melhoria da qualidade da alimentação dos cooperados e de suas famílias.

“A gente incentivava os agricultores a irem introduzindo as frutas em seus quintais, como estratégia para melhorar a alimentação das famílias. O que era excedente a gente comercializava. Começamos dessa forma, e hoje temos um trabalho bem amplo”. (A.A.S. – Ex G2 e, atualmente, pertencente ao G3)

O esforço ativo dirigido a "Treinamentos, reuniões, qualificações e alinhamentos" demonstra a agência da CGS no sentido de transformar "Conhecimento Tradicional Associado" em "Conhecimento técnico", ambos consistindo em estruturas internas, visando aprimorar a comercialização, que é um ato de agência. Os trechos a seguir exemplificam essa agência de coordenação e capacitação:

“Depois de um tempo, a gente foi entendendo que o mais adequado era a gente tentar transferir a tecnologia para o campo. E isso a gente conseguiu fazer. Nós orientamos, capacitamos, treinamos essas famílias, doamos também, entregamos materiais EPIs, por exemplo, materiais de segurança, e orientamos, capacitamos em boas práticas de fabricação e higiene. Então as famílias hoje já conseguem, são detentoras desse conhecimento e realizam a operação da produção da raspa”. (N. F. – G2)

“Eu lembro dos dias inteiros de aula, quando aprendemos a tirar a raspa, identificar fungos e raspar com cuidado pra não estragar o buriti. Desde então, os meninos [técnicos] nunca se afastaram...” (S. S. – G3)

Além disso, descobriu-se que a CGS, tendo verificado a dificuldade de manter a população jovem no campo, despende esforços no sentido de lhes gerar renda, de lhes qualificar, para que tenham a opção de um futuro digno e sustentável, sem terem que migrar para algum centro urbano. Eis um ato de agência voltado para a manutenção dos jovens em seus territórios originais.

“Fizeram viveiro pros jovens plantarem muda e vender. Mandaram plantar fruta. A cooperativa tenta ajudar de toda forma. Mas eles não liga muito.” (S. H. – G3)

Outra iniciativa praticada pela CGS, na esteira do que se apresentou, é o oferecimento de oficinas para jovens, como a “Comunicadores do Sertão”, promovida no ano de 2024 (Fig. 28 e Fig. 29).

Figura 28 – Oficina de jovens



Fonte: Instagram da CGS

Figura 29 – Participantes da oficina



Fonte: Instagram da CGS

Há também ações dignas de menção, envolvendo mulheres e jovens, que correspondem aos intercâmbios interterritoriais promovidos, como a experiência realizada em Salvador (BA), que envolveu jovens e mulheres da CGS em visitas a empreendimentos da agricultura familiar e cooperativas de processamento de alimentos, com o intuito de os participantes poderem ter contato com outras formas de organização da produção e da comercialização. Isso fortaleceu a capacidade de gestão, ampliou repertórios técnicos e reforçou o papel dos jovens e, principalmente, das mulheres, como mediadores de conhecimento dentro da própria cooperativa. Experiências como a que ora fora relatada contribuem para a profissionalização da organização e para a consolidação de práticas coletivas orientadas pela cooperação e pela autogestão. Esse tipo de ação bem poderia ser ampliado por alguma parceria estabelecida com alguma instituição de ensino que atue no Norte de Minas Gerais, como já fora anteriormente sugerido.

A resistência da CGS ao modelo dominante do "Agronegócio e pecuária" se manifesta através da opção explícita pela bioeconomia e pela valorização de espécies nativas, práticas essas que visam proteger o Cerrado. Isso é possibilitado pelo "Manejo responsável" e pelo "Uso

sustentável de recursos nativos", o que reflete uma escolha de agência que é a antítese do modelo predatório. O manejo não é apenas uma prática técnica, mas um ato de resistência ecológica, pois preserva a floresta em pé e transforma a estrutura externa do Cerrado, de recurso a ser explorado, em ativo a ser regenerado.

"E é isso, a gente vem trabalhando estratégias de tentar garantir.. e aí muita gente fala: "começa a clonar, faz monocultura..." não está na nossa estratégia. Não..Não... A nossa proposta é essa aí. Nós temos que garantir e conservar o que tem. A estratégia, a gente pode repor áreas, né? Por exemplo, quando a gente orienta o extrativista a realizar uma coleta, a gente orienta que um percentual do que é coletado deve ficar. Deve ficar lá no campo para os bichos comerem. Os animais, naturalmente, já têm esse hábito de consumir. Já fazem esse consumo. O próprio animal já consegue devolver a semente daquele fruto para a vereda, vamos chamar assim, e ali já começa a brotar uma planta nova." (J. F. S. – G2)

"Enfim...outra coisa que lembrei... É proibido, em hipótese alguma, que os nossos agricultores coletar o pequi na planta. Só pega no chão, só. Pequi maduro cai no chão. Em alguns locais aqui, quando a safra do pequi está plena, já amadureceu, metade já caiu. Aí o que alguns extrativistas faz: Vai lá e arranca o restante. A gente não aceita isso e por alguns motivos: primeiro, quando eu vou no pé de pequi e arranco todos os frutos, eu tiro a possibilidade de você chegar lá depois e pegar. E os animais? A gente é só um, daqueles diversos "consumidores" ali, né? Quer dizer, você tira toda essa parte. Outra coisa: quando você arranca uma folha, um galhinho de pequi, no ano seguinte, o pé não produz na mesma intensidade, porque ao invés de produzir flores, ele vai trabalhar para recuperar aquele "dano" que foi causada. Então a gente proíbe. E outro detalhe: para quem produz óleo, o pequi "arrancado" não dá óleo, devido a maturação do fruto, que só é completa depois que ele cai. Hoje, sabendo disso, o agricultor que é conhecedor disso, ele não arranca na planta porque sabe que não vai produzir óleo. E também porque se gente souber que foi, está fora da nossa da nossa cooperativa." (N. F. – G2)

Novamente reitera-se que a agência da CGS não é passiva; ela busca a "Abertura para inovação" e a "Inovação tecnológica". A coocorrência de "Mulheres no extrativismo" com "Geração de renda" e "Fortalecimento da comunidade local" evidencia que a agência feminina constitui uma importante catalisadora dessa transformação prática, principalmente após as parcerias com empresas de cosméticos, em específico. Sobretudo as mulheres são a força motriz que converte o recurso natural (Estrutura Externa) em "Valor agregado ao produto".

"Ela [a esposa] que raspa, que vai buscar. Eu sou ruim da coluna, então pra baixar é complicado". (A.B. – G3)

A atuação das mulheres na Cooperativa Grande Sertão (CGS) evidencia que a agência feminina não se limita à participação produtiva, mas constitui um elemento estruturante da dinâmica organizacional e territorial da cooperativa. A partir das experiências registradas em

oficinas, intercâmbios, processos formativos e trajetórias individuais observa-se que as mulheres não apenas integram a cadeia produtiva do agroextrativismo, mas desempenham papéis centrais na produção, na gestão, na tomada de decisão e na reprodução social da organização que, inclusive, atualmente é presidida por uma mulher.

Por fim, cabe enfatizar que as práticas de agência da CGS formam uma complexa rede de ações de mediação que utilizam o capital material, social e cognitivo (Estruturas Internas) para se opor aos constrangimentos ambientais, institucionais e mercadológicos (Estruturas Externas), bem como para se valer desses constrangimentos, quando lhe parecer apropriado, alcançando, assim, seus objetivos primazes de conservação ambiental do Cerrado, geração de renda e a manutenção da população local em seu território.

6.5 Resultados: A transformação da Estrutura e o impacto da CGS

Os Resultados (*Outcomes*) representam o quarto e último eixo de análise da SST, avaliando as consequências das práticas de agência da CGS e determinando se elas levam à *reprodução* ou à *transformação* das Estruturas. A análise feita sugere que a CGS, como agente coletivo, é um motor de mudanças transformadoras, atuando como um foco de resistência ao modelo de exploração predatória que é dominante.

A preservação do Cerrado é, inegavelmente, um importante resultado advindo da agência da CGS. A conscientização dos agroextrativistas, quanto à necessidade de se produzir de forma sustentável, sem desmatar, sem usar agrotóxicos, é algo que figura entre as principais preocupações dos dirigentes e técnicos da CGS e avanços, nesse sentido, já foram reconhecidos:

“O extrativismo predatório é uma das maiores preocupações nossa, é... a destruição do ambiente, né? De certa forma também, porque às vezes o pessoal eles acaba desmatando para poder abrir novas áreas. Até que hoje, quando se trata, nessa região, na minha região de atuação, o pequeno produtor, ele já é, ...o agricultor familiar, ele já é bem consciente”. (J.M. – G2)

Essa consciência ambiental já se faz presente em alguns agroextrativistas:

“Depois que passei a ser dona aqui, eu cerquei pra bicho não entrar. Deu essa mata toda aí. Pouca gente tem uma reserva igual essa. Os eucaliptos do outro lado são de uma firma que todo ano muda de nome, é mais pra livrar de imposto mesmo”. (S.H. – G3)

Em outro sentido, a evidência mais forte do impacto da agência da CGS alude à "Geração de renda", que é o código mais citado na pesquisa. Mas, em uma análise mais

profunda, descobriu-se que o resultado não é apenas econômico, como também social e estrutural, o que se percebe nos seguintes excertos:

“Eu comprei até uma motinha...” (A.N.H. – G3, ao dizer que, graças ao fornecimento da raspa do buriti, conseguiu comprar uma motocicleta que lhe facilita os deslocamentos)

“Ah, eu já fiz muita coisa. Levantei isso aqui [um cômodo], comecei meu banheiro. Não deu para terminar, mas tô mexendo, vou conseguir terminar. Mexi na cozinha ali, com o meu dinheiro do Buriti. A cozinha tá pronta, graças a Deus. Tô muito satisfeita, sabe?” (V.S. – G3, que não possuía banheiro dentro de sua residência)

“Só de você chegar e a família te chamar assim: “Olha, vem ver o que eu comprei com, com o dinheiro do que eu vendi”. Aí vai lá na cozinha e mostra um fogão de 6 bocas. Era meu sonho. Aí você fica assim, cara, mas um fogão de 6 bocas?” (J.M. – G2, admirada com a simplicidade do sonho da cooperada)

A renda gerada reforça o "senso de pertencimento" e fortalece a "relação da CGS com cooperados", sendo, portanto, não é um fim, mas um meio que fortalece a estrutura interna da CGS, criando um ciclo virtuoso de confiança e coesão.

“Se conseguimos capital de giro com banco ou adiantamento de fornecedor, usamos para pagar matéria-prima, não embalagem. Muita gente já vende contando com esse dinheiro”. (N.F. – G2, ao informar que a prioridade é o pagamento rápido aos cooperados)

“É muito bom trabalhar com eles, né? Porque dá cursos para nós, ensina nós a mexer com a raspa do buriti. Fizeram muitas reuniões com nós, né?” (V.S. – G3, sobre o que sente como cooperada da CGS)

Já a agência feminina, um ativo da estrutura interna, tem seus resultados comprovados na coocorrência do código "mulheres no extrativismo" com "geração de renda" e "fortalecimento da comunidade local", o que é evidência de que a CGS transforma a estrutura social, elevando a posição da mulher e fortalecendo o tecido comunitário, resultados diretos da agência, como bem relataram uma cooperada e uma técnica de campo em suas entrevistas:

“A gente procura envolver cada vez mais mulheres na cooperativa, embora ainda hoje muitas sofram domínio e violência dentro de casa, dependam do marido ou não tenham autonomia para decidir. Mas várias delas venceram esse processo: trabalhavam na fábrica, economizaram, tiraram carteira de motorista, compraram moto, concluíram o ensino médio e reformaram a casa”. (I.F. – G3)

“E a partir do momento que a Cooperativa Grande Sertão começou atuar nas comunidades, o que a gente observa também que essas mulheres, elas estão mais,

estão mais emponderadas, estão mais decididas do que elas querem. Então a gente sempre prioriza que o pagamento ele seja feito em nome da mulher". (J.M. – G2)

Da mesma forma pode ser atribuída à agência da CGS a conscientização das mulheres sobre seu papel social e seu valor no território em que vivem, o que foi conseguido por meio de várias ações, como oficinas realizadas em parceria com o FUNBIO, por meio do Projeto Pequenos Geraís. A fig.30 corresponde a uma foto tirada durante uma dessas oficinas.

Figura 30 – Mulheres participantes da oficina oferecida em parceria com a FUNBIO



Fonte: Instagram da CGS

Essas oficinas ocorreram entre novembro e dezembro de 2024 e envolveram mais de 40 mulheres extrativistas de Minas Gerais, oriundas das comunidades de Tabuas, Pindaibal, Agreste, Areião, Vaca Preta, Paracatu, Porteirinha e Riacho dos Machados

A resistência da CGS não se limita à sobrevivência (resiliência); ela avança para a transformação das estruturas externas (o ambiente, o mercado, as instituições). O código "Visão das empresas sobre a cooperativa", embora pouco frequente, é crucial para o eixo de Resultados. Sua existência atesta que a agência da CGS, via "Parcerias Estratégicas" e "Conquistas CGS" força os atores externos, sobretudo as empresas, a reconhecerem e respeitarem seu modelo de produção. A coocorrência de "conquistas CGS" com "valor agregado ao produto" denota que o sucesso prático, isto é, as conquistas da CGS, estão redefinindo, em alguma medida, os termos de mercado.

Os códigos "Projetos futuros" e "Ampliação para fora do território" são vetores que sinalizam que a agência é orientada para a mudança transformadora, como indica o seguinte excerto:

“E, ah...por outro lado, a cooperativa, agora vai... não é mais só no Norte de Minas, né? A gente mudou para nacional, porque a gente tem algumas pessoas nos procurando da Bahia, do Piauí, que tem o Buriti, né? Mas aí são novos grupos. Então é, o interessante seria aumentar a produção desses grupos também”. (J.A. – G2)

A CGS não está satisfeita em apenas reproduzir o ciclo atual de produção e subsistência. Por se moldar e também por poder moldar, de alguma forma, as estruturas externas que lhe constroem, busca ativamente transformações a partir da conquista de novos mercados, do empoderamento feminino, da criação de alternativas à saída dos jovens do território em que nasceram, da pressão exercida em prol de inovações legislativas, do protesto por políticas públicas mais amplas e eficazes e por incentivos tributários, entre tantas outras formas.

Como já mencionado, uma conquista recente, não só da CGS, mas de todo o Cerrado, foi o sancionamento da Lei nº 15.089, em 7 de janeiro de 2025, que instituiu a “Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi (*Caryocar brasiliense*) outros frutos e produtos nativos do Cerrado”. Essa lei é resposta aos clamores de uma série de entidades que buscam a preservação do Cerrado, entre as quais a CGS se inclui. Ela busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, proibindo o corte predatório dos pequizeiros e incentivando o manejo sustentável, a recuperação de áreas degradadas e o apoio às comunidades tradicionais que dependem desses produtos. Lideranças locais no Norte de Minas, incluindo a atual presidente da CGS, Josiane Amorim, estiveram presentes na cerimônia do seu sancionamento, como revela a fig.31.

Figura 31 – Sanção da Lei nº 15.089, de 2025



Fonte: BRASIL. Presidência da República (Foto: Ricardo Stuckert/PR). Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/01/lula-sanciona-lei-que-cria-politica-nacional-para-a-producao-de-pequi-e-outros-frutos-do-cerrado> (Acesso em: 17 nov. 2025).

Essa conquista, isto é, a institucionalização da Política Nacional do Pequi, à luz da Teoria da Estruturação Forte, pode ser compreendida como um resultado estrutural da ação situada de atores coletivos do Cerrado. Cooperativas agroextrativistas e organizações locais, ao mobilizarem disposições normativas e conhecimentos conjunturalmente específicos acumulados em suas práticas cotidianas, foram capazes de agir estrategicamente sobre estruturas externas limitantes, contribuindo para a transformação do marco institucional que regula o uso dos frutos nativos do bioma.

Mas, até o presente momento, restaram evidentes atos de resistência praticados pela CGS. Caminhando para o término deste capítulo, necessário se faz o estabelecimento do vínculo prático entre a resistência e a resiliência, esta última, empregada no título dessa dissertação.

6.6 Da Resistência à Resiliência

Ao longo da condução da pesquisa percebeu-se que, metaforicamente, a Cooperativa Grande Sertão apresenta uma conformação fluida que lhe permite, diante das pressões sofridas, se adaptar positivamente e assumir um novo estado estável que garante sua sobrevivência. É justamente nessa capacidade de ora se antecipar, de ora absorver as pressões, de ora se opor a elas e de sempre se recuperar dos efeitos delas advindos, como também de resistir a crises oriundas de cenários desfavoráveis, que se verifica sua resiliência.

Inegável é que essa cooperativa se encontra em constante processo de adaptação e aprendizagem. Não fosse isso, não buscaria, em sua agência contínua, empreender ações voltadas para a inovação, para seu crescimento, com a conquista de novos e promissores mercados, para a efetivação de novas e benéficas parcerias e para o desenvolvimento de novos produtos, ações estas que se mostram sempre pautadas na manutenção de sua identidade, de seus valores e princípios, como o são a preservação do Cerrado, com a qual contribui por meio da prática da sociobioeconomia, bem como o respeito aos povos que tradicionalmente nele vivem e que dele, há muito, tiram seu sustento.

A conjugação de princípios democráticos e comunitários favorece essa capacidade de resiliência apresentada pela CGS. Constatou-se que a governança participativa, atrelada ao engajamento comunitário e à propriedade compartilhada constituem traços organizacionais que lhe permitem ser mais adaptativa e, por conseguinte, resiliente.

Mesmo diante das parcerias firmadas que, em tese, deveriam servir para a criação de um ecossistema de ajuda mútua, mas que, na prática, podem revelar assimetrias de poder, essa

cooperativa consegue preservar sua autonomia institucional, o que favorece seus atos de resistência que, em maior âmbito, culminam na sua aludida característica de organização resiliente.

Cabe dizer que qualquer estudo conduzido sobre a CGS que focasse em apenas alguma de suas dimensões, como a econômica, social, ambiental ou, até mesmo, política, não teria o condão de perceber sua resiliência, vista que ela é uma organização multidimensional, característica esta que lhe favorece quando do enfrentamento de problemas locais, já que o faz de forma holística, ultrapassando a lógica estritamente mercadológica, ainda em voga na economia tradicional.

Nesse sentido considera-se que a utilização da Teoria da Estruturação Forte foi oportuna e adequada para a compreensão dessa organização tão complexa, vez que, ao analisar-se separadamente as estruturas externas e internas, bem como a agência e os resultados dela decorrentes, fez-se possível melhor compreender o que a leva a apresentar essa característica sobre a qual tanto já se falou, mas que ainda se reveste de nebulosidade, até mesmo no mundo acadêmico, qual seja, a resiliência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da Cooperativa Grande Sertão (CGS) reafirmou que organizações agroextrativistas baseadas na sociobioeconomia solidária podem, com sua agência, promover transformações benéficas para seus membros e que, de maneira transcendente, são igualmente benéficas para os territórios nos quais estão inseridas e para suas comunidades. Essas transformações ultrapassam a dimensão econômica, emanando seus efeitos sobre o tecido social e sobre o meio ambiente, ao qual tendem a conferir proteção.

A cooperativa estudada, ao articular agricultores familiares, ao incentivar práticas agroecológicas e ao inserir produtos locais em mercados cada vez mais amplos e distantes (sim, ela já fornece insumos, até mesmo, para uma empresa de cosméticos localizada na Europa), fortalece a economia territorial de base familiar, contribui para a preservação do Cerrado e provoca mudanças, ainda que incipientes, nas regras de mercado. Em meio a pressões do agronegócio predatório, que tem como mero escopo o lucro, e de um modelo de desenvolvimento mercadológico baseado em monoculturas e no desmatamento desmedido, ela se consolidou como uma fortificação útil à luta camponesa pelo seu reposicionamento no mercado.

Sua atuação evidencia como uma iniciativa de base comunitária pode gerar renda para populações tradicionais sem renunciar-se à conservação ambiental, o que vem ao encontro de estudos anteriores que ressaltam o potencial do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado para gerar renda em consonância com a conservação dos recursos naturais. Mais que isso, a CGS, com sua estrutura interna e sua agência, pode servir de inspiração para outras iniciativas coletivas voltadas para a agroecologia.

Contudo, o fato de servir como inspiração não significa ser ela um modelo perfeito a ser replicado. Ao empregar-se o modelo quadripartite proposto por Stones, tornou-se possível perceber alguns problemas que afligem essa cooperativa, problemas estes que se referem tanto a estruturas externas, quanto às internas, e também à agência de seus membros.

Emergiram contradições que não podem ser ignoradas. A complexidade do processo de inserção dos produtos agroextrativistas no mercado e a dependência de apoios externos evidenciam que a sustentabilidade do empreendimento, nas múltiplas acepções que essa palavra comporta, não está, de plano, garantida.

No que tange aos problemas detectados, inerentes às estruturas externas, não se pode deixar de mencionar as parcerias firmadas com empresas que se mantêm abertas, justamente, por se submeterem às regras impostas pelo capitalismo. Revelou-se necessário que a CGS analise, cada vez mais, de maneira meticulosa, os termos de cada parceria firmada, a fim de sempre conferir proteção ao conhecimento tradicional envolvido e de aumentar a renda dos cooperados, de maneira proporcional aos lucros que essas empresas auferem, já que o uso de insumos fornecidos pela cooperativa constitui um ativo valioso, cada vez mais demandado pelo mercado.

A dificuldade de obtenção de crédito subsidiado e a escassez de políticas públicas favoráveis a esse tipo de organização coletiva também constituem um ponto relevante. Nesse sentido, o vasto raio de atuação da CGS, aliado ao quantitativo de pessoas que compõem essa região, constituem características que lhes podem ser úteis, posto que a solução desses problemas depende, necessariamente, do Poder Público que, não raro, deve ser pressionado, para que saia da inércia. Sendo uma cooperativa com ascendência em várias cidades do Norte de Minas Gerais, pode ela tentar persuadir membros do Poder Legislativo, bem como do Poder Executivo, em âmbito municipal, estadual e até mesmo Federal a, cada vez mais, avançarem na inovação legislativa e na criação de normas que sejam benéficas às cooperativas agroextrativistas que, *efetivamente*, contribuam para a preservação do Cerrado e para a geração de renda voltada para as populações locais. A conscientização das comunidades sobre o valor do voto, antes das eleições, também é algo que a CGS pode promover e que pode render bons frutos.

Não é impossível que bancos públicos, como o BNDES e o BDMG, passem a fornecer crédito a taxas de juros mais baixas que as ora praticadas ou que, ao menos, confirmem às cooperativas o mesmo tratamento que dispensam às grandes empresas. Contudo, é necessário sensibilizar o Poder Público para que isso ocorra. Nisso, uma cooperativa consolidada, como a CGS, tem mais força do que agricultores familiares que atuam de forma desarticulada.

No aspecto atinente às políticas públicas, o PNAE e o PAA se mostraram programas promissores, assim como o são contratos firmados com prefeituras e com o Governo do Estado de Minas Gerais. Porém, é necessário que o Poder Público exclua da concorrência organizações que se travestem de cooperativas meramente para poderem lucrar com o fornecimento de gêneros alimentícios. Para tanto, alertar os órgãos públicos e buscar o que é de direito é fundamental. Nesse ponto também a voz de uma cooperativa do porte da CGS deve ecoar mais alto que a de humildes agricultores que não contam com o suporte de uma organização coletiva.

A criação ou adaptação de políticas públicas, destinadas exclusivamente a jovens e mulheres, é algo que a CGS também pode conseguir mediante a mobilização de seus recursos imateriais. É sabido que a migração dos jovens para os centros urbanos é um fenômeno que acomete todo o Brasil. Não raro esses jovens, estando longe de casa, inseridos num cenário desfavorável, acabam tendo sua força de trabalho explorada, de maneira inescrupulosa, o que custa sua juventude, sua saúde e, por vezes, suas vidas. Da mesma forma as mulheres, sobretudo as que têm menor escolaridade e que residem em regiões mais periféricas, há muito têm sido exploradas, não sendo remuneradas pelos serviços domésticos realizados ou sendo remuneradas com salários inferiores aos pagos aos homens, além de terem que se sujeitar aos piores empregos. Viu-se que já fazem parte da agenda da CGS ações no sentido de valorizar o trabalho feminino e de promover a permanência, em condições dignas, dos jovens no campo. Contudo, as ações praticadas, apesar de muito importantes, são pontuais. Elas podem e devem receber o apoio do Poder Público. Da mesma forma, é necessário que o próprio Poder Público, por meio da formulação e implantação de políticas públicas bem estruturadas e de caráter permanente, confira proteção aos jovens e mulheres. Daí ter-se aventado a possibilidade de a CGS, com sua agência, mobilizar membros dos Poderes Executivo e Legislativo, de todas as esferas, para a criação ou adaptação de políticas públicas adequadas aos fins retroexpostos.

Em relação às pressões externas, de ordem ambiental, considera-se que o trabalho de conscientização dos agroextrativistas, acerca da importância de se manter o Cerrado de pé, de se preservar as veredas e as espécies nativas, não sucumbindo à lógica predatória e tentadora do modelo dominante é algo que se acredita que a CGS deva continuar fazendo, pois sua agência, voltada para isso, já rende bons resultados e pode render muitos outros, em prol da conservação ambiental.

Quanto ao problema ocasionado pelas aves que se alimentam de frutos do Cerrado e que acabam por estragar parte dos que não conseguem consumir, não se vislumbrou, até o encerramento deste trabalho, nenhuma solução ecológica que pareça ser viável.

No âmbito das estruturas internas com as quais a Grande Sertão conta, crê-se que seu capital social se encontra fortalecido, mas isso não dispensa ações no sentido de aumentar, cada vez mais, a confiança mútua e a cultura da reciprocidade. O senso de pertencimento e a importância conferida às mulheres devem ser, cada vez mais, valorizados, pois sem essa coesão, sem esse orgulho de pertencer à cooperativa e sem a atuação feminina, tanto no agroextrativismo, quanto na ocupação de cargos na estrutura da CGS, que foi tão valorizada ao longo das entrevistas conduzidas, decerto essa admirável organização coletiva não continuará logrando o êxito que tem obtido.

Além disso, entende-se como válido e importante buscar as razões que levam um agroextrativista a não se tornar um cooperado. Verificou-se que essas razões não são de ordem financeira, mas não se conseguiu apurar o que falta oferecer para ampliar o rol de cooperados. Sugestões não faltam. Criação de crédito solidário ou de fundos rotativos, com linhas de crédito para pequenos investimentos produtivos, a juros reduzidos, aumento dos valores pagos pelos produtos fornecidos, desenvolvimento de ações para estabilizar a renda dos cooperados na entressafra, fornecimento de insumos a preços reduzidos, por meio de compras em escala, apoio a certificações para obtenção de selos de produtos orgânicos ou da sociobiodiversidade, apoio na organização documental dos cooperados, entre tantas outras.

Contudo, cabe à própria CGS refletir sobre a viabilidade dessas ou de qualquer outra sugestão que venha a ser feita, primando para que a decisão tomada seja democrática e participativa, como ocorre em qualquer organização que se mantém fiel aos princípios clássicos do cooperativismo.

Essa análise equilibrada que se buscou fazer, sem se deixar levar pelas idealizações ou sentimentos pessoais, sugere que a resiliência da CGS se materializa pela sua capacidade de ser moldada, mas também de moldar, sem abrir mão de seus princípios e de seus valores, sempre voltando para um estado estável alcançado por meio de adaptação positiva.

Quanto às contribuições do presente trabalho, considera-se que elas estão em dois níveis:

No plano teórico, a utilização da Teoria da Estruturação Forte (SST), em um contexto empírico marcado pela economia solidária e pela bioeconomia no Cerrado, em que pese não tenha constituído uma inovação em si mesma, mostrou-se relevante, posto que a ênfase atribuída à interação entre agência e estruturas, com o uso dessa teoria, no âmbito da sociobioeconomia, consistiu numa novidade, já que não foram encontrados trabalhos similares. O estudo conduzido mostrou, assim como outros estudos já o fizeram, que a SST oferece um arcabouço analítico robusto permite melhor compreender processos de resistência e de mudança transformadora, evidenciando como as estruturas, tanto externas quanto internas, moldam e são continuamente moldadas pela agência das pessoas.

No plano prático, essa pesquisa revelou que a CGS não é uma estrutura estática e imutável; ao contrário, é uma estrutura que está em constante mudança estruturante que é promovida por seus agentes, sendo que estes, por sua vez, dependem dela para organizar suas atividades. Assim, esse trabalho oferece à Cooperativa Grande Sertão, à qual essa pesquisadora é muito grata, por terem aberto as portas e compartilhado tantas informações, e aos demais *stakeholders*, um mapeamento de seus principais ativos, como o conhecimento técnico

acumulado, o conhecimento tradicional e o forte senso de pertencimento comunitário, bem como dos riscos associados à atividade, tais como a dependência de parcerias com grandes empresas e a sazonalidade da produção, o que pode orientar a tomada de futuras decisões.

Da mesma forma, as breves sugestões que permeiam essas considerações finais podem ser levadas em consideração quando da tomada de decisões, se forem consideradas pertinentes.

Os resultados apresentados reforçam a centralidade da cultura de sustentabilidade ambiental, como pilar sobre o qual a CGS constrói o seu agir e como modelo viável para o desenvolvimento territorial sustentável, passível de adaptações, e que pode ser empregado por outras cooperativas de agroextrativistas, consideradas suas condições materiais e sociais.

7.1 Limitações e sugestões para futuras pesquisas

A distância física entre a pesquisadora e a base da Cooperativa Grande Sertão (CGS) revelou-se uma limitação significativa para o acompanhamento sistemático das dinâmicas internas da organização. Mesmo com a abertura e disponibilidade de membros do corpo técnico da cooperativa, a impossibilidade de presença contínua em campo dificultou a observação detalhada de aspectos cotidianamente relevantes do trabalho coletivo da CGS. Além disso, a própria configuração territorial da cooperativa impôs desafios à pesquisa já que a CGS reúne cerca de 2000 mil famílias, de diversas comunidades, e atua em 48 municípios do Norte de Minas Gerais, cobrindo diferentes cadeias produtivas (polpas, pequi, raspas, entre outras). Essa dispersão geográfica e de atividades dificultou a obtenção de resultados mais precisos e generalizáveis para todas as frentes de atuação. Destarte, sugere-se que leitores desta dissertação ajam com cautela se desejarem fazer a extrapolação dos achados para outras realidades locais ou organizacionais.

Diante dessas limitações e da vontade de ir além, ora são sugeridas as seguintes pesquisas futuras, que podem vir a aprofundar e complementar o conhecimento sobre iniciativas similares à CGS:

(1) *Modelos inspiradores para políticas públicas territoriais voltadas para a sociobioeconomia*: pesquisa destinada à investigação da experiência da CGS, como caso-modelo, para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável. Dado que essa cooperativa adota e incentiva práticas agroecológicas e organiza produtores familiares em cadeias de valor regionais, estudos futuros poderiam avaliar como seus princípios e estratégias poderiam ser replicados, apoiados e maximizados em programas de sociobioeconomia. Tal investigação deve estar em consonância com Plano Nacional de

Sociobioeconomia (Decreto nº 12.044 de 2024), que prevê linhas de apoio específicas a iniciativas comunitárias de extrativismo e agricultura familiar.

(2) *Aprofundamento da Teoria da Estruturação Forte em estudos organizacionais de sustentabilidade:* A aplicação da Teoria da Estruturação Forte (SST) ao caso da CGS demonstrou ser promissora para revelar a interação entre estruturas sociais e as ações coletivas no campo da sustentabilidade. Pesquisas futuras poderiam explorar, comparativamente, essa abordagem analítica em organizações voltadas à sustentabilidade em contextos periféricos ou do Sul Global, em que as relações entre cultura, ambiente e economia apresentam complexidade específica. Em particular, seria relevante investigar como a ênfase da SST, na agência organizacional e na reflexividade, pode elucidar processos de mudança social em cooperativas ou movimentos sociais rurais.

(3) *Estudo comparativo entre cooperativas agroextrativistas de biomas distintos:* Sugere-se, por fim, a realização de um estudo comparativo envolvendo cooperativas agroextrativistas de diferentes biomas brasileiros, como a Amazônia, a Mata Atlântica, a Caatinga e o Cerrado, vez que a diversidade ecológica e sociocultural do Brasil sugere que cada experiência local possui desafios e potencialidades particulares. Tal estudo poderia confrontar os resultados obtidos em cada um dos biomas e, por conseguinte identificar as melhores práticas de adotadas em um bioma que sejam passíveis de replicação nos outros, o que contribui para a construção de um conhecimento mais abrangente sobre o cooperativismo agroextrativista no país.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. [S.l.], v. 28, n. 1/3, e v. 29, n. 1, jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtas/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf> . Acesso em: 9 out. 2024.

ABRAMOVAY, Ricardo. Duas visões do comportamento camponês. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, [S. l.], v. 6, n. 2/3, p. 259–275, 1989. Disponível em: <https://apct.sede.embrapa.br/cct/article/view/9134>. Acesso em: 16 nov. 2025.

AFONSO, Sandra Regina. **A política pública de incentivo à estruturação da cadeia produtiva do pequi** (*Caryocar brasiliense*). 2012. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11349>. Acesso em: 1 dez. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). **Panorama das águas**: regiões hidrográficas. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/panorama-das-aguas/regioes-hidrograficas> . Acesso em: 24 mai. 2025.

AGÊNCIA SENADO. **História do cooperativismo**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/cooperativa-uma-forma-diferente-de-atividade-economica/historia-do-cooperativismo> . Acesso em: 18 abr. 2025.

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. O Cooperativismo segundo o Direito e a Sociologia do Trabalho. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 68, p. 937-956, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/28884/o-cooperativismo-segundo-o-direito-e-a-sociologia-do-trabalho/i/pt-br> . Acesso em: 27 ago. 2024.

ALCÂNTARA, Valderí Castro; YAMAMOTO, Érica Aline Ferreira Silva; GARCIA, André Spuri; CAMPOS, Alyce Cardoso. Antropoceno: o campo de pesquisas e as controvérsias sobre a Era da Humanidade. **Revista Gestão & Conexões**: Management and Connections Journal, Vitória (ES), v. 9, n. 3, p. 11-31, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/31771>. Acesso em: 31 out. 2025.

ALMEIDA, Amanda. **Sistema de Coordenadas Geográficas: Datum SIRGAS 2000 - EPSG 4674** [Mapa]. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DCKCQ9oJ0KT/> . Acesso em: 7 jul. 2025.

ALTHOFF, Daniel; RODRIGUES, Lineu Neiva; SANTANA, Nickolas Castro; FARIAS, Diego Bispo dos Santos. Recursos hídricos superficiais no Cerrado. In: RODRIGUES, Lineu Neiva (Org.). **Agricultura irrigada no cerrado**: subsídios para o desenvolvimento sustentável. 2. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2024. Cap. 9, p. 297–319. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1165602/1/cap9-AgriculturaIrigada.pdf>. Acesso em: 24 maio 2025.

ALVES, Adilson Francelino; SAQUET, Marcos Aurelio. La Reproducion de Las Cooperativas de Agricultura Familiar y Economia Solidaria: el caso de la unión nacional de cooperativas de la agricultura familiar y economia solidaria (UNICAFES). **Perfil de Coyuntura Económica**, [Medellín], n. 23, p. 125-144, 2014. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/coyuntura/article/view/20884/0>. Acesso em: 2 fev. 2025.

AMÉRICO, Jean Carlos da Silva. **Mecanismos de governança corporativa conferem resiliência organizacional?** Evidências de organizações cooperativas agropecuárias. 2022. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5127>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ANNIBELLI, Mariana Baggio. A ordem econômica brasileira e o cooperativismo. **Revista Eletrônica do CEJUR**. [Curitiba], 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/16765>. Acesso em: 10 maio 2025.

ANJOS, Eliene Gomes dos; ROCHA, Ana Georgina Peixoto; SILVA, Daciane de Oliveira. O cooperativismo como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar na Bahia: uma análise baseada no Censo Agropecuário 2017. **Desenvolvimento Regional em Debate**. [Florianópolis], v. 12, n. especial (Dossiê Cooperativismo), p. 8–31, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3724>. Acesso em: 5 jul. 2025.

ARIAS, Cleuza Maria; GIL, Marcelo Freitas. **Cooperativismo**. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense; Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/cooperativismo.pdf>. Acesso em: 24 maio 2025.

ARNOLD, J. E. Michael; RUIZ-PÉREZ, M. Can non-timber forest products match tropical forest conservation and development objectives? **Ecological Economics**, Amsterdã, v. 39, p. 437–447, 2001. Disponível em: https://caribbeanclimatehub.org/wp-content/uploads/2019/08/CanNonTimberForestProductsMatchTropicalForestConservationandDevelopmentObjectives_JA2001.pdf. Acesso em: 19 ago. 2024.

ARRUDA, Rinaldo. ‘Populações tradicionais’ e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, SP, ano 2, n. 5, p. 79-92, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/RfgDyLnkxRnFNqQcWTR6bQG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 nov. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BIOINOVAÇÃO (ABBI). **Identificação das oportunidades e o potencial do impacto da bioeconomia para a descarbonização do Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/1148694/1/Bioeconomia-Descarbonizacao.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BARBOSA, Regina Helena Simões. **A teoria da práxis: retomando o referencial marxista para o enfrentamento do capitalismo no campo da saúde**. São Paulo: Hucitec; Ribeirão Preto: Rede Unida, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/gjwcJfXPdzcNWXW49Dbvv7m/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2025.

BASTOS LIMA, Mairon G.; PALME, Ulrika. The bioeconomy–biodiversity nexus: enhancing or undermining nature’s contributions to people? **Conservation**, Basel, v. 2, n. 1, p. 7–25, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2673-7159/2/1/2>. Acesso em: 6 jul. 2025.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Member participation and relational contracts in agribusiness Co-operatives in Brazil. **International Journal of Co-operative Management**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 20-26, 2006. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002176494>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BIRCHALL, Johnston; KETILSON, Lou Hammond. **Resilience of the cooperative business model in times of crisis**. Geneva: ILO, 2009. Disponível em: <https://dspace.stir.ac.uk/bitstream/1893/3255/1/Resilience%20of%20the%20Cooperative%20Business%20Model%20in%20Times%20of%20Crisis.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. O Evento Antropoceno: A Terra, a História e Nós. **Geografares** [Online], n. 36, 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/geografares/9334>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: COSTA, João Batista Almeida; LUZ, Cláudia (Org.). **Cerrado, Gerais, Sertão**: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros, 2010. p. 1-10. Disponível em: <http://www.nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/a%20comunidade%20trad160.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Portal da Transparência**. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/contratos/>. Acesso em 02 dez.2025.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 79, de 19 de dezembro de 1966**. Institui a Política de Garantia de Preços Mínimos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 1966.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 316, 8 fev. 2007

BRASIL. **Decreto n.º 8.750**, de 9 de maio de 2016. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 maio 2016.

BRASIL. **Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. **Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015**. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 21 maio 2015.

BRASIL. **Decreto n.º 7.775, de 4 de julho de 2012**. Regulamenta o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 jul. 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Biodiversidade**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biodiversidade1>. Acesso em: 5 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado**: 4ª fase (2023 a 2027). Brasília: MMA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/prevencao-e-controle-do-desmatamento>. Acesso em: 3 jul. 2025.

BRASIL. Ministério Público Federal; CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (CNPCT). **Territórios tradicionais**: mapa. [Brasília, DF]: MPF; CNPCT, 2019. Disponível em: <https://territoriostradicionais.mpf.mp.br/#/mapa>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 84, p. 83-99, jul. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/TVM557hGh8vhHzSZGr7VFXF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2025.

BRITTO, Isabel Cristina Barbosa de. **Comunidade, Território e Complexo Florestal Industrial**: o caso de Vereda Funda. Norte de Minas Gerais. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unimontes.br/handle/1/1019>. Acesso em: 7 nov. 2025.

BUENO, Manuel Amaral; PÁDUA, José Augusto de (Org.). *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009. 324 p.. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 108–109, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5410>. Acesso em: 16 nov. 2025.

BUGGE, Markus M.; HANSEN, Teis; KLITKOU, Antje. What is the Bioeconomy? A Review of the Literature. **Sustainability**, [S. l.], v. 8, n. 7, p. 691, jul. 2016. DOI: 10.3390/su8070691. Disponível em: <https://scispace.com/papers/what-is-the-bioeconomy-a-review-of-the-literature-x4nvur0cga>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BURSZTNY, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. Desenvolvimento sustentável: biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, Juana N. S. (Org.). **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 54–67. Disponível em: https://www.academia.edu/9157812/Desenvolvimento_Sustent%C3%A1vel_biografia_de_um_conceito. Acesso em: 2 abr. 2025.

BUSEMEYER, Marius R.; TRAMPUSCH, Christine (Ed.). **A economia política da formação coletiva de competências**. [Oxford]: Imprensa da Universidade de Oxford, 2012. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/34606?login=false>. Acesso em: 4 jun. 2025.

CAIUSCA, Alana. **Biomass brasileiros**. [S.l.]: Educa Mais Brasil, 15 jan. 2019. Atualizado em: 8 abr. 2025. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/biologia/biomass-brasileiros>. Acesso em: 11 nov. 2025.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguiar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; BRUNO, Ana Carla dos Santos. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 115-134, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/p7wF9cdBy6JZc5rkcSnHMPP/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2025.

CARRARA, Álvaro. Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão. **Cadernos do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social**, Salvador, n. 222, p. 79–88, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/181/161f>. Acesso em: 22 fev. 2025.

CARVALHO, Hugo Garbênio de. **“Estamos aqui, existimos e iremos ficar”**: associativismo e cooperativismo como estratégia de fortalecimento das resistências dos sujeitos no campo. 2025. 141 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/80571/3/2025_tese_hgcarvalho.pdf. Acesso em: 21 ago. 2025.

CARVALHO, Igor Simoni Homem. **Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado**: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3442>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CARVALHO, Sonia Aparecida de. A desnaturalização do *Homo Sapiens* diante da natureza e do meio ambiente natural. **R. Themis**, Fortaleza, v. 20, n. 2, p. 59-80, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistathemis.tjce.jus.br/THEMIS/article/download/935/38/3630>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS (CAA-NM). **Agroecologia, territorialidade, sustentabilidade**: uma ação em rede em Minas Gerais. Montes Claros: CAA – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, 2006. Disponível em:

https://www.caa.org.br/biblioteca/documentos/?tipo_documento=publica%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 11 abr. 2025.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA (CEDEFES). **Participe da Campanha ‘Solar dos Sertões: Museu Vivo dos Povos Tradicionais de Minas Gerais’**. Montes Claros, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/participe-da-campanha-solar-dos-sertoos-museu-vivo-dos-povos-tradicionais-de-minas-gerais/>. Acesso em: 14 nov. 2025.

CEPF – CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND. **Perfil do ecossistema do Cerrado – atualização do perfil do ecossistema prioritário para investimentos**. Arlington: CEPF, 2021. Disponível em: <https://www.cepf.net/sites/default/files/cerrado-ecosystem-profile-pr-updated.pdf>. Acesso em: 17 maio 2025.

CERRADO: ECOLOGIA E FLORA. Organização: SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de; RIBEIRO, José Felipe. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 2 v. (1.279 p.). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/570911/1/CERRADO-Ecologia-e-flora-VOL-2.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

CHAYANOV, Alexander. **The theory of peasant co-operatives**. Trad. D. W. Benn. Columbus: Ohio State University Press, 1991.

CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos**: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. 2008. 297 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.dan2.unb.br/images/doc/Tese_082.pdf. Acesso em: 7 nov. 2025.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. (Org.). **Trabalho, cultura e sociedade no Norte de Minas Gerais**: considerações a partir das ciências sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

COUTINHO, Maurício Chalfin. Economia de Minas e economia de mineração em Celso Furtado. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 361–378, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/sHbXVRLpfJppFyK69C49PNq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2025.

CROTTY, Michael. **The foundations of social research**: meaning and perspective in the research process. London: Sage, 1998.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2017.

CUNHA, Nina Rosa da Silveira *et al.* A intensidade da exploração agropecuária como indicador da degradação ambiental na região dos Cerrados, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia**

Rural, Piracicaba, SP, v. 46, n. 2, p. 291-323, abr./jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/Prdytp4hgPnJpmX3SVycJFG/?lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2025.

DAYRELL, Carlos Alberto; SANTA ROSA, Hellen. Narrando o enredamento das populações do sertão norte-mineiro e do CAA: uma trajetória de 20 anos. **Revista Verde Grande**, Montes Claros, v. 1, n. 3, p. 52-73, 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/5932>. Acesso em: 23 nov. 2024.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas**: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. 1998. Dissertação (Maestria em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Sede Ibero Americana - La Rábida, Universidade Internacional de Andaluzia, Andaluzia, 1998. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/geraizeiros-e-biodiversidade-no-norte-de-minas-a-contribuicao-da-agroecologia-e-da-etnoecologia-nos-103.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2025.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB/USP; Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – COBIO, 2000. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/saberes%20trad.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.

DINIZ, Ivone Rezende *et al.* (Org.). **Cerrado**: conhecimento científico quantitativo como subsídio para ações de conservação. Brasília: Thesaurus, 2010.

DUFAYS, Frédéric *et al.* Resisting colonization: worker cooperativas' conceptualization and behaviour in a Habermasian perspective. **Work, Employment and Society**, Londres, v. 34, n. 6, p. 965-984, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0950017019895936>. Acesso em: 5 jul. 2025.

DU TERTRE, Christian. Économie servicielle et travail: contribution théorique au développement d'une économie de la coopération. **Travailler**, Paris, n. 29, p. 29-64, 2013. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-travailler-2013-1-page-29?lang=fr>. Acesso em: 15 nov. 2024.

EID, Farid. Economía solidária, desenvolvimento organizacional e cooperativismo rural. In: GÓMEZ LÓPEZ, José Daniel; BARBOSA, Maria José de Souza (Coord.). **Estrategias y acciones de desarrollo rural a través de cooperativas y emprendimientos solidarios**. 1. ed. Alicante: Editora da Universidade de Alicante, 2012. v. 1, p. 29-54. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=711901>. Acesso em: 13 abr. 2025.

EMBRAPA. **Bioeconomia**: a ciência do futuro no presente. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-bioeconomia/sobre-o-tema>. Acesso em: 03 abr. 2025.

EMBRAPA. **Agricultura familiar**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 08 ago. 2025.

EMBRAPA 2025. **Módulos fiscais no Brasil**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 03 ago. 2025.

EVANS, Margaret I. Conservation by commercialization. In: HLADIK, C. M. *et al.* (Eds.). **Tropical Forests, People and Food: Biocultural Interactions and Applications to Development**. Carnforth: UNESCO/Parthenon Publishing, 1993. p. 815–822. (MAB Series, v. 13). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000096615>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FÓRUM TÉCNICO CERRADO MINEIRO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 1., 2004, Belo Horizonte, MG. **Cerrado mineiro: desafios e perspectivas**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2004. 44 p. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/689?mode=full>. Acesso em: 14 dez. 2025.

FREEMAN, Chris; SOETE, Luc. **A economia da inovação industrial**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/geoideias/wp-content/uploads/sites/2/2018/08/FREEMAN-2008-A-Economia-da-Inova%C3%A7%C3%A3o-Industrial-Cap-8.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2025.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Trad. A. Cabral. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Dualidade da estrutura: agência e estrutura**. Trad. Octávio Gameiro. Oeiras (Portugal): Celta, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa qualitativa básica**. 1. ed. São Paulo, SP: Vozes, 2025.

GODINHO, Carla Soares. **Grande Sertão: inovação social e promoção da sociobiodiversidade**. 2020. 118 f. Tese (Doutorado em Inovação Tecnológica) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/2c3ca11d-03f0-40fc-8482-0ca309480097>. Acesso em: 4 maio 2024.

GÓMEZ-BAGGETHUN, Erik *et al.* The history of ecosystem services in economic theory and practice: from early notions to markets and payment schemes. **Ecological Economics**, Amsterdã, v. 69, p. 1209–1218, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S092180090900456X>. Acesso em: 27 maio 2025.

GÓMEZ-BAGGETHUN, Erik; MURADIAN, Roldan. In markets we trust? Setting the boundaries of market-based instruments in ecosystem services governance. **Ecological Economics**, Amsterdã, v. 117, p. 217–224, 2015. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/cede/tds/TD107.pdf>. Acesso em: 26 maio 2025.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 125-146, 2014. Disponível em: <https://revistasober.org/article/doi/10.1590/S0103-20032014000600007>. Acesso em: 21 set. 2025.

GUIDOLINI, Janaína Ferreira. **Agricultura familiar brasileira segundo o Censo de 2017**. FGV Agro, 5 set. 2025. Disponível em: <https://agro.fgv.br/noticia/agricultura-familiar-brasileira-segundo-o-censo-de-2017>. Acesso em: 4 nov. 2025.

GUSMÃO, Yara Janaína Pinto. **Agroextrativismo, comunidades tradicionais e os desafios na comercialização dos produtos**: Januária, norte de Minas Gerais. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/60e315d5-c803-4389-bc22-5dfdee69bc41>. Acesso em: 10 set. 2025.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Uma tentativa de interpretação teórica do extrativismo vegetal. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 12, n. 2, p. 251–255, 1982. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/959260>. Acesso em: 21 jul. 2024.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O'BRIEN, Geoff. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development**, Hoboken, v. 13, n. 1, p. 38–52, 2005. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/sd.244>. Acesso em: 4 jul. 2025.

INOUE, Cristina Yumie Aoki *et al.* Indigenous and traditional communities' ways of knowing and being in planetary justice. **Environmental Politics**, v. 33, n. 7, p. 1225–1244, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09644016.2023.2293437>. Acesso em: 4 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biomass brasileiros**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18307-biomass-brasileiros.html>. Acesso em: 27 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos – cooperativas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/cooperativas.pdf. Acesso em: 5 jul. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Desmatamento em terras indígenas na Amazônia e Cerrado**: Prodes 2024. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2024. Disponível em: https://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/DesmatamentoAmzCerr_Prodes24.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

JOHNSON, Jennifer Lee *et al.* Interplays of sustainability, resilience, adaptation and transformation. In: ARMITAGE, D. (Ed.). **Handbook of sustainability and social science**

research. [S.l.]: Springer, 2018. p. 3–25. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-67122-2_1. Acesso em: 25 out. 2025.

LANE, Kenneth E.; McCORMACK, Thomas J.; RICHARDSON, Michael D. Resilient leaders: essential for organizational innovation. **The International Journal of Organizational Innovation**, v. 6, n. 2, p. 7-22, 2013. Disponível em: https://www.ijoi-online.org/attachments/article/37/Final_Issue_Vol_6_Num_2_October_2013.pdf. Acesso em: 4 jun. 2025.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 7–47, mar. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/381>. Acesso em: 3 abr. 2025..

LIMA, Cícero Zanetti de; PINTO, Talita Priscila. **PIB da bioeconomia**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas - FGV-EESP, 2022. Disponível em: https://agro.fgv.br/sites/default/files/2023-05/eesp_relatorio_pib-pt-br-sem_marca-de-corte_ap1_v2.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

LIMA, Enoch Furquim Werneck; SILVA, Euzebio Medrado da. Estimativa da produção hídrica superficial do Cerrado brasileiro. In: SCARIOT, Aldicir; SOUSA-SILVA, José Carlos; FELFILI, Jeanine M. (Orgs.). **Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. p. 60–72. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/284/o/Cerrado_Parte1.pdf. Acesso em: 5 nov. 2024.

LIMA, Francisco de Paula Antunes. A engenharia da produção solidária. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 115–126, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8979>. Acesso em: 4 ago. 2025.

LIMA, Isabela Lustz Portela. **Etnobotânica quantitativa de plantas do Cerrado e extrativismo de mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no Norte de Minas Gerais: implicações para o manejo sustentável**. 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4995>. Acesso em: 4 maio 2025.

LIMA, Jéssica Samára Soares de. **As práticas do cooperativismo no território sertão do Apodi (RN): potencialidades e limitações para agricultura familiar**. 2016. 76 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/73f3997c-0e5a-4e16-9f9e-d3d589469a01>. Acesso em: 11 dez. 2024..

LIPPUNER, R.; WERLEN, B. Structuration Theory. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (Orgs.). **International Encyclopedia of Human Geography**. Amsterdam: Elsevier, 2009. p. 39–49. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780080449104007495> . Acesso em: 9 jul. 2025.

LYRA, Mariana Galvão; GOMES, Ricardo Corrêa; JACOVINE, Laércio Antônio Gonçalves. O papel dos *stakeholders* na sustentabilidade da empresa: contribuições para construção de um modelo de análise. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, Curitiba, v. 13, Edição Especial, art. 3, p. 39-52, jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/Jr3r7FjzTFj9H7dH7Y53mNR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MAKISHI, Fausto *et al.* Políticas públicas e resiliência da agricultura familiar. In: OLIVAL, Alexandre de Azevedo *et al.* (Org.). **Na trilha das mudanças: ciência e resiliência da agricultura familiar na Amazônia Norte Mato-Grossense**. [S.l.]: Editora da UNEMAT, 2021. cap. 7, p. 200-227. Disponível em: <https://portal.unemat.br/media/files/Editora/NA%20TRILHA%20DAS%20MUDAN%C3%A7AS.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2025.

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARKARD, Jochen; RAVEN, Rob; TRUFFER, Bernhard. Sustainability transitions: An emerging field of research and its prospects. **Research Policy**, Amsterdam, v. 41, n. 6, p. 955-967, jul. 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S004873331200056X>. Acesso em: 16 nov. 2025

MARTINS, Geraldo Inácio. **As tramas da des(re)territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Norte de Minas Gerais**. 2011. 298 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16096?locale=pt_BR. Acesso em: 5 nov. 2025.

MEADOWS, Donella Hager *et al.* **The limits to growth: a report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind**. New York: Universe Books, 1972.

MENDONÇA, Fernanda Antônia Fontes; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz. **A palavra é resiliência**. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, 9., 2021. Bauru: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/45933>. Acesso em: 21 out. 2025.

MICHELOTTI, Fernando. Beneficiamento local da produção extrativista e agroflorestal: o caso da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – Caex. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 3, n. 2, p. 17-44, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/items/e31dd5f4-15a5-41da-845a-8917a421f144>. Acesso em: 05 out. 2025.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (MA). **Ecosystems and Human Well-being: biodiversity synthesis**. Washington: World Resources Institute, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. Disponível em: <https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf>. Acesso em: 12 maio 2025.

MONTEIRO, Fernanda Testa. **Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/d84a67ec-bd7c-431c-a68c-77a5302cbc3b>. Acesso em: 7 nov. 2025.

MORAIS, Edson Elias de; LANZA, Fabio; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos; PELANDA, Sílvia Schroeder. Collectively owned properties, co-operativism and solidary economy in Brazil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 67–88, mar. 2011. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/document?vid=416cf79e-b07b-4938-8407-763bb8e16ae7>.

Acesso em: 24 abr. 2025.

MOREIRA, Hugo Fonseca. “Se for para morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro”: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. 2010. 324 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/11574>. Acesso em: 13 maio 2025.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Os sistemas agrícolas**. São Paulo: UOL, 2024. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/os-sistemas-agricolas.htm>. Acesso em: 13 nov. 2025.

MÜNKNER, Hans-Hermann. Co-Operation as a Remedy in Times of Crisis Agricultural Co-Operatives in the World Their Roles for Rural Development and Poverty Reduction. **Euricse**, 2012. (Euricse Working Paper, n. 41). Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2145317. Acesso em: 12 maio 2025..

NANNINI, Warllen Torres. A consolidação do agronegócio como modelo de produção hegemônico no Brasil e as externalidades da sua expansão. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**. Francisco Beltrão, v. 4, n. 1, p. 72–127, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28157>. Acesso em: 4 ago. 2025.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura Familiar: quantos ancoradouros!** In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MARQUES, Marta Inez Medeiros e SUZUKI, Júlio Cezar (orgs.). In: Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo, Expressão popular: 2007.

OLIVEIRA, Divino José Lemes de; PEIXINHO, Dimas Moraes; ALVES, Washington Silva. Agricultura familiar e cooperativismo: uma possibilidade de enfrentamento aos desafios oriundos do capitalismo. **Revista Sapiência**. v. 12, n. 1, p. 216–238, 2023. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/14128/9890>. Acesso em: 4 maio 2025.

PACCELLI, Gustavo. Impasses e contribuições do debate entre agência e estrutura em um conjunto específico de autores do pensamento social. **Revista Teoria e Cultura, Juiz de Fora**, v. 17, n. 1, p. 201–212, maio 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/33926/24538>. Acesso em: 9 jul. 2025.

PACCOLA, Marco Antonio Bestetti; ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Neodesenvolvimentismo, neoliberalismo e a correlação de forças nos governos Lula e Dilma. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 269–281, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/plural/article/download/153655/150082/329298>. Acesso em: 17 nov. 2025.

PÁDUA, José Augusto. Pensar a história em territórios cheios: a importância do conceito de biomas brasileiros. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 80, p. 542–556, set./dez. 2023. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/51213>. Acesso em: 24 maio 2025.

PASSET, René. **A ilusão neoliberal**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PAULA, Pablo Peron de *et al.* A importância da ontologia e epistemologia na pesquisa qualitativa: refletindo o método de estudo de caso. **REVISTA PONTO DE VISTA**, Viçosa, v. 13, n. 3, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/3b4eb129-8ea5-4371-a293-7561f605fe77/content>. Acesso em: 14 set. 2025.

PEREIRA, Laurindo Mekie. **Em nome da região a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. 2007. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-20022008-110502/pt-br.php>. Acesso em: 17 ago. 2025.

PETERS, Charles M. **The ecology and management of non-timber forest resources**. Washington, DC: The World Bank, 1996. (World Bank Technical Paper, n. 322). Disponível em: <https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=2086513>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. S063-S084, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/TrnbnVLQJSdyX8Y7pkM475v/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2025.

PIMENTA, Carina; AZEVEDO, Andrea. Por uma bioeconomia inclusiva e que mantenha de pé a floresta. **Revista Interesse Nacional**, [Rio de Janeiro], ano 13, ed. especial 1, p. 31-37, ago. 2020. Disponível em: https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2020/07/Revista-Interesse-Nacional_BIOECONOMIA_Irice-e-Escolhas_agosto2020.pdf. Acesso em: 22 jun. 2025.

PLEIN, Clério; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Capitalismo, agricultura familiar e mercados: uma perspectiva teórica. *Redes – Revista do Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 192–208, 2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1545>. Acesso em: 21 abr. 2025.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. Disponível em: <https://edepot.wur.nl/108071>. Acesso em: 6 jul. 2024.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Tradução de Ananyr Porto Fajardo. Porto Alegre: Artmed, 2009..

QUILICE, Thiago Ferreira. **Posicionamento dos atores em transações para a sustentabilidade**: mudanças nas práticas discursivas. 2022. 185 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/items/65abf48d-5c84-45d7-9b46-986d863a40b9>. Acesso em: 2 nov. 2024.

RAD2024. **Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2024**. São Paulo: MapBiomias, 2025.

RIBEIRO, Bruno Roberto *et al.* **Mapeamento e estimativa da cobertura de áreas protegidas por estado e nacional, incluindo unidades de conservação, terras indígenas e territórios quilombolas**. Rio de Janeiro, RJ: Projeto Planafior, 2022. 36 p. (Projeto Planafior, n. 4). Disponível em: <http://www.planafior.org>. Acesso em: 5 jul. 2025.

RIOS, Givanildo Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RIVERA PERES JR., Miguel; PEREIRA, José Roberto. Teoria da estruturação forte aplicada aos estudos organizacionais. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 16, n. 40, p. 45-58, dez. 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273532832004>. Acesso em: 9 jul. 2025.

ROELANTS, Bruno; DOVGAN, Diana; EUM, Hyungsik; TERRASI, Elisa. **The resilience of the cooperative model**. Bruxelas, Bélgica: CECOP-CICOPA, 2012. Disponível em: https://cecop.coop/img/pdf/report_cecop_2012_en_web.pdf. Acesso em: 02 jul. 2025.

ROMA, Júlio César; VIANA, João Paulo. Biodiversidade e serviços ecossistêmicos: temas indissociáveis e estratégicos para o desenvolvimento econômico, socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável do Brasil. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, v. 30, p. 81–100, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12885/1/BRUA_30_Artigo_5_biodiversidade_e_servicos.pdf. Acesso em: 06 jul. 2025.

ROTMANS, Jan; KEMP, René; VAN ASSELT, Marjolein. More evolution than revolution: transition management in public policy. **Foresight**, Bradford, v. 3, n. 1, p. 15-31, 2001. Disponível em: <https://www.emerald.com/fs/article-abstract/3/1/15/91213/More-evolution-than-revolution-transition?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SABOURIN, Éric (Org.). **Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural**. Brasília, DF: UNB, 2006. 280 p. (Cadernos do CEAM, 23). Disponível em: [https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=571811&biblioteca=&busca=\(autoria:%22SABOURIN,%20E%22\)&qFacets=\(autoria:%22SABOURIN,%20E%22\)&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1](https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=571811&biblioteca=&busca=(autoria:%22SABOURIN,%20E%22)&qFacets=(autoria:%22SABOURIN,%20E%22)&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1). Acesso em: 04 jul. 2025.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SÁNTA, András Takács. The Major Transitions in the History of Human Transformation of the Biosphere. **Human Ecology Review**, [S.l.], v. 11, n. 1, 2004. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/The-Major-Transitions-in-the-History-of-Human-of-Tak%C3%A1cs-S%C3%A1nta/ea8605b70eec5ddb5a012f9aaac322a03818a1fc> Acesso em: 28 jul. 2025.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional**

em **Debate**, Canoinhas, vol. 2, n. 1, p. 44-61, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5708/570862004004.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; SOUTO, Karine Gomes dos Santos. O desenvolvimento no Norte de Minas na perspectiva da SUDENE. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, n. 12/01, p. 69–79, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1970>. Acesso em: 11 nov. 2025.

SANTOS, Raul Cristovão dos. A teoria do capital de Turgot. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 3 (75), p. 550–564, jul./set. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/HCqB5Kp48KZD7XMfPTNZFym/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 set. 2025.

SCHRÖDER, Mônica *et al.* **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2004. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001425248>. Acesso em: 2 fev. 2025.

SCHUTTER, Liesbeth de *et al.* Bioeconomy transitions through the lens of coupled social-ecological systems: a framework for place-based responsibility in the global resource system. **Sustainability**, [Basel], v. 11, n. 20, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/20/5705>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 19, p. 84-94, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/mwtBrsJ79cHt5s93TGrLY3S/?lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2025.

SHANIN, Teodor. Definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 7-16, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/135>. Acesso em: 21 set. 2024.

SILVA, Danielle Wagner *et al.* Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 38, p. 557–577, ago. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/44455>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SILVA, Fábio Rodrigues Ribeiro da. **Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-16022011-121240/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

SILVA, Lindomar de Jesus Sousa; MORENO, Ariane Angélica; MENEGHETTI, Gilmar Antonio; PINHEIRO, José Olenilson Costa; SILVA, Tassiana Maylla Fontoura da. **A importância da organização dos extrativistas: uma abordagem a partir da comparação das redes estabelecidas em dois municípios produtores de castanha-do-brasil no Estado do Amazonas**. EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL, 2015. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1037352/1/Alas2015Aimportanciadaorganizacaodosextrativistas1.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2024.

SILVA, Martim Francisco de Oliveira e; PEREIRA, Felipe dos Santos; MARTINS, José Vitor Bomtempo. A bioeconomia brasileira em números. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 277–332, mar. 2018. Disponível em: https://agora.ie.ufrj.br/pdf/Jose_Vitor_Bomtempo/1.A_Bioeconomia_Brasileira_Em_Numero_s.pdf. Acesso em: 4 jul. 2025.

SILVA, Telma Coelho da. **Qual é o caminho?** Uma análise das estratégias de acesso a mercados da Cooperativa Grande Sertão. 2013. Dissertação (Mestrado em Instituições Sociais e Desenvolvimento; Cultura, Processos Sociais e Conhecimento) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013. Disponível em: <https://bibliotecasemiarios.ufv.br/handle/123456789/2398>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SILVA DE LIMA, Karlla Karem; SILVA, Madson Tavares; BRAGA, Célia Campos; FONTGALLAND, Isabel Lausanne; SOUSA, Welinagila Grangeiro. Dinâmica espaço temporal do uso e cobertura do solo na região do MATOPIBA. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 17, n. 1, p. 281–296, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/258593>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SILVEIRA, Danielle Farias da; ANJOS, Flávio Sacco dos. Cooperativismo e inclusão social: o caso dos mercados institucionais no Sul do Brasil. **Desenvolvimento Regional em Debate**, [S.l.], v. 12, p. 91–109, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3547>. Acesso em: 5 jul. 2025.

SILVEIRA, Dayana Martins. **Comunidades tradicionais do Norte de Minas: estratégias de luta e acesso a direitos territoriais**. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, 2014. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/Dayana-Martins-Silveira.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2025.

SIMÕES, João; MACEDO, Marta; BABO, Pilar. Elinor Ostrom: “Governar os Comuns”. **Revista Economia e Política do Ambiente**, [S.l.], p. 1-13, jan. 2011. Disponível em: https://www.fep.up.pt/docentes/cchaves/simoes_macedo_babo_2011_ostrom.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

SINGER, Paul. **Ensaio sobre economia solidária**. Portugal: Edições Almedina, 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2002.

SOUZA, Clara Lúcia Francisca de *et al.* O Cerrado como o “berço das águas”: potencialidades para a educação geográfica. **Revista Cerrados** (Unimontes), Montes Claros, v. 17, n. 1, p. 86–106, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576961001006>. Acesso em: 24 maio 2025.

STAKE, Robert. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

STONES, Rob. **Structuration theory**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

TICKTIN, Tamara. The ecological implications of harvesting non-timber forest products. **Journal of Applied Ecology**. v. 41, n. 1, p. 11–21, 2004. Disponível em: <https://besjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1365-2664.2004.00859.x>. Acesso em: 12 mar. 2025.

Todos os tipos de agronegócio no Brasil. In: **DadT**. [2024]. Disponível em: <https://dadt.com.br/blog/todos-os-tipos-de-agronegocio-no-brasil/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

TRIANA, Yago Quiñones. A sociedade exponencial: Crescimento exponencial da população, da poluição e do consumo e a reciclagem e a sustentabilidade como respostas paliativas à crise ecológica atual. **Sinal de Menos**, [S.l.], ano 15, n. 16, v. 1, 2024, p. 200-230. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YKWjv7Zyw1eGhiMZjO4Qse3fSHzLnE3v/view?pli=1>. Acesso em: 12 set. 2025.

VAN DER HOFF, Richard; RAJÃO, Raoni; LEROY, Pieter. Can REDD+ still become a market? Ruptured dependencies and market logics for emission reductions in Brazil. **Ecological Economics**, v. 161, p. 121–129, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921800918309686>. Acesso em: 21 maio 2025.

WALTER, Bruno Machado Teles. **Fitofisionomias do bioma Cerrado**: síntese terminológica e relações florísticas. 2006. 392 f. Tese (Doutorado em Ecologia) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/40886486_Fitofisionomias_do_bioma_Cerrado_sintese_terminologica_e_relacoes_floristicas. Acesso em: 25 abr. 2025.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**. v. 52, p. 25-44, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2024.

WEI, Xun *et al.* Knowledge mapping of bioeconomy: a bibliometric analysis. **Journal of Cleaner Production**, v. 373, p. 133824, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S095965262203400X?via%3Dihub>. Acesso em: 1 jul. 2025.

WELCH, Clifford Andrew. Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional. **Revista NERA (UNESP)**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 35-45, jan./jul. 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1465>. Acesso em: 5 out. 2025.

WWF. **De grão em grão, o Cerrado perde espaço**. Brasília: WWF, 1995. 66 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=226465>. Acesso em: 21 fev. 2025.

YANOW, Dvora. **Conducting interpretive policy analysis**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000.

YARA BRASIL. **Tipos de agricultura**: quais são os principais e seus objetivos? 2024. Disponível em: <https://www.yarabrasil.com.br/conteudo-agronomico/blog/tipos-de-agricultura/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

APÊNDICE

DocuSign Envelope ID: 3E9D9135-CE79-448B-8C56-DAA867FACEDC



TERMO DE COMPROMISSO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO

Pelo presente instrumento, **NATURA COSMÉTICOS S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Vila Jaguara, CEP: 05106-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.673.990/0001-77 e sua filial **NATURA COSMÉTICOS S.A.**, sociedade empresária com sede na Via de Acesso, Km 30,5, Itaim Empresarial, Cajamar, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.673.990/0020-30, doravante denominadas em conjunto **NATURA** ou **PARTE**, neste ato representadas na forma prevista em seu Contrato Social;

e, de outro lado,

Marina Teixeira de Freitas, brasileira, estudante, residente e domiciliado(a) na rua Almirante Tamandaré nº 61 apto 301, CEP 36408-015, na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade n. MG-16.057.316, e do CPF n. 119.204.196-83, estudante do curso de Mestrado em Engenharia de Produção na **Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**, doravante denominados **PESQUISADOR, CONTRAPARTE** ou **PARTE**.

CONSIDERANDO QUE:

- (a) A **NATURA** é uma entidade de pesquisa científica e tecnológica que busca gerar a inovação dos produtos comercializados pela empresa Natura Cosméticos S.A. e seu Grupo, tendo infraestrutura e capacitação tecnológica para a formação de parcerias com universidades e instituições de pesquisa;
- (b) A **NATURA** desenvolve um projeto que se vale do uso de bioativos do Cerrado brasileiro, como o óleo do buriti, para aplicação em produtos cosméticos;
- (c) O **PESQUISADOR** pretende realizar pesquisa dentro do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, modalidade Mestrado, na Universidade Federal de Minas Gerais e deseja utilizar a **NATURA** como estudo de caso e/ou para participar de publicação de um artigo científico, em coautoria, mediante a junção de resultados das pesquisas independentes, o qual será publicado unicamente para fins acadêmicos.

Resolvem as Partes celebrar o presente Termo de Compromisso para Publicação de Trabalho Científico (**TERMO**), de acordo com as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO



1. A **NATURA** autoriza, na data de assinatura do presente instrumento, o **PESQUISADOR** a publicar, conjuntamente com os pesquisadores representantes da **NATURA**, um trabalho científico através de periódico e/ou revista científica, a ser definida e informada à **NATURA**.
2. A autorização constante da cláusula 1 acima somente será válida mediante a prévia e expressa aprovação do conteúdo da publicação pela **NATURA**, a qual terá um prazo de 15 (quinze) dias úteis para analisar e autorizar e/ou solicitar ajustes ao texto, caso entenda necessário, após a entrega do material completo pelo **PESQUISADOR**.
3. O **PESQUISADOR** somente poderá realizar a publicação após a aprovação final e por escrito da **NATURA**.
 - a. a aprovação prévia da **NATURA** com relação à publicação não implica redução ou eliminação da responsabilidade exclusiva do **PESQUISADOR** acerca de referida publicação.
4. O **PESQUISADOR** incluirá no trabalho agradecimentos à **NATURA** pela outorga da presente autorização para publicação de seu trabalho, devendo citar como coautores os seguintes representantes da **NATURA**:
 - Nome: Iguatemi Melo Costa
 - Nome: Daniel Henrique de Oliveira
5. As Partes definem que não haverá qualquer contrapartida financeira de uma parte à outra, nem mesmo à qualquer título de remuneração ou reembolso de quaisquer despesas.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONFIDENCIALIDADE

1. **NATURA** e **PESQUISADOR** acordam que o trabalho não conterá quaisquer informações confidenciais e/ou sigilosas da **NATURA**. Mas se por algum motivo, o **PESQUISADOR** acessar informações sinalizadas como confidenciais ou captadas nos ambientes de seus escritórios e laboratórios, este se compromete a manter absoluto sigilo sobre as Informações Confidenciais reveladas pelo prazo de 20 (vinte) anos, sendo vedada a sua divulgação a terceiros, sob quaisquer condições, respondendo integralmente pelas infrações a que der causa.
2. O **PESQUISADOR** obriga-se a responder pela reparação das perdas e danos causados à **NATURA** ou a terceiros, em decorrência da publicação, abrangidos, inclusive, aqueles motivados por violação de direitos de propriedade intelectual e de sigilo.



CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E ENCERRAMENTO

1. Este instrumento terá validade enquanto durar a pesquisa e a construção do estudo a ser publicado, tendo sua finalização prevista para 31/03/2026;
2. Caso o **PESQUISADOR** por qualquer motivo deixar de participar do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção supramencionado, se compromete em informar à **NATURA**, que decidirá se continuará com a referida autorização para a publicação.
3. Caso alguma das Partes, por qualquer motivo, não tenha mais interesse na publicação, a Parte desinteressada deverá notificar a outra em até 10 (dez) dias da decisão. Permanecendo vigentes as condições de confidencialidade deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Os avisos, comunicações, notificações e correspondências resultantes da execução deste Contrato somente terão validade quando dirigidos e entregues às Partes nos endereços abaixo indicados:

Pesquisador:	Gestor do Contrato pela Natura:
Nome: Marina Teixeira de Freitas	Nome: Jenny Chu Yan Ling Okuda
Cargo: Mestranda - UFMG	Cargo: Gerente de Inovação
End. R. Almirante Tamandaré, 61 apto 301, Lourdes, Cons. Lafaiete - MG	End.: V AC Norte KM 30.5 (Rodovia Anhanguera), S/N, Bloco A, Andar 1,2 e 3, Bairro Empresarial Itaim, CEP: 07.790-190
E-mail: marina.freitas@outlook.com.br	E-mail: jennyling@natura.net

2. Os contatos acima descritos poderão ser alterados por mera formalização por escrito entre as Partes, sendo dispensável a elaboração de aditivo contratual para esta finalidade.

CLÁUSULA SEXTA - ASSINATURA ELETRÔNICA E RUBRICAS AUTORIZADAS

As Partes declaram que o presente instrumento poderá ser assinado por meio eletrônico, sendo consideradas válidas as assinaturas eletrônicas realizadas através da plataforma "DocuSign" (www.docusign.com), nos termos do art. 10, parágrafo 2º, da MP 22002/2001, declarando, ainda, para todos os fins e efeitos de direito, que os respectivos signatários possuem todos os poderes necessários para a assinatura do presente instrumento, nos termos de seus atos constitutivos.

Docusign Envelope ID: 3E9D9135-CE79-448B-8C56-DAA867FACEDC



CLÁUSULA SÉTIMA - FORO

As Partes elegem o foro do Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Na hipótese de o Contrato ser assinado em vias físicas, a Natura, desde já, autoriza o seu representante descrito na cláusula quinta a rubricar, em seu nome, todas as páginas deste Contrato, bem como seus anexos.

E por estarem justas e contratadas, assinam as Partes o presente **TERMO** em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Cajamar, 28 de fevereiro de 2025.

Assinado por:

Marina Teixeira de Freitas

91987C4BA0D1408

PESQUISADOR

DocuSigned by:

Jenny Chen Yau Ling Okada

1AAB2C4B1F9244F

DocuSigned by:

Daniel Henrique de Oliveira

8446464646464646

DocuSigned by:

[Signature]

1AAB2C4B1F9244F

NATURA

Testemunhas:

Assinado por:

Mariana Hamada

9E50108814798C5

1.

Nome: **Mariana Hamada**

CPF: 511.348.688-47

Assinado por:

Alexandre Fernandes

207E18C7D6T848D

2.

Nome: **Alexandre Fernandes**

CPF: 04978825660